

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

LUIZA ANTONACCIO LESSA RODRIGUES

A tributação como um dos instrumentos à sustentabilidade ambiental

Rio de Janeiro, novembro/2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

LUIZA ANTONACCIO LESSA RODRIGUES

A tributação como um dos instrumentos à sustentabilidade ambiental

Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação do professor Leonardo de Andrade Costa apresentado à FGV DIREITO RIO como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Rio de Janeiro, novembro de 2013.

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

A tributação como um dos instrumentos à sustentabilidade ambiental
Elaborado por LUIZA ANTONACCIO LESSA RODRIGUES

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado à FGV
DIREITO RIO como requisito
parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Direito.

Comissão Examinadora:

Nome do orientador: Leonardo de Andrade Costa

Nome do Examinador 1: _____

Nome do Examinador 2: _____

Assinaturas:

Professor Orientador

Examinador 1:

Examinador 2:

Nota Final: _____

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2013.

RESUMO

A presente monografia versa sobre o papel da tributação como instrumento da sustentabilidade ambiental. Para tanto, utiliza-se como exemplo, a contrário senso, o Convênio CONFAZ nº.100/97, que reduz a zero a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicações (ICMS) nas saídas dos defensivos agrícolas. Posteriormente, analisa-se brevemente o poder de tributar e suas limitações, bem como o benefício fiscal do ICMS, e em especial, do Convênio CONFAZ supracitado. Por fim, examina-se a sustentabilidade sob o viés jurídico, econômico e sistêmico, em cotejo com a tributação no contexto da sustentabilidade ambiental.

Palavras-Chave: Sustentabilidade Ambiental; Tributação; Incentivo Fiscal; Agrotóxico.

ABSTRACT

This paper discusses the role of taxation as a tool to reach environmental sustainability. As an attempt to explain the topic, the Convênio CONFAZ nº.100/97, which reduces to zero the Brazilian Sales Tax (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicações -ICMS) on pesticides, is one of the focuses under analysis. Further, the paper analyzes the public taxation and its limits, as well as the Brazilian Sales Tax fiscal incentive, especially the one on pesticides. Finally, sustainability is examined under the legal, economic and systemic perspectives, in relation to taxation in the context of environmental sustainability.

Keywords: Environmental Sustainability; Fiscal Incentive; Pesticides.

DEDICATÓRIA

Dedico o presente Trabalho de Conclusão de Curso aos meus pais que acreditaram na minha aposta e me apoiaram durante toda a minha vida. A minha irmã, por estar sempre de braços abertos para me abraçar. A minha vó e a nonna, pelo carinho e preocupação que só as avós têm. A minha Tia Cláudia, por acreditar, antes mesmo de eu entrar na faculdade, que eu estava fazendo a escolha certa. Ao nonno, por tudo que me ensinou e pelo exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador Leonardo por transformar minha visão do direito tributário, de choros no terceiro período ao presente trabalho de conclusão de curso. Por estar sempre disponível para ajudar, pela paciência e por todo o conhecimento. Agradeço também a minha *chefinha* Patrícia pelo constante apoio, paciência e pelos conselhos sempre certos. Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos, pelo carinho, conversas, sorrisos e abraços apertados que conseguem alegrar o dia de qualquer um.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. DO PODER DE TRIBUTAR E SUAS LIMITAÇÕES.....	12
3. DOS BENEFÍCIOS FISCAIS	15
3.1. Do Benefício Fiscal do ICMS	15
3.2. Do Benefício Fiscal dos Agrotóxicos.....	19
4. DA SUSTENTABILIDADE	23
4.1. Da sustentabilidade como princípio sistêmico	23
4.2. Da sustentabilidade do ponto de vista econômico	25
4.3. Da sustentabilidade do ponto de vista jurídico.....	28
5. DA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL	32
5.1. Como a tributação pode levar à sustentabilidade	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
7. BIBLIOGRAFIA	38
8. ANEXOS	42
8.1. Anexo 1 – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos 2013.....	42
8.2. Anexo 2 - Relatório de empresas atuadas.....	43

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo¹. Os fabricantes desses defensivos agrícolas recebem inúmeros benefícios fiscais para produzir e comercializar no país.

É oportuno salientar que os agrotóxicos², além de prejudiciais ao meio ambiente, são extremamente ofensivos à saúde da população que os ingere e, principalmente, àqueles que os manipulam diretamente, a exemplo dos produtores rurais. Nesse diapasão, esclarece Paulo de Bessa Antunes³:

Os agrotóxicos representam um dos mais graves problemas de poluição causada por produtos químicos. As suas implicações são muito graves, pois abrangem área que oscila desde a produção de alimentos e da sua qualidade até a saúde humana afetada, seja pelos próprios agrotóxicos, seja pelo consumo de alimentos contaminados.

Ao incentivar a produção e venda dos defensivos agrícolas, a economia reduz os custos dos alimentos com agrotóxicos e logo, eleva o custo daqueles que não contém o defensivo, os chamados orgânicos.

Em entrevista, o professor e pesquisador Wanderley Pignati explica o porquê do uso exacerbado de defensivos agrícolas no Brasil e sua relação com a produtividade⁴:

É uma somatória de razões. A mais óbvia é que somos um dos maiores produtores agrícolas do mundo, de soja⁵ principalmente. Uma outra é que nossas sementes melhoradas já são pensadas para usar agrotóxicos. São selecionadas até um certo ponto em que, realmente, dependem destes produtos. E, para dar a produtividade

¹Disponível em: <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos>. Acesso em 05.05.13.

² Destaca-se definição dada pelo Prof. Paulo de Bessa Antunes: "Agrotóxicos são produtos químicos destinados à utilização pela agricultura com a finalidade de combate às pragas ou destinados a aumentar a produtividade de determinadas culturas." In: ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. São Paulo:Atlas,2012. A definição legal se encontra na Lei nº.7.802/89 em seu art. 2º.

³ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2012.p.803.

⁴Entrevista disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista>. Acesso em 12.11.13.

⁵ A título de curiosidade, em 2011 foram produzidos 74.815.447 milhões de toneladas de soja, sendo a segunda maior produção de sementes no Brasil. A primeira é a cana-de-açúcar, com o equivalente a 734.006.051 milhões de toneladas. Informação disponível em: <http://faostat3.fao.org/>. Acesso em 13.11.13.

que se espera, demandam grandes quantidades. Em terceiro lugar, não temos mais pragas, mas, por usarmos agrotóxicos há tantos anos, nossas pragas ficaram mais resistentes. É um espiral que vai aumentando.

Percebe-se, portanto, a razão de haver incentivos fiscais aos agrotóxicos. Estes são fundamentais na produção agrícola brasileira, que por sua vez, representa 22% do PIB nacional⁶. Desse modo, é fácil de compreender os incentivos dados à produção agrícola com o uso de agrotóxicos.

Nesse contexto, a presente monografia partirá da análise dos benefícios fiscais de forma geral, para após examinar o benefício fiscal do ICMS e, por fim, do Convênio nº.100/97 do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, que estabelece benefício fiscal aos fabricantes de agrotóxicos.

Assim, à luz de textos econômicos e jurídicos, pretende-se discutir a incorporação da variável "sustentabilidade" na economia e no sistema jurídico brasileiro.

Embora o termo em tela consubstancie um conjunto de nuances e sentidos, é possível extrair um elemento comum, qual seja: “característica ou condição do que é sustentável”⁷. Tal aspecto é ínsito do vocábulo, tanto na seara econômica, como no cenário sócio-ambiental. Com efeito, esclarece a pesquisadora Ana Alice De Carli⁸, com base em lições do doutrinador Fabio Nusdeo, que o conceito de sustentabilidade surgiu inicialmente no campo das Ciências Econômicas, para melhor distinguir outros conceitos, o de *crescimento econômico* e o de *desenvolvimento econômico*⁹.

Hoje, já se entende que a sustentabilidade está intimamente ligada com o meio ambiente, uma vez que os recursos naturais são esgotáveis e a demanda por eles cresce vertiginosamente. Nesse sentido, cabe a análise de como incorporar

⁶ Porcentagem se refere ao ano de 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/3151326/pib-do-setor-deve-repor-perdas-de-2012>. Acesso em 12.11.13.

⁷ DIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS 2.0 DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo Editora Objetiva, 2007.

⁸ CARLI, Ana Alice De. **A Água e seus Instrumentos de Efetividade**: educação ambiental, normatização, tecnologia e tributação. São Paulo: Editora Millennium, 2013.

⁹ NUSDEO, 2009 apud CARLI, op. cit. Segundo Fabio Nusdeo: o *desenvolvimento econômico* pode “apresentar condições de se autossustentar”, por que busca mecanismos de sustentação durante seu processo. Já o *crescimento econômico*, “por lhe faltarem tais condições, acaba por se resolver numa mera sucessão de ciclos, sem que se altere a estrutura básica de economia, a qual entre um ciclo e outro volta a chafurdar-se na estagnação e, mesmo, retrocesso”.

essa "nova" variável nas equações fiscais. De forma ilustrativa, utilizar-se-á o Convênio CONFAZ n.º100/97 para mostrar que a política fiscal do Brasil ainda não considera a sustentabilidade como uma variável.

Cabe destacar a tese sustentada pelo professor Leonardo de Andrade Costa¹⁰, na qual defende a tríplice projeção dos princípios da sustentabilidade na produção econômica de bens e serviços e do meio ambiente ecologicamente equilibrado sobre a tributação. Nesse sentido, pontua o referido autor¹¹:

[O]s princípios da sustentabilidade projetam-se sobre três dimensões distintas da tributação, quais sejam: (i) pela manifestação do poder de tributar, assumindo um viés impositivo, (ii) pelo poder de não tributar, ou seja, pela concessão de incentivos e benefícios fiscais e, (iii) pela introdução das novas exações, assim entendidas como a criação de tributos ambientais *stricto sensu*, tendo como exemplo emblemático o *carbon tax*.

Deste modo, considerando que o Convênio CONFAZ n.º 100/97 é um exemplo da manifestação do poder de não tributar do Estado, à medida que concede benefícios fiscais na comercialização de defensivos agrícolas, a presente monografia focar-se-á na segunda dimensão apontada pelo mencionado professor.

¹⁰ COSTA, Leonardo de Andrade. A tríplice projeção dos princípios da sustentabilidade ambiental na produção econômica de bens e serviços e do meio ambiente ecologicamente equilibrado sobre a tributação no Século XXI. – ABNT (no prelo). Vide também do autor: COSTA, Leonardo de Andrade. A sustentabilidade ambiental na produção econômica de bens e serviços como requisito à concessão de benefícios fiscais no Brasil. In: FLORES, Nilton Cesar (organizador). **A Sustentabilidade em suas Múltiplas Faces**. São Paulo: Editora Millennium, 2012.

¹¹ *Idem. Ibidem.*

2. DO PODER DE TRIBUTAR E SUAS LIMITAÇÕES

Primeiramente, cumpre esclarecer, ainda que brevemente, o conceito de poder de tributar e suas limitações, para relacioná-los com a sustentabilidade ambiental, em especial no caso do ICMS.

O poder de tributar é uma das formas de manifestação do poder estatal, uma vez que só o Estado tem competência para realizar esse tipo de limitação à liberdade do cidadão e à sua propriedade privada. Nesse diapasão, ensina Leonardo de Andrade Costa: “O poder de tributar decorre diretamente da Constituição Federal e somente pode ser exercido pelo Estado através de lei, por delegação do povo, logo este tributa a si mesmo”¹².

Tal poder, entretanto, pode sofrer limitação, conforme preceitua a Seção II, do Capítulo I, do Título VI da Constituição Federal de 1988, intitulada “Das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar”. A sustentabilidade é incorporada no sentido de ser mais uma limitação ao poder de tributar. Nessa senda, são esclarecedoras as palavras do professor Leonardo de Andrade Costa¹³:

[A] sustentabilidade ambiental consubstancia mais um parâmetro a conforma e limitar a denominada extrafiscalidade, que não pode no Estado de Direito Brasileiro ser exercida fora dos contornos constitucionalmente autorizados.

Não se pode deixar de mencionar as limitações formais previstas nos arts. 150 a 152, da mencionada Carta Constitucional Federal¹⁴. Além destas, destaca-se a necessidade de observância dos seguintes princípios: (i) legalidade, (ii) isonomia, (iii) irretroatividade e, (iv) capacidade contributiva, entre outros. Ainda, pontua Leonardo de Andrade Costa¹⁵:

Como se vê, as limitações ao poder de tributar não se esgotam nos princípios expressos até agora examinados. Outras existem que

¹² COSTA, Leonardo de Andrade. **Material Didático de Direito Tributário e Finanças Públicas I..** FGV Direito Rio, 2012.1. Disponível em <http://direitorio.fgv.br/>. Acesso em 14.10.2013.

¹³ COSTA, Leonardo de Andrade. A sustentabilidade Ambiental na Produção Econômica de Bens e Serviços como Requisito Progressivo à Concessão de Incentivos e Benefícios Fiscais no Brasil. In: FLORES, Nilton Cesar. **A sustentabilidade Ambiental em suas Múltiplas Faces**. São Paulo: Millenium Editora, 2012.

¹⁴ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 10.10.2013.

¹⁵ COSTA (2012). Op. Cit.

decorrem do regime federativo e dos princípios adotados pela Constituição e suas garantias individuais expressas ou implicitamente por ela asseguradas. Assim, estão implícitos os princípios da indelegabilidade da competência tributária, da tipicidade, bem como outros que derivam dos diversos incisos do art. 5º, da CF¹⁶.

Desse modo, do ponto de vista formal, o art. 155, §6º¹⁷, da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a possibilidade de dispensas totais ou parciais da exigência e cobrança dos tributos. Para tanto, condiciona a concessão de tais benefícios ao contribuinte à edição de lei específica e/ou convênio, no caso do ICMS.

Por oportuno, o presente projeto de TCC tem como foco a modalidade de benefício concedida mediante convênio, porquanto é a modalidade adotada para o benefício fiscal do agrotóxico no âmbito da tributação estadual do ICMS. Nesse sentido, abordar-se-á, de forma tangencial, a necessidade – ou não - de edição de lei específica e convênio, cumulativamente, ou tão somente a edição deste último, isto é, por meio de acordo entre os Estados e o Distrito Federal.

A exigibilidade do Convênio, por sua vez, está prevista na Lei Complementar nº.24/75, que tem como base o art. 155, §2º, XII, g, da Constituição Federal¹⁸ e o art. 34, §8º do Ato das Disposições Transitórias- ADCT¹⁹. Com efeito, faz-se mister

¹⁶ HARADA apud COSTA (2012) op., cit.

¹⁷ CRFB/88. Art. 150, § 6º: Qualquer **subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão**, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido **mediante lei específica, federal, estadual ou municipal**, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, **sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.** [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\).](#) [\(Grifei\)](#)

¹⁸ CRFB/88. Art. 155, XII, g: “cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.”

¹⁹ ADCT. Art. 34. O sistema tributário nacional entrará em vigor a partir do primeiro dia do quinto mês seguinte ao da promulgação da Constituição, mantido, até então, o da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda nº 1, de 1969, e pelas posteriores. § 8º - Se, no prazo de sessenta dias contados da promulgação da Constituição, não for editada a lei complementar necessária à instituição do imposto de que trata o art. 155, I, "b", os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio celebrado nos termos da [Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975](#), fixarão normas para regular provisoriamente a matéria.

destacar que a regra para aprovação do referido convênio concessivo de benefício é da unanimidade²⁰.

Ainda, para fins do presente estudo, repise-se, analisar-se-á o Convênio n°. 100/97 do CONFAZ, que reduz em 60% a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais dos agrotóxicos em geral²¹.

O referido benefício fiscal não está livre de críticas, à medida que traz implicações econômicas e ambientais. A primeira, a título de exemplo, decorre do incentivo à produção desses produtos e, conseqüentemente, a redução de seu custo e preço final, logo, o aumento do consumo. A segunda se relaciona ao dano ambiental que os agrotóxicos causam ao meio ambiente e à saúde da população que consome os alimentos produzidos com a utilização desses inseticidas. Sem esquecer do problema da contaminação dos lençóis freáticos²².

Percebe-se, portanto, uma relação de causalidade entre a tributação, o consumo e as conseqüências ambientais que são geradas. Desse modo, considerando o crescente debate sobre sustentabilidade²³, principalmente a ambiental²⁴, impende analisar como esta pode ser modelada através da tributação e assim, incorporada na política do país de maneira harmônica com a economia.

²⁰ Lei Complementar 24/75. Art. 2º, §2º: A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

²¹ Convênio n°.100/97. Cláusula primeira: Fica reduzida em 60% (sessenta por cento) a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais dos seguintes produtos: I - inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematocidas, raticidas, desfolhantes, dessecantes, espalhantes, adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores), vacinas, soros e medicamentos, produzidos para uso na agricultura e na pecuária, inclusive inoculantes, vedada a sua aplicação quando dada ao produto destinação diversa(...).

²² CARLI, Ana Alice De. **A Água e seus Instrumentos de Efetividade**: educação ambiental, normatização, tecnologia e tributação. São Paulo: Editora Millennium, 2013.

²³ Nesse sentido vide ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Abril, 2012 e COSTA, Leonardo de Andrade. A sustentabilidade Ambiental na Produção Econômica de Bens e Serviços como Requisito Progressivo à Concessão de Incentivos e Benefícios Fiscais no Brasil. In: FLORES, Nilton Cesar. **A sustentabilidade Ambiental em suas Múltiplas Faces**. São Paulo: Millenium Editora, 2012.

²⁴ Vide também NIEVES, Fábio. **Tributação Ambiental – A Proteção do Meio Ambiente Natural**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

3. DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

3.1. Do Benefício Fiscal do ICMS

De início, cumpre notar que a competência para instituir o Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicações (ICMS) é dos Estados²⁵. Insta notar que apesar da competência exclusiva dos Estados e do Distrito Federal para instituir o ICMS, 25% (vinte e cinco por cento) do produto da sua arrecadação pertence aos municípios, conforme preceitua o art. 158, inciso IV da Constituição de 1988²⁶.

Por oportuno, o ICMS é estruturado nos parágrafos 2º ao 6º do referido art. 155 da Constituição Federal, além de ser regulamentado pela Lei Complementar nº 87/96²⁷, em atendimento ao art. 146, inciso III, e 155, §2º, XII, todos da Carta Magna²⁸.

Observa-se que o referido imposto é um dos mais significativos tributos brasileiros no aspecto de volume financeiro. Apenas, a título de curiosidade, a Região Sudeste é a que lidera em arrecadação do ICMS, contando com 56,83% do que fora arrecado em todo o Brasil no período de setembro de 2013²⁹.

²⁵ Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/88 - Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: [\[Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\]](#) II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; [\[Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\]](#).

²⁶ Insta notar que apesar da competência exclusiva dos Estados de instituir o ICMS, 25% (vinte e cinco por cento) do produto da sua arrecadação pertence aos municípios, conforme preceitua o art. 158, inciso IV da Constituição de 1988, *in verbis*: Art. 158. Pertencem aos Municípios: IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

²⁷ As Leis Complementares de nºs. 24, 63, e 116 também regulam o ICMS.

²⁸ CRFB/88 - Art. 146. Cabe à lei complementar: III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes; b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.

²⁹ O sítio eletrônico oficial do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, disponível em , disponibiliza a consulta dos valores correntes de ICMS, por ano. Observa-se que em setembro de 2013, a participação relativa do Rio de Janeiro na arrecadação de ICMS, representou 9,16% daquilo que fora arrecado em todo país. Já o Estado de Minas Gerais representou 10,08%, sendo o segundo Estado com maior arrecadação. O Estado de São Paulo, por sua vez, representou 35,18% da arrecadação nacional, sendo o Estado com maior arrecadação. Fonte dos dados: Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação - Última Atualização em 12/11/2013. Acesso em 13.11.13.

Apesar de importante em termos de arrecadação, o ICMS também pode possuir caráter extrafiscal³⁰, sendo muito utilizado para incentivar ou coibir determinados comportamentos. Para tanto, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 155, § 2º, XII, g, dispõe:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; § 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: XII - cabe à lei complementar: g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, **isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos** e revogados. (Grifei)

Com vistas a regulamentar o disposto na normativa constitucional supra referida, a Lei Complementar nº 24/75 dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias. Note-se que as isenções, incentivos e benefícios relativos ao ICMS, diferentemente dos outros impostos, não podem ser concedidos unilateralmente, nem mesmo por lei ordinária, pelos Estados ou Distrito Federal, apenas mediante convênio, em conformidade com o art. 34, § 8º, do ADCT.

Desse modo, os Estados e o Distrito Federal devem antes firmar acordo com os demais Estados para concederem incentivos ou benefícios fiscais dentro de seus respectivos territórios. Tal acordo se dá através de convênios celebrados perante o CONFAZ — Conselho Nacional de Política Fazendária — que conta com a participação de representantes de cada Estado brasileiro.

No entanto, segundo Carrazza³¹, o convênio firmado perante o CONFAZ deve

³⁰ “A extrafiscalidade é a utilização da tributação para fins diversos ao da simples arrecadação de dinheiro ao poder público. Trata-se de uma maneira para se inibir ou incentivar a prática de determinados comportamentos.” *In*: LUKIC, Melina Rocha. *Tributação e Desenvolvimento Sustentável no Brasil: Possibilidades, Instrumentos e Limites. Instrumentos Jurídicos para Implementação do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Nesse sentido, também ensina TUPIASSU: “A utilização extrafiscal do tributo visa, acima de tudo, induzir a conduta dos contribuintes. Ao contrário do que se almeja através da função tributária tradicional (obtenção de recursos para o financiamento das atividades estatais). (...) Mister ressaltar, porém, que embora determinado tributo detenha função eminentemente extrafiscal, necessariamente culminará ele com a obtenção de recursos para o Estado. Assim como, em raciocínio contrário, tributos com finalidade arrecadatória implicam, inegavelmente, em efeitos extrafiscais, influenciando a conduta dos contribuintes”. *In*: TUPIASSU, Lise Vieira da Costa. *Tributação Ambiental: A utilização de Instrumentos Econômicos e Fiscais na Implementação do Direito ao Meio Ambiente Saudável*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. pp.120 e 121.

³¹ CARRAZZA, Roque Antônio. *ICMS*. São Paulo: Malheiros, 2009.

ser aprovado pelo Poder Legislativo - através de decreto legislativo - de cada Estado para então ter força normativa e integrar o ordenamento jurídico dos respectivos Estados. Na prática, entretanto, após análise por parte da Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE, quem aprova os convênios celebrados pelos Estados e o Distrito Federal é o CONFAZ, sendo que apenas o Rio Grande do Sul e o Distrito Federal editam ato normativo pelo Poder Legislativo ratificando o acordo entre os Entes Políticos.

Com relação às alíquotas internas, a Constituição de 1988 prevê que estas não poderão ser inferiores às alíquotas interestaduais, salvo deliberação em contrário dos Estados e Distrito Federal, em conformidade com o art. 155, § 2º, XII, g. Ou seja, também deverá ser celebrado convênio perante o CONFAZ para que as alíquotas internas sejam inferiores às interestaduais³², as quais são fixadas pelo Senado Federal.

Ademais, o art. 150, § 6º, da Constituição Federal de 1988³³ exige lei específica que regule exclusivamente as matérias relativas à concessão de subsídios, isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido e anistia ou remissão relativos a impostos, sem prejuízo do disposto no art. 155, §2º, XII,g.

No mesmo sentido do exposto acima, o STF já se posicionou³⁴ no sentido de ser obrigatória a existência de convênio para concessão de benefícios fiscais de ICMS pelos Estados, declarando, inclusive, a inconstitucionalidade das leis estaduais que não cumpriram esse requisito.

Analisado, portanto, as exigências constitucionais e legais para a concessão dos benefícios fiscais do ICMS, passa-se a expor a relação do benefício fiscal com o

³² Constituição Federal. Art.155, § 2º, VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, "g", as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.

³³ Constituição Federal. Art. 150, § 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993](#)).

³⁴ Ver ADI 3794, Relator (a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 01/06/2011, DJe-146 DIVULG 29-07-2011. PUBLIC 01-08-2011 EMENT VOL-02556-01 PP-00014).

meio ambiente equilibrado.

Ao conceder benefícios fiscais, o Estado indica que quer incentivar aquele tipo de comportamento. Ou seja, se o Estado quer que um produto X seja mais comercializado, nada melhor do que reduzir os encargos tributários.

Nesse sentido, na seara da tributação ambiental em sentido *latu*³⁵, o incentivo fiscal deve ser dado (principalmente) às empresas que se comportem de maneira não prejudicial ao meio ambiente ou então para que estas busquem desenvolver suas atividades levando em conta as externalidade negativas que causem danos ao meio ambiente. Isso porque é de interesse do Estado que não haja danos ambientais.

A tendência dos sistemas jurídicos modernos, e, em especial, na seara do Direito Ambiental, é a de que aos comportamentos desejados pelo Estado seja dado um incentivo. Isso porque, na grande maioria dos casos, a sanção não se basta para fazer frente ao prejuízo causado. Por maior que seja uma multa aplicada à empresa que derrama petróleo nos oceanos, não é de interesse do Estado que o desastre ecológico aconteça.³⁶

A concessão de benefício, além de estimular um comportamento ambientalmente favorável, também cria incentivo econômico para a empresa receptora do benefício. Nas palavras de ORLANDO e GUDIÑO: “desperta nas empresas, por meio de um incentivo econômico, a consciência sobre a questão ambiental (fim mediato)”³⁷. Nesse sentido, apontam ORLANDO e GUDIÑO:

Os tributos ambientais podem ter uma função fiscal (que corresponde ao sentido positivo do poluidor pagador) e uma função extrafiscal (que corresponde ao sentido seletivo do princípio), não obstante serem eles regulatórios, porque seu principal objetivo é a mudança de atitude dos contribuintes (empresas e consumidores); em outras palavras, preocupam-se fundamentalmente em produzir ou ensejar a

³⁵ A tributação ambiental em sentido *stricto* é aquela referente a tributos diretamente relacionados à proteção ao meio ambiente. Nesse sentido, ensina TUPIASSU: “A introdução de um critério de medição de externalidades negativas na regra matriz de qualquer das modalidades tributárias existentes – visando à criação de um tributo ambiental *stricto sensu*-, perpassaria, antes de tudo por alterações no texto constitucional, inculindo aspectos ambientais na estrutura ali dispostas. In: TUPIASSU (2006). Op.cit.

³⁶ ORLANDO, Breno Ladeira Kingma; GUDIÑO, Daniel Mariz. Instrumentos Tributários e Financeiros Utilizados no Brasil para a Proteção do Meio Ambiente: Uma Análise Crítica. In: **Direito Tributário Ambiental**. Ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2009. p. 82.

³⁷ *Ibidem*, p. 83.

conscientização ambiental.³⁸

É com base no caráter extrafiscal dos tributos que reside a possibilidade de se legitimar a existência de exações com caráter ambiental, como o ITR³⁹, que não computa as áreas de preservação permanente, nem a área de reserva legal do imóvel rural⁴⁰.

Por outro lado, tem-se casos, como o do convênio CONFAZ nº100/97 em que a implicação ambiental simplesmente não é levada em consideração. Insta, portanto, analisar o referido convênio.

3.2. Do Benefício Fiscal dos Agrotóxicos

O convênio CONFAZ nº100/97, ratificado pelo Ato Cotepe 17/97, reduz a base de cálculo do ICMS nas saídas dos insumos agropecuários que indica.

Ao reduzir a base de cálculo⁴¹, diminui-se o montante sobre o qual a alíquota do imposto irá incidir e isso implica grande benefício na comercialização desses produtos.

Não só isso, o referido Convênio também possibilita, para as operações internas, que os Estados e Distrito Federal diminuam a base de cálculo ou até mesmo isentem esses produtos do recolhimento do ICMS.

³⁸ OLIVEIRA, Marcos Domingues de. **Sistema Tributário e Proteção Ambiental no Brasil e no Japão in Direito Tributário**. Vol.2. Homenagem a Alcides Jorge Costa. São Paulo: Ed. Quartier Latin do Brasil, 2003.

³⁹ Também são exemplos: o IPVA no Estado do Rio de Janeiro que estabelece alíquota reduzida para veículos que utilizem gás natural ou energia elétrica, o ISS também no Rio de Janeiro que prevê alíquotas mais baixas para serviços que implicam melhoria para o meio ambiente, a CIDE-Combustível que é destinada ao financiamento de projetos ambientais, o Imposto de Renda que desonera a receita aplicada em projetos de florestamento e reflorestamento no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste, o IPI que, devido seu caráter seletivo, pode ser utilizado como instrumento de gestão ambiental – ou seja, produtos ambientalmente corretos deveriam ser considerados essenciais para fins de incidência deste imposto - e o IPTU no Estado do Rio de Janeiro que isenta terrenos e prédios de interesses ecológicos, reservas naturais e áreas de mais de 10.000 (dez mil) metros cobertas por florestal.

⁴⁰ Lei nº 9.393/96. Art. 10, § 1º, II - área tributável, a área total do imóvel, menos as áreas: a) de preservação permanente e de reserva legal, previstas na Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012; (Vide art. 25 da Lei nº. 12.844/2013).

⁴¹ Convênio CONFAZ nº.100/97. “Cláusula Primeira: Fica reduzida em 60% (sessenta por cento) a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais dos seguintes produtos: I – inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematocidas, raticidas, desfolhantes, dessecantes, espalhantes, adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores), vacinas, soros e medicamentos, produzidos para uso na agricultura e na pecuária, inclusive inoculantes, vedada a sua aplicação quando dada ao produto destinação diversa.”

Cláusula Terceira. Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a conceder às operações internas com os produtos relacionados nas cláusulas anteriores, redução de base de cálculo ou isenção do ICMS, observadas as respectivas condições para a fruição do benefício.

O que se percebe é um verdadeiro arcabouço de incentivos fiscais⁴² para a comercialização dos defensivos agrícolas (ou agrotóxicos), gerando um cenário favorável para os agricultores utilizarem tais produtos.

Apesar da regulamentação ambiental e sanitária dos agrotóxicos ser, em tese, rígida⁴³, na prática⁴⁴ o que se observa são inúmeras situações de irregularidades, as quais causam danos ao meio ambiente e à saúde tanto das pessoas como do próprio ecossistema. A título ilustrativo, destaca-se o relatório da ANVISA – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)-, o qual indica que alguns dos principais alimentos são contaminados além do permitido pela legislação (anexo 1 - Relatório PARA 2013):

⁴² Além do convênio CONFAZ nº.100/97, a lei nº. 10.925, de 23 de julho de 2004, em seu art. 1º,II, reduz a zero a alíquota de PIS e COFINS para os defensivos agropecuários e o Decreto 7.660/11 que aprova a tabela de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI) também isenta tais defensivos.

⁴³ O sítio eletrônico do Ministério da Agricultura apresenta uma compilação das principais legislações sobre o tema de agrotóxicos. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br>. Acesso em 07.10.13. A título de curiosidade são 191 (cento e noventa e um) atos normativos considerados como principais sobre o referido tema e mais de 144 considerados como pertinentes.

⁴⁴ Notícias sobre danos à saúde causados pelo uso de agrotóxicos: Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/03/presenca-de-agrotoxicos-em-leite-materno-assusta-mulheres-de-mt.html>; http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/5641453; <http://www.semace.ce.gov.br/florestal/agrotoxicos/efeitos-nocivos-do-mau-uso-e-manejo-de-agrotoxicos/>; <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/agrotoxicos-pesticidas-causam-milhares-de-mortes.htm>

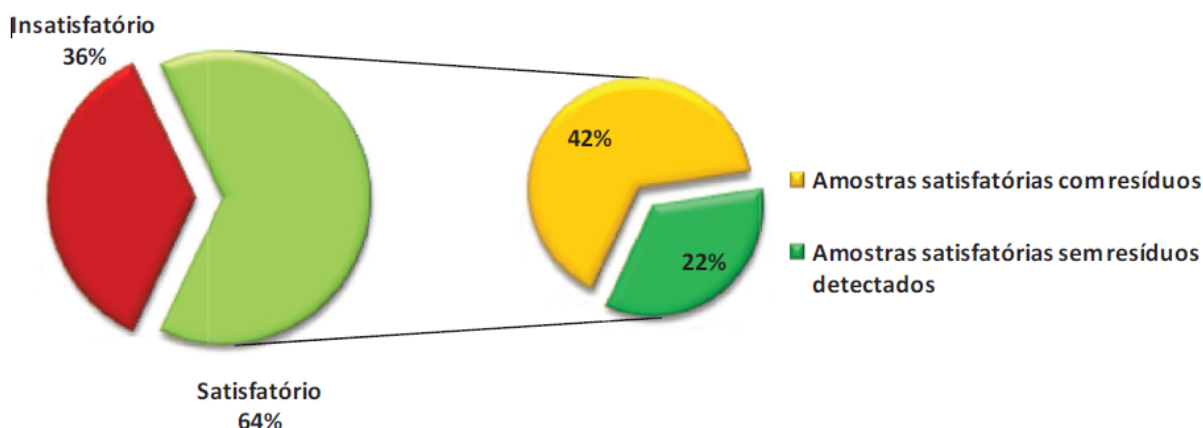


Figura 1: Distribuição das amostras analisadas segundo a presença ou a ausência de resíduos de agrotóxicos (PARA, 2011)

A ANVISA esclarece⁴⁵ que a quantidade máxima de agrotóxico que pode ser ingerida por dia sem danos significativos à saúde é calculada de acordo com cada Ingrediente Ativo - IA (substância principal da formulação do agrotóxico), expressa no valor que se denomina IDA (Ingestão Diária Aceitável), medida em miligramas de IA por quilo de peso corpóreo da pessoa que o ingere (mg/kg). A agência aponta como possíveis danos à saúde desde dor de cabeça até distúrbios no sistema nervoso central e câncer, nos casos mais graves de exposição como é o caso dos trabalhadores rurais. Só em 2013 oito empresas foram autuadas por irregularidades na fabricação de agrotóxicos⁴⁶ (anexo 2 – relatório de empresas autuadas).

Nesse sentido, o grande incentivo dado à comercialização de defensivos agrícolas vai de encontro ao mandamento constitucional expresso no art. 225, da Constituição Federal⁴⁷ de 1988, qual seja, o do “meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações”.

⁴⁵ BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Nota Técnica de Esclarecimento sobre o Risco de Consumo de Frutas e Hortaliças Cultivadas com Agrotóxico**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/>. Acesso em 06.10.13.

⁴⁶ Sobre as empresas autuadas, consultar em <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em 06.10.13.

⁴⁷ CRFB/88. “Art. 225. Todos têm direito ao **meio ambiente ecologicamente equilibrado**, bem de uso comum do povo e **essencial à sadia qualidade de vida**, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para **as presentes e futuras gerações**.” (Grifei)

Neste diapasão, destaca-se trecho do artigo “Agrotóxicos e incentivos fiscais: reflexões acerca do Convênio ICMS 100/97 do CONFAZ”⁴⁸:

O que mais causa estranheza é a utilização de uma **sanção premiadora**, tal como preceituada por Bobbio, **a fim de estimular um comércio nitidamente danoso ao meio ambiente**. É importante destacar que não existe comissão ou grupo de trabalho, dentro da estrutura do Confaz, que trate de questões ambientais e que venha a avaliar o impacto da adoção de uma medida dessa largueza. (Grifei)

Percebe-se, portanto, a inadequação deste incentivo à luz da sustentabilidade ambiental, porquanto está se privilegiando, com subsídios fiscais, condutas que causam danos ao Meio Ambiente.

⁴⁸ PACOBAHYBA, Fernanda Macedo; BELCHIOR, Germana Parente Neiva. Agrotóxicos e incentivos fiscais: reflexões acerca do Convênio ICMS 100/97 do CONFAZ. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 1, n°. 1, jan./jun. 2011 (p. 301-325). Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/download/443/676>. Último acesso em 11.11.13.

4. DA SUSTENTABILIDADE

4.1. Da sustentabilidade como princípio sistêmico

A sustentabilidade não deve ser compreendida apenas como um princípio ambiental, mas interdisciplinar. Esta tese é defendida por alguns doutrinadores, entre eles COELHO e ARAÚJO⁴⁹:

Busca evidenciar a sustentabilidade em seu caráter sistêmico constitucional, o que implica uma compreensão interdisciplinar desse princípio basilar não somente no viés ambiental, mas também na perspectiva econômica e social, numa visão que se quer integrada a esses âmbitos, quando alcançadas ao plano constitucional.

O que se pretende com esta tese é transformar a sustentabilidade – em sentido amplo - em um princípio constitucional interdisciplinar. Esta, portanto, também deve ser considerada quando da análise interpretativa da Constituição, bem como quando do exame das consequências em um processo decisório. Esclarecem Coelho e Araújo:

Compreender a sustentabilidade como um princípio constitucional não somente ambiental, mas também como princípio constitucional interdisciplinar, social, empresarial, administrativo e econômico, constitui uma importante tarefa da dogmática jurídica contemporânea, em busca da efetividade das ideais que gravitam no entorno da solidariedade e da dignidade como balizas do Estado Democrático de Direito.⁵⁰

Leonardo de Andrade Costa, por sua vez, aponta quatro novos paradigmas⁵¹, os quais devem ser considerados ao se tratar a sustentabilidade como um princípio sistêmico, quais sejam:

- (i) a adoção da racionalidade de longo prazo;
- (ii) o foco na “vida em evolução” e não apenas na dignidade da pessoa como núcleo do sistema;

⁴⁹ COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. ARAÚJO, André Fabiano Guimarães. A Sustentabilidade como Princípio Constitucional Sistêmico e sua Relevância na Efetivação Interdisciplinar da Ordem Constitucional Econômica e Social: Para Além do Ambientalismo e do Desenvolvimentismo. **Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia**, v. 39:261-291, 2011.

⁵⁰ Idem. Ibidem.

⁵¹ COSTA, Leonardo de Andrade. **A Tríplice projeção dos Princípios da Sustentabilidade Ambiental na Produção Econômica de Bens e Serviços e do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado sobre a Tributação do Século XXI (no prelo).**

- (iii) a integração do método analítico cartesiano com uma visão integradora e holística de todos os elementos da vida; e
- (iv) a introdução do juízo de probabilidade no campo jurídico - vinculação dos princípios da prevenção e precaução aos limites que a razão impõe ao direito.

Na linha de preleção do referido autor, de fato, conclui-se que é preciso mudar a concepção atualmente existente quanto ao alcance do que se designa como longo prazo, uma vez que as consequências de determinada ação podem demorar mais do que cinquenta anos⁵² para serem observadas.

Outra mudança se refere ao destinatário de determinada ação. Ao considerar a sustentabilidade como princípio multidimensional, desloca-se do centro a figura do ser-humano. O antropocentrismo sai de cena, para dar lugar a vida em todas as suas formas. Se antes, as decisões eram feitas pelos homens para os homens e as externalidades negativas⁵³ eram resolvidas *a posteriori*, agora as escolhas deverão considerar não só o ser-humano, como todas as vidas que ela poderá impactar.

Os dois últimos paradigmas a serem adotados decorrem dessa preocupação para além da vida humana - visão integradora e holística -, uma vez que é necessário atentarmos para as externalidades negativas antes que elas aconteçam. Ou seja, o princípio da prevenção e da precaução⁵⁴ deverão ser adotados em todas as esferas, não só na seara ambiental.

Nota-se, portanto, que a incorporação da sustentabilidade como um princípio sistêmico traz consequências para todo o modo de pensar da sociedade, em especial, na Economia e no Direito, tópicos que serão abordados a seguir.

⁵² CECHIN, Andrei. VEIGA, José Eli da. O Fundamento Central da Economia Ecológica. In: MAY, Peter. **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2010.

⁵³ MANKIW, N. G. **Principles of Economics**. Orlando: The Dryden Press, 1997, p.10. "*Externality is the impact of one person's action on the well-being of a bystander*".

⁵⁴ De acordo com o Prof. Paulo de Bessa Antunes: "[o] princípio da prevenção aplica-se a impactos ambientais já conhecidos e dos quais se possa, com segurança estabelecer um conjunto de nexos de causalidade que seja suficiente para identificação dos impactos futuros mais prováveis." Já o princípio da precaução é aplicado aos impactos ambientais que ainda não são conhecidos. Nas palavras de Marcelo Abelha Rodrigues, "[a]ssim, quando houver dúvida científica da potencialidade do dano ao meio ambiente acerca de qualquer conduta que pretenda ser tomada (...), incide o princípio da precaução para prevenir o meio ambiente de um risco futuro. RODRIGUES, Marcelo Abelha. Instituições de Direito Ambiental: parte geral. São Paulo: Max Limand, 2002, p.150. In: ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2012, p.31.

4.2. Da sustentabilidade do ponto de vista econômico

Primeiramente, faz-se necessário apontar o preceito contido no art. 170, VI da Constituição de 1988:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Nota-se, portanto, que “o Poder Constituinte estabeleceu a sustentabilidade ambiental da atividade empresária como princípio constitucional norteador da ordem econômica”⁵⁵. Dessa forma, de acordo com a própria Constituição Brasileira, a preocupação com a proteção ao meio ambiente deveria estar sempre presente na ordem econômica.

É preciso, no entanto, realizar uma breve distinção entre a economia ambiental e a sustentabilidade de acordo com a economia. A primeira pode ser entendida, segundo Derani⁵⁶, como:

a análise dos problemas ambientais a partir do pressuposto de que o meio ambiente – precisamente a parte dele que pode ser utilizada nos processos de produção e desenvolvimento da sociedade industrial – é limitado, independentemente da eficiência tecnológica para sua apropriação.

Para equacionar o problema da escassez dos recursos naturais e a manutenção do processo produtivo, a economia ambiental adota a teoria de Coase (extensão do mercado) e de Pigou visando à diminuição das externalidades negativas⁵⁷. Para fins desta monografia, entretanto, focar-se-á na tese defendida pelo último teórico citado.

De acordo com Pigou, citado por Derani, “o mercado não transporta todas as informações necessárias para que seus agentes (empresa e consumidor) realizem a

⁵⁵ COSTA, Leonardo de Andrade. **A Tríplice projeção dos Princípios da Sustentabilidade Ambiental na Produção Econômica de Bens e Serviços e do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado sobre a Tributação do Século XXI (no prelo)**

⁵⁶ DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2008, p.90.

⁵⁷ Idem. Ibidem.

alocação ótima de fatores”. Para isso poder ser corrigido, Pigou acredita que o Estado deve introduzir um sistema de imposto, em caso de efeitos sociais negativos decorrentes dessa falha de mercado, e de incentivos, casos haja efeito social positivo⁵⁸.

Já a sustentabilidade de acordo com a economia é “a busca pelo equilíbrio entre a utilização de recursos naturais e a produção de riqueza”⁵⁹. De modo ilustrativo, destaca-se o diagrama do fluxo circular:

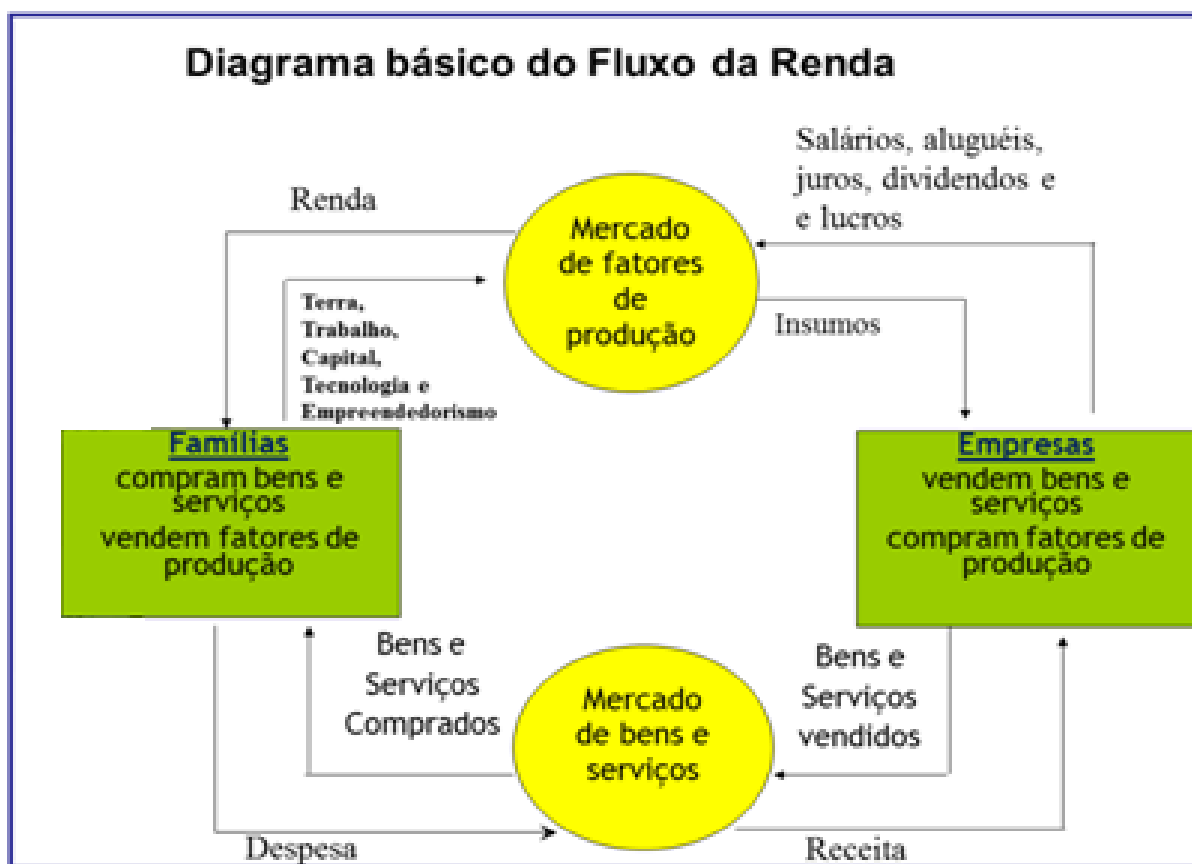


Figura 2: MANKIW(1997), p.21.

Percebe-se que este diagrama não considera os recursos naturais como esgotáveis (insumos) - dos quais os bens e serviços são extraídos⁶⁰. Nesse sentido,

⁵⁸ Idem. P. 91.

⁵⁹ CECHIN, Andrei. VEIGA, José Eli da. O Fundamento Central da Economia Ecológica. In: MAY, Peter. **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2010.

⁶⁰ Segundo CECHIN, Andrei. VEIGA, José Eli da. O Fundamento Central da Economia Ecológica. In: MAY, Peter. **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2010. “[O diagrama] apresenta uma visão inteiramente falsa de qualquer economia, considerando-a um sistema isolado no qual nada entra e do qual nada sai, e fora do qual não há nada. É uma

a sustentabilidade, ao ser inserida no diagrama em tela, altera-o, ao estabelecer uma restrição básica, ou seja, a finitude dos insumos.

Desse modo, altera-se a lógica de pensar em como fazer com que esse diagrama continue funcionando. Segundo Ricardo Abramovay⁶¹, a estratégia de transição para uma nova economia, orienta-se por duas mudanças decisivas, em especial a relação entre sociedade e natureza, traduzida por duas palavras-chave, limite e inovação. Argumenta o estudioso:

Uma nova economia tem justamente a função de sinalizar que esses recursos não são infinitos e, ao mesmo tempo, ela estimula a criatividade no sentido de obter bens e serviços apoiados no uso cada vez mais inteligente, eficiente e parcimonioso de matéria, de energia e da própria biodiversidade.

A inovação, de fato, possui grande papel quando da incorporação da sustentabilidade no fluxo circular. Como os recursos são escassos, a inovação e a tecnologia vêm para aumentar a eficiência⁶² das máquinas e produção, utilizando menos recursos e gerando mais bens e serviços.

Entretanto, faz-se necessário destacar a ressalva indicada por Ricardo Abramovay⁶³:

Mas a inovação não se confunde genericamente com aumento de produtividade, com produzir mais e mais com cada vez menos trabalho ou menos capital. Inovação hoje é, antes de tudo, melhorar como se obtém e transforma a energia, os materiais e a própria biodiversidade em produtos e serviços úteis para a sociedade. É nesse sentido que se fala hoje da necessidade de **sistemas de inovação orientados para a sustentabilidade**, ou seja, voltados a reduzir a dependência em que se encontra a vida econômica no uso crescente de recursos materiais e energéticos.

É nesse sentido que o autor expressa que inovação e limite são palavras-chave na relação entre humanidade e natureza, pois a inovação apesar de aumentar a eficiência de obtenção e transformação de recursos naturais não os torna infinitos.

representação da circulação interna do dinheiro e dos bens, sem absorção de materiais e sem liberação de resíduos”.

⁶¹ ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Abril, 2012.p. 18.

⁶² Eficiência assim entendida como o máximo de benefício líquido (quando o custo marginal é igual ao benefício marginal. Em outras palavras, quando a sociedade consegue obter o máximo possível dos recursos disponíveis. Vide MANKIW(1997), p.5,op.cit.

⁶³ ABRAMOVAY (2012). Op.Cit.

A incorporação da sustentabilidade ambiental no fluxo circular, portanto, estimula a inovação e geração de novas tecnologias, porém também impõe o limite que é dado pela limitada disponibilidade de recursos naturais. Desse modo, ainda de acordo com Ricardo Abramovay⁶⁴, para viver em uma economia que de fato inclua a sustentabilidade ambiental, a pergunta que se faz é: “que tipo de vida queremos levar?”

Para que as pessoas gostem de viver em uma economia sem crescimento (em *steady state*), é preciso reavaliar o que é importante na vida (...) O crescimento não seria a coisa mais importante, e sim ter mais tempo livre e uma vida social melhor, com comunidades mais fortes.⁶⁵

Sendo assim, a sustentabilidade do ponto de vista econômico implica profundas mudanças na economia atual, pois além da inovação e progresso científico – o que já ocorre de maneira crescente na modernidade – deve-se observar a disponibilidade de recursos naturais e lidar com a ideia de que talvez o crescimento econômico não seja o mais importante na vida da sociedade.

4.3. Da sustentabilidade do ponto de vista jurídico

Considerando que a sustentabilidade pode ser concebida como um princípio constitucional sistêmico, a implicação na seara jurídica é imediata. Juarez Freitas⁶⁶ entende que:

O direito fundamental à sustentabilidade multidimensional irradia efeitos para todas as províncias do Direito, não apenas para o Direito Ambiental, de sorte que o próprio sistema jurídico como que se converte em Direito da Sustentabilidade.

Pelo que se extrai do excerto da obra do mencionado autor, o objetivo é inserir a sustentabilidade no processo interpretativo do Direito. É preciso observar e destacar que o direito a um meio ambiente equilibrado é parte integrante do princípio

⁶⁴ ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Abril, 2012, p. 17.

⁶⁵ PETER VICTOR apud ABRAMOVAY, op., cit.

⁶⁶ FREITAS apud COSTA (no prelo), op.cit.

da dignidade humana⁶⁷. E sendo este princípio norteador do sistema jurídico pátrio, a sustentabilidade ambiental também deve o ser, conforme pontua Costa⁶⁸:

A sustentabilidade ambiental qualifica-se como pressuposto ínsito e requisito primário essencial à eficácia jurídica e à efetividade concreta da própria dignidade humana das gerações futuras, como se constata da leitura do disposto no art. 225, da Constituição.

Releva destacar o princípio da Unidade da Constituição, o qual preceitua que as normas constitucionais devem ser vistas em conjunto e não de forma isolada. Desse modo, exige-se uma interpretação sistemática⁶⁹ das normas, uma vez que a Constituição deve ser entendida como uma unidade. De acordo com Gilmar Mendes⁷⁰, “em nenhuma hipótese devemos separar uma norma do conjunto em que ela se integra, até porque o sentido da parte e o sentido do todo são interdependentes”

Nesse sentido, o disposto no art. 225, da Constituição de 1988 irradia efeitos em toda a Carta Magna, inclusive de forma expressa em alguns dispositivos, como no art. 170, VI⁷¹ e, mesmo que não exposto expressamente em todos os dispositivos constitucionais, a defesa ao meio ambiente ecologicamente equilibrado deve nortear

⁶⁷ Nesse sentido, Leonardo de Andrade Costa pronuncia que “além de balizar a Ordem Econômica, a sustentabilidade ambiental informa a Ordem Social e é pressuposto da dignidade da pessoa humana, razão pela qual deve ser ponderada com os demais objetivos do Estado.” In: COSTA, Leonardo de Andrade. *A sustentabilidade Ambiental na Produção Econômica de Bens e Serviços como Requisito Progressivo à Concessão de Incentivos e Benefícios Fiscais no Brasil*. In: FLORES, Nilton Cesar. **A sustentabilidade Ambiental em suas Múltiplas Faces**. São Paulo: Millenium Editora, 2012.

⁶⁸ Idem. Ibidem.

⁶⁹ Esclarece Leonardo de Andrade Costa: “uma interpretação sistemática e teleológica da Constituição pressupõe a correlação e interdependência entre os três imperativos constitucionais assim referidos, ou seja, (a) a prerrogativa estatal de tributar a atividade econômica tendo por objetivos financiar a atividade do Estado e as políticas públicas; (b) a possibilidade de utilização do tributo com intuito extrafiscal, visando à intervenção nas ordens econômica e social; e (c) a defesa do meio ambiente para as presentes e futuras gerações e da adoção da sustentabilidade ambiental (...).” In: COSTA, Leonardo A.; COSTA, Leonardo de Andrade. **A Tríplce projeção dos Princípios da Sustentabilidade Ambiental na Produção Econômica de Bens e Serviços e do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado sobre a Tributação do Século XXI (no prelo)**.

⁷⁰ MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Mártires Inocência; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo. Ed. Saraiva, 2010.p.174.

⁷¹ CRFB/88. “Art. 170, VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)”

a aplicação da constituição, tendo em vista sua unidade. Nesse diapasão, acentua Leonardo de Andrade Costa⁷²:

Assim sendo, a disciplina jurídica-tributária, impositiva ou desonerativa, além de se coadunar com os objetivos e fundamentos da República Federativa do Brasil, também deve ser conformada pelos princípios constitucionais gerais e específicos, sejam eles expressos ou implícitos.

O referido art. 170 trata da ordem econômica e estabelece seus princípios norteadores. Destaca-se o inciso VI, o qual prevê expressamente a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental na produção de bens e serviços.

Nesse contexto, reconhece-se que o princípio da Unidade da Constituição preceitua a harmonização dos diversos interesses e princípios espalhados ao longo da Carta Magna, impondo a coexistência destes com o princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado e da sustentabilidade ambiental na ordem econômica. Nesse sentido asseveram Saulo de Oliveira Pinto Coelho e André Fabiano Guimarães Araújo⁷³:

Estes outros princípios constitucionais podem ser pensados, portanto, como **variáveis principiológicas no ambiente ponderativo estruturado a partir da noção de sustentabilidade**. Nesse sentido o princípio da sustentabilidade ganha também uma dimensão instrumental aplicativa. (Grifei)

A sustentabilidade ambiental passa a ser, portanto, instrumento de ponderação quando da análise de situações jurídicas concretas. De forma exemplificativa os referidos autores destacam os princípios da inclusão social e do desenvolvimento econômico como variável da sustentabilidade.

Para o primeiro exemplo, ressaltam que “não é apenas a geração de renda que permite a inclusão social, mas todo um conjunto de ações que tornem os

⁷² COSTA, Leonardo de Andrade. **A Tríplice projeção dos Princípios da Sustentabilidade Ambiental na Produção Econômica de Bens e Serviços e do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado sobre a Tributação do Século XXI (no prelo)**.

⁷³ COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. ARAÚJO, André Fabiano Guimarães. A Sustentabilidade como Princípio Constitucional Sistêmico e sua Relevância na Efetivação Interdisciplinar da Ordem Constitucional Econômica e Social: Para Além do Ambientalismo e do Desenvolvimentismo. **Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia**, v. 39:261-291,2011.

indivíduos realmente parte da sociedade” ⁷⁴. Desse modo, o princípio da inclusão social implica não só em uma alteração nas políticas públicas voltadas à regulação e fomentação econômica, como também em um dever agir do Estado (atividade prestacional).⁷⁵

Já no segundo caso, o desenvolvimento econômico não seria sinônimo de desenvolvimento de setores econômicos, mas sim de uma sociedade, vez que o crescimento econômico não seria medido através de resultados, mas sim de acordo com a diminuição da desigualdade e da otimização da riqueza⁷⁶.

Nesse sentido, o princípio do desenvolvimento econômico adicionado ao princípio da inclusão social é um instrumento para o alcance do bem-estar social⁷⁷.

Dessa forma, a sustentabilidade ambiental interpretada como um princípio constitucional gera mudanças na hermenêutica jurídica. Resta, portanto, entender como incorporá-la na seara jurídico-tributária e como esta incorporação poderá influenciar em comportamentos mais benéficos ao meio ambiente.

⁷⁴ Idem. Ibidem.

⁷⁵ COELHO e ARAUJO. Op. Cit.

⁷⁶ Idem. Ibidem. “O principal objetivo de um Estado é promover a diminuição das desigualdades e potencializar os benefícios das pessoas que vivem em condições precárias.

⁷⁷ Idem. Ibidem. “Desenvolvimento é um processo dinâmico, em constante aprimoramento. Envolve não apenas o crescimento da riqueza, mas também efetiva melhora em aspectos a ela correlatos”.

5. DA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL

5.1. Como a tributação pode levar à sustentabilidade

O Direito estabelece um arcabouço de regras que impõe determinados comportamentos. Nesse sentido:

[p]ara entender a dinâmica no direito, deve-se primeiramente perceber que ele não é simplesmente um conjunto de normas. Estas são uma manifestação do direito, posituação de normas de conduta, que porém não o exaure. O direito não é uma parte, um estamento da sociedade, é uma prática social.⁷⁸

Dessa forma, observa-se que o Direito cria, através de normas, certo tipo de sociedade. A Constituição de 1988, por exemplo, delineia a estrutura do Estado brasileiro, estabelecendo as suas diretrizes. Nesse sentido, a Carta Magna preceitua, pela primeira vez, a preservação ao meio ambiente como direito e dever de todos, inclusive para as futuras gerações.

Observa-se, portanto, que o constituinte ao positivar o art. 225 na Constituição Federal de 1988 elevou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado a um patamar que a sociedade deve se dirigir para alcançá-lo. Ou seja, a busca pela sustentabilidade⁷⁹ deve estar em constantemente presente no cotidiano da sociedade brasileira.

A tributação, em seu turno, age dentro⁸⁰ da Ordem criada pela Constituição de 1988 e também deve respeitar e auxiliar na busca pela concretização de seus preceitos. Para tanto, além de sua função arrecadatória, a tributação também visa moldar comportamentos. Esta função extrafiscal – para além da arrecadação aos cofres públicos – é crucial para a geração de incentivos às condutas não prejudiciais ao meio ambiente e, principalmente, para as ambientalmente favoráveis.

⁷⁸ DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2008,p.2-3.

⁷⁹ Sustentabilidade aqui utilizada como princípio sistêmico que perpassa por todo o ordenamento jurídico e serve de norte no processo decisório dos indivíduos, Estado e empresas.

⁸⁰ “O princípio da legalidade estabelece que os tributos só podem ser instituídos ou aumentados por lei, entendida esta como ato próprio do Poder Legislativo.” In: AMARAL, Paulo Henrique do. **Direito Tributário Ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais,2007.p.71. O referido princípio se encontra esculpido no art. 150, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Cabe ressaltar que parte da doutrina⁸¹ faz distinção entre tributos com efeitos extrafiscais e com fins extrafiscais. A discussão, conforme se percebe é apenas teórica, porém interessante para demonstrar que independente da função primordial do tributo, ele sempre induzirá um determinado comportamento, seja para inibir ou para incentivar uma conduta.

De fato, conforme mencionado acima, além da faculdade de criação de tributos especificamente para a finalidade extra-arrecadatória, **ainda se destaca no ordenamento jurídico a possibilidade de existirem normas tributárias de caráter indutivo que, embora apresentem o precípuo objetivo arrecadatório, carregam em seu bojo elementos propiciadores de efeitos extrafiscais, ou terão o resultado da arrecadação voltado a um fim específico.**⁸² (Grifei)

Desse modo, observa-se que mesmo os tributos com fins arrecadatórios podem influenciar no comportamento dos contribuintes. Sendo assim, tendo em vista o objetivo de se garantir um meio ambiente equilibrado, prega-se que os tributos – mesmo que não estritamente ambientais – busquem incentivar um uso racional dos recursos naturais. Explica TUPIASSU:

Assim, mister admitir que tributos eminentemente arrecadatórios sem afetação ecológica específica podem redundar em efeitos extrafiscais, podendo ser utilizados como instrumentos de política ambiental através da inserção de elementos indutivos em seu bojo.⁸³

De acordo com a Professora Melina Rocha⁸⁴, a tributação possuía três funções básicas, quais eram: (i) alocativa, relacionada ao fornecimento de bens públicos, (ii) distributiva, associada a distribuição de renda através da tributação e, (iii) estabilização, “cujo objetivo é influenciar a política econômica para atingir certo nível de emprego, estabilidade nos preços e taxa de crescimento econômico”⁸⁵.

⁸¹Ver a respeito MOLINA, Pedro M.Herrera. *Derecho Tributario Ambiental*. p.56 es.s; HERNANDES, Jorge Jimenez. *El Tributo como Instrumento de Protección Ambiental*,p.85;BORRERO MORO, C. *La Tributación Ambiental en España*,p.51. In: TUPIASSU (2006), op. Cit.

⁸² TUPIASSU (2006), Op. Cit.

⁸³ *Idem*. p. 126.

⁸⁴ LUKIC, Melina Rocha. Tributação e Desenvolvimento Sustentável no Brasil: Possibilidades, Instrumentos e Limites. **Instrumentos Jurídicos para Implementação do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

⁸⁵ *Idem*. Ibidem.

Atualmente, porém, deve-se acrescentar “a função de proteção do meio ambiente, no sentido de induzir comportamentos ambientalmente positivos” ⁸⁶.

Nota-se, portanto, que a tributação, como uma das responsáveis pelo incentivo de condutas, tem papel importante em se tratando de proteção ao meio ambiente. Ao conceder benefícios fiscais para atividades que visam proteger ou diminuir o impacto ao meio ambiente e à saúde humana, o Poder Público promove o preceito expresso no art. 225, *caput*, da Constituição de 1988⁸⁷.

O art. 225 da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (...), impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações”, **determina que todos os instrumentos possíveis ao Estado, dentre os quais se incluem os tributos, devam ser utilizados para a preservação do meio ambiente.**

Dessa forma, ainda pode-se dizer que o referido dispositivo constitucional traz uma limitação ao poder de tributar e não tributar do Estado:

Os princípios do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações e da sustentabilidade ambiental na produção econômica de bens e serviços também conformam o poder de tributar e não tributar, apesar dessa associação não estar expressamente consagrada no Título VI da CR-88 como mais uma das limitações de tributar do Estado (...) ⁸⁸

Nesse sentido, percebe-se que ao incorporar a sustentabilidade como um princípio que perpassa por toda a Constituição de 1988 – assim como o princípio da dignidade da pessoa humana -, toda a hermenêutica constitucional é alterada, inclusive no que tange à tributação. Sendo uma limitação ao poder de tributar e não tributar, o impacto ao meio ambiente deveria influenciar na definição do fato gerador de um tributo, bem como na sua alíquota e base de cálculo.

Ademais, cabe ainda repisar na ideia defendida por Pigou⁸⁹, na qual o Estado deve taxar condutas ambientalmente negativas, fazendo com que os poluidores

⁸⁶ Idem. Ibidem.

⁸⁷ LUKIC (2012).Op.Cit.

⁸⁸ COSTA, Leonardo de Andrade. **A Tríplice projeção dos Princípios da Sustentabilidade Ambiental na Produção Econômica de Bens e Serviços e do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado sobre a Tributação do Século XXI (no prelo).**

⁸⁹ DERANI (2008), op. cit.

incorporem a externalidade negativa por eles geradas e, incentivar as condutas que geram efeitos sociais positivos, o que também pode ser realizado por meio da não tributação.

Considerando, assim, a proteção ao meio ambiente como uma limitação implícita ao poder de tributar e não tributar do Estado, além de considerar a sustentabilidade como um princípio sistêmico, fica claro que tributação tem o condão de incentivar o comportamento ambientalmente sustentável dos indivíduos e das empresas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo o que foi exposto neste trabalho, entende-se que os incentivos fiscais conferidos à indústria de agrotóxicos precisam ser melhor estudados, visto tratar de questão relevante para a produção agrícola do Brasil, bem como à saúde dos seres vivos e dos mananciais de água.

De acordo com o Banco Mundial, a correlação entre o consumo de agrotóxico na agricultura e o crescimento de sua produtividade é de 95,1%⁹⁰. Ou seja, pode-se inferir que os agrotóxicos são essenciais para manter e aumentar a produção de alimentos no Brasil e no mundo.

Entretanto, o que se procura apresentar é uma alternativa que visa a compatibilizar o desenvolvimento do país com as questões ambientais. O incentivo fiscal pode tanto ser dado ao grande produtor agrícola, quanto aos pequenos produtores rurais que produzem orgânicos.

O que se defende é a incorporação do princípio da sustentabilidade como um princípio sistêmico, o que significa que a sustentabilidade deve ser uma variável adicional a ser sopesada quando da tomada de uma decisão e quando da análise das consequências desta decisão.

Sendo assim, no momento em que se decidiu celebrar o Convênio CONFAZ nº.100/97 não se pensou que o aumento do uso de agrotóxicos poderia gerar danos ambientais e/ou à saúde pública. Simplesmente, pensou-se no incentivo à produção agrícola de grande escala. Fato perfeitamente compreensível no modelo de pensamento tradicional (vide diagrama do fluxo circular), entretanto ao incorporar a variável sustentabilidade, inegável que deve haver uma mudança de filosofia decisória.

Como já abordado inicialmente, essa mudança gera a adoção de novos paradigmas, pois (i) a sustentabilidade, como preceitua a própria palavra, deve se

⁹⁰ Correlação obtida através de dados disponíveis no Banco Mundial – <http://data.worldbank.org/indicator/AG.PRD.CROP.XD> e <http://data.worldbank.org/indicator/AG.CON.FERT.ZS/countries> - sobre produtividade na agricultura e uso de agrotóxicos (fertilizantes) no mundo. O resultado final foi obtido por João Lucas Thereze Ferreira, graduado em economia na Fundação Getúlio Vargas, e apresentado na Shanghai Jiao Tong University, Xangai, China, 2013.

perpetuar no tempo, (ii) assim como o princípio da dignidade humana, a sustentabilidade passa a integrar o rol de princípios norteadores do Estado Brasileiro e, (iii) não há juízo de certeza no campo ambiental, uma vez que as consequências ambientais na maioria das vezes são incertas e por isso, o princípio da prevenção e precaução são pilares na busca de concretização do esculpido no art. 225, da Constituição Brasileira.

Dessa forma, percebe-se que a incorporação da sustentabilidade como um princípio sistêmico demanda uma grande alteração no modo de pensamento da sociedade atual. Nesse sentido, não se pretende que haja uma quebra bruta dos paradigmas atuais para a incorporação daqueles que são consequência de um mundo sustentável.

Entretanto, para que essa mudança um dia ocorra, é necessário que esse debate esteja cada vez mais presente no cotidiano da sociedade.

7. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Abril, 2012.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2012.

AMARAL, Paulo Henrique do. **Direito Tributário Ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

BANCO MUNDIAL. Disponível em <http://data.worldbank.org/indicator/AG.PRD.CROP.XD> e <http://data.worldbank.org/indicator/AG.CON.FERT.ZS/countries>. Consolidação elaborada por João Lucas Thereze para apresentação em Shanghai Jiao Tong University, Xangai, China, 2013.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/>. Acesso em 06.10.13.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 10.10.2013.

_____. **Convênio CONFAZ nº.100/97**. Disponível em http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/1997/CV100_97.htm. Último acesso em 17.11.2013.

_____. **Lei nº.9.393/96**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9393.htm. Último acesso em 17.11.2013.

_____. **Lei Complementar nº.24/75**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp24.htm. Último acesso em 17.11.2013.

_____. **Ministério da Agricultura**. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br>. Acesso em 07.10.13.

_____. **Receita Federal.** Disponível em <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>. Último acesso em 17.11.2013.

_____. **Supremo Tribunal Federal.** Ação Direta de Inconstitucionalidade nº.3794. Relator Ministro Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, publicado no DJe em 01.08.2011.

CARLI, Ana Alice De. **A Água e seus Instrumentos de Efetividade:** educação ambiental, normatização, tecnologia e tributação. São Paulo: Editora Millennium, 2013.

CARRAZZA, Roque Antônio. **ICMS.** São Paulo: Malheiros, 2009.

CECHIN, Andrei. VEIGA, José Eli da. *O Fundamento Central da Economia Ecológica.* In: MAY, Peter. **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2010.

COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. ARAÚJO, André Fabiano Guimarães. A Sustentabilidade como Princípio Constitucional Sistêmico e sua Relevância na Efetivação Interdisciplinar da Ordem Constitucional Econômica e Social: Para Além do Ambientalismo e do Desenvolvimentismo. **Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia**, v. 39:261-291, 2011.

COSTA, Leonardo de Andrade. **Material Didático de Direito Tributário e Finanças Públicas I.** Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2012.1.

COSTA, Leonardo de Andrade. A sustentabilidade ambiental na produção econômica de bens e serviços como requisito à concessão de benefícios fiscais no Brasil. In: FLORES, Nilton Cesar (organizador). **A Sustentabilidade em suas Múltiplas Faces.** São Paulo: Editora Millennium, 2012.

COSTA, Leonardo A.; COSTA, Leonardo de Andrade. **A Tríplice projeção dos Princípios da Sustentabilidade Ambiental na Produção Econômica de Bens e Serviços e do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado sobre a Tributação do Século XXI (no prelo).**

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico.** São Paulo: Saraiva, 2008.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss 2.0 da Língua Portuguesa**. São Paulo Editora Objetiva, 2007.

LUCINDA, Claudio Ribeiro. HUSE, Cristian. NETO, Milad Kalume. **Sustentabilidade e Eficiência das Políticas de Incentivo**. São Paulo: Valor Econômico, p.A12, 21 fev. 2013.

LUKIC, Melina Rocha. Tributação e Desenvolvimento Sustentável no Brasil: Possibilidades, Instrumentos e Limites. **Instrumentos Jurídicos para Implementação do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MANKIW, N. G. **Principles of Economics**. Orlando: The Dryden Press, 1997.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Mártires Inocência; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo. Ed. Saraiva, 2010.

NETTO, Antônio Delfim. **O Necessário Equilíbrio**. Disponível na Internet: <http://www.valor.com.br/brasil/2669646/o-necessario-equilibrio>. Acesso em 8 de maio de 2013.

NIEVES, Fábio. **Tributação Ambiental – A Proteção do Meio Ambiente Natural**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

OLIVEIRA, Marcos Domingues de. **Sistema Tributário e Proteção Ambiental no Brasil e no Japão in Direito Tributário**. Vol.2. Homenagem a Alcides Jorge Costa. São Paulo: Ed. Quartier Latin do Brasil, 2003.

ORLANDO, Breno Ladeira Kingma; GUDIÑO, Daniel Mariz. Instrumentos Tributários e Financeiros Utilizados no Brasil para a Proteção do Meio Ambiente: Uma Análise Crítica. In: **Direito Tributário Ambiental**. Ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2009.

PACOBAYHA, Fernanda Macedo; BELCHIOR, Germana Parente Neiva. Agrotóxicos e incentivos fiscais: reflexões acerca do Convênio ICMS 100/97 do CONFAZ. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 1, n°. 1, jan./jun. 2011 (p. 301-325). Disponível na Internet: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/download/443/676>. Último acesso em 11.11.13.

TUPIASSU, Lise Vieira da Costa. **Tributação Ambiental: A utilização de instrumentos econômicos e fiscais na implementação do direito ao meio ambiente saudável.** Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

8. ANEXOS

8.1. Anexo 1 – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos 2013.

8.2. Anexo 2 - Relatório de empresas autuadas.



ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS (PARA)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2011 E 2012

Gerência-Geral de Toxicologia

Brasília, 29 de outubro de 2013.

PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS – PARA

Trabalho conjunto desenvolvido pela Anvisa, pelas Vigilâncias Sanitárias dos Estados a seguir:

Acre	Maranhão	Rio de Janeiro
Alagoas	Mato Grosso	Rio Grande do Norte
Amapá	Mato Grosso do Sul	Rio Grande do Sul
Amazonas	Minas Gerais	Rondônia
Bahia	Pará	Roraima
Ceará	Paraíba	Santa Catarina
Distrito Federal	Paraná	São Paulo
Espírito Santo	Pernambuco	Sergipe
Goiás	Piauí	Tocantins

e pelos Laboratórios de Saúde Pública:

Instituto Octávio Magalhães (IOM/FUNED/MG)

Laboratório Central do Paraná (Lacen/PR)

Laboratório Central do Rio Grande do Sul (Lacen/RS)

Laboratório Central de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros (Lacen/GO)

Copyright® 2013. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

DIRETORIA COLEGIADA – Dicol

Diretoria de Autorização e Registro Sanitários – Diare

Dirceu Brás Aparecido Barbano – Diretor-Presidente

Luiz Roberto Klassmann – Adjunto de Diretor

Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – DSNVS

Jaime Cesar de Moura Oliveira – Diretor

Doriane Patrícia Ferraz de Souza – Adjunto de Diretor

Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitário – Dimon

Jaime Cesar de Moura Oliveira – Diretor (respondendo)

Neilton Araujo de Oliveira – Adjunto de Diretor

Diretoria de Gestão Institucional – Diges

Ivo Bucaresky – Diretor

Traiano Augustus Tavares – Adjunto de Diretor

Diretoria de Regulação Sanitária – Direg

Renato Alencar Porto – Diretor

Luciana Shimizu Takara – Adjunto de Diretor

Gabinete do Diretor-Presidente - Gadip

Vera Bacelar – Chefe de Gabinete

Ouvidoria - OUVID

Eliana Pinto

Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX

Ana Maria Vekic – Gerente-Geral

Elaboração (equipe da GGTOX envolvida no PARA):

Adriana Torres de Sousa Pottier

Carlos Alexandre Oliveira Gomes

Daniela Macedo Jorge

Fabiane Resende Gomes

Heloisa Rey Farza

Jose Uires Garcia

Lidia Goncalves Nunes

Ludmila de Araujo Rios

Marcus Venicius Pires

Patricia Souza Xavier

Peter Rembischevski

Rejeane Goncalves Silva

Rodrigo Roriz de Arruda Leite

Revisão:

Equipe do PARA, LACENs, das VISAs Estaduais e Municipais

LISTA DE ABREVIações

ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados
Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BPA - Boas Práticas Agrícolas
CEASA - Central de Abastecimento
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CONASEMS - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde
CONASS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CSFI - Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
GESA - Grupo de Educação e Saúde sobre Agrotóxicos
GGTOX - Gerência Geral de Toxicologia
IA - Ingrediente Ativo
IAL - Instituto Adolfo Lutz
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDA - Ingestão Diária Aceitável
IDMT - Ingestão Diária Máxima Teórica
INC - Instrução Normativa Conjunta
IOM/FUNED - Instituto Octávio Magalhães/Fundação Ezequiel Dias
LACEN - Laboratório Central de Saúde Pública
LMR - Limite Máximo de Resíduo
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MS - Ministério da Saúde
OMS - Organização Mundial da Saúde
PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
POF - Pesquisa de Orçamento Familiares
PPA - Plano Plurianual
RENACIAT - Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica
SISCOMEX - Sistema Integrado de Comércio Exterior
SISGAP - Sistema de Gerenciamento de Amostras do PARA
SNVS - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
UF - Unidade Federativa
VISA - Vigilância Sanitária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS.....	6
1.2 O Sistema de Registro de Agrotóxicos no Brasil	7
2. O PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS – PARA.....	10
2.1 Evolução do quantitativo das amostras e culturas analisadas pelo PARA	12
2.2 O PARA nos anos de 2011 e 2012.....	14
2.3 Metodologia analítica.....	15
3. RESULTADOS.....	16
3.1 Resultados das amostras coletadas em 2011	16
3.1.1 Resultados de 2011 por Unidade Federativa.....	16
3.1.2 Discussão nacional dos resultados de 2011	18
3.2 Resultados das amostras coletadas em 2012.....	28
3.2.1 Resultados de 2012 por Unidade Federativa.....	28
3.2.2 Discussão nacional dos resultados de 2012.....	30
4. RASTREABILIDADE DAS AMOSTRAS COLETADAS.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
6. ALGUMAS AÇÕES PREVISTAS PARA O ANO DE 2013	44

1. INTRODUÇÃO

O crescente uso de agrotóxicos na produção agrícola e a consequente presença de resíduos acima dos níveis autorizados nos alimentos têm sido alvos de preocupação no âmbito da saúde pública, exigindo, das diversas esferas de governo, investimento e organização para implementar ações de controle do uso de agrotóxicos.

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi criado em 2001 como um projeto com o objetivo de estruturar um serviço para avaliar e promover a qualidade dos alimentos em relação ao uso de agrotóxicos e afins. Em 2003, o projeto transformou-se em Programa, através da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 119/03, e passou a ser desenvolvido anualmente no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).

O PARA tem por objetivo verificar se os alimentos comercializados no varejo apresentam níveis de resíduos de agrotóxicos dentro dos Limites Máximos de Resíduos (LMR) estabelecidos pela Anvisa e publicados em monografia específica para cada agrotóxico. Permite, também, conferir se os agrotóxicos utilizados estão devidamente registrados no país e se foram aplicados somente nas culturas para as quais estão autorizados.

Os relatórios anuais do Programa têm constituído um dos principais indicadores da qualidade dos alimentos adquiridos no mercado varejista e consumidos pela população. Daí seu reconhecimento por inúmeros setores da sociedade e de todos os pares do SUS, que se expressou, por exemplo, através da Moção de Apoio nº 001, de 15 de janeiro de 2009, do Conselho Nacional de Saúde - CNS. A Moção endossou o trabalho desenvolvido e recomendou à Diretoria Colegiada da Anvisa e ao Ministro da Saúde que assegurassem apoio integral e irrestrito para o fortalecimento do Programa da Análise de Resíduos e da reavaliação toxicológica de agrotóxicos já registrados.

Os resultados obtidos desde 2001 permitem esboçar um diagnóstico da utilização de agrotóxicos nas culturas abrangidas pelo Programa. Consequentemente, são fornecidos subsídios ao Poder Público para a implementação de ações de natureza regulatória, fiscalizatória e educativa.

Entre as ações desenvolvidas pelos participantes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, destacam-se as medidas educativas para a utilização de agrotóxicos segundo as Boas Práticas Agrícolas (BPA)¹ a apresentação e discussão dos resultados com representantes do mercado varejista, cuja cadeia de distribuição de alimentos é estimulada a realizar um maior controle da qualidade e da rastreabilidade dos alimentos até o produtor; a articulação, nos âmbitos federal e estadual, entre os diferentes atores envolvidos na produção, consumo e controle de agrotóxicos.

Os resultados permitem refinar a avaliação da exposição aos resíduos de agrotóxicos presentes nos alimentos e subsidiam a reavaliação de ingredientes ativos para a tomada de decisão sobre a restrição e o banimento de agrotóxicos perigosos para a saúde da população. Adicionalmente, os resultados fomentam pesquisas sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde.

No processo de divulgação dos resultados, o Programa recomenda aos consumidores que adquiram alimentos certificados e, portanto, rastreáveis até o produtor rural, e que este adote as BPA, com vistas a reduzir a ingestão de resíduos de agrotóxicos e prevenir agravos à saúde causados por essas substâncias.

1.1 O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS

De acordo com o Art. 1º da Lei 9.782, de 26 de Janeiro de 1999: “O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária compreende o conjunto de ações definido pelo § 1º do art. 6º e pelos art. 15 a 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, executado por instituições da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que exerçam atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área de vigilância sanitária”. Fazem parte desse Sistema o Ministério da Saúde, a Anvisa, o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, os Centros de Vigilância Sanitária Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios, os

¹ De acordo com a Portaria 3, de 16 de janeiro de 1992, BPA no uso de agrotóxicos significa o emprego correto e eficaz de um agrotóxico, considerados os riscos toxicológicos envolvidos em sua aplicação, de modo que os resíduos sejam igual ou abaixo do limite máximo estabelecido e toxicologicamente aceitáveis.

Laboratórios Centrais de Saúde Pública, a Fundação Oswaldo Cruz e os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, partícipes das ações de vigilância sanitária que incluem o monitoramento e o controle de substâncias que representem risco à saúde.

1.2 O Sistema de Registro de Agrotóxicos no Brasil

A Lei de Agrotóxicos e Afins nº 7.802, de 11 de julho de 1989, estabelece que os agrotóxicos somente podem ser utilizados no país se forem registrados em órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

Neste sentido, o Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei, estabelece as competências para os três órgãos envolvidos no registro: Anvisa, vinculada ao Ministério da Saúde; Ibama, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente; e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Anvisa tem, entre outras competências, avaliar e classificar toxicologicamente os agrotóxicos. Os resultados dos estudos toxicológicos são utilizados para calcular o parâmetro de segurança que consiste na Ingestão Diária Aceitável (IDA)² de cada IA ingrediente ativo.

Culturas agrícolas são incluídas no registro de um agrotóxico com base em estudos de resíduos em campo, conduzidos segundo as BPA. A partir da análise desses estudos, a Agência estabelece o Limite Máximo de Resíduo (LMR)³ e o Intervalo de Segurança⁴.

² De acordo com a Portaria 3 de 16 de janeiro de 1992, dose diária aceitável ou ingestão diária aceitável (IDA) é quantidade máxima que, ingerida diariamente durante toda a vida, parece não oferecer risco apreciável à saúde, à luz dos conhecimentos atuais. É expressa em mg do agrotóxico por kg de peso corpóreo (mg/kg p.c.).

³ O LMR é estabelecido pela Anvisa por meio da avaliação de estudos conduzidos em campo pelos pleiteantes ao registro ou à alteração pós-registro. Neles são analisados as concentrações de resíduos que permanecem nas culturas após a aplicação dos agrotóxicos, respeitadas as BPA.

⁴ De acordo com a Portaria 3 de 16 de janeiro de 1992, intervalo de segurança ou período de carência é o intervalo de tempo entre a última aplicação do agrotóxico e a colheita ou comercialização. Para os casos de tratamento de pós-colheita será o intervalo de tempo entre a última aplicação e a comercialização.

No âmbito de suas respectivas áreas de competência, a Anvisa, juntamente com o MAPA, também é incumbida de monitorar os resíduos desses produtos em alimentos de origem vegetal.

Na avaliação toxicológica para fins de registro de agrotóxicos conduzida pela Anvisa é calculada a Ingestão Diária Máxima Teórica (IDMT), definida pelo quociente: somatório dos produtos do consumo médio *per capita* diário de cada alimento e o respectivo LMR / peso corpóreo (Equação 1.2).

$$IDMT = \frac{\sum(LMR \times \text{Consumo do alimento})}{\text{Peso corpóreo}} \quad (1.2)$$

Os LMR estabelecidos para um agrotóxico nas várias culturas são considerados seguros para a saúde do consumidor quando a IDMT não ultrapassa a IDA⁵. Em outras palavras, a IDMT estima a quantidade máxima de agrotóxicos em alimentos que teoricamente um indivíduo pode ingerir diariamente.

O refinamento do cálculo da ingestão de resíduos de agrotóxicos pode ser conduzido quando os dados de resíduos obtidos de programas de monitoramento de alimentos substituem os LMR⁶.

De acordo com o Art. 2º, inciso VI, do Decreto nº 4.074/02, cabe ainda aos três Ministérios, em suas respectivas áreas de competência, a reavaliação de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins, quando surgirem novas informações que indiquem a necessidade de uma revisão de suas condições de uso e desaconselhem o uso dos produtos registrados, quando o país for alertado nesse sentido, por organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação ou meio ambiente, das quais o Brasil seja membro integrante ou signatário de acordos, ou quando alguma substância é banida ou sofre restrições de uso em outros países.

⁵ WHO - World Health Organization / Global Environment Monitoring System – Food Contamination Monitoring and Assessment Programme (GEMS/Food); Codex Committee on Pesticide Residues. Guidelines for predicting dietary intake of pesticides residues. WHO Press: 1997. Disponível em: <http://www.who.int/foodsafety/publications/chem/en/pesticide_en.pdf>. Acesso em: 13 jan 2012

⁶ WHO - World Health Organization - Joint FAO/WHO Consultation. Dietary Exposure Assessment of Chemicals in Food. Maryland, 2005. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241597470_eng.pdf>. Acesso em: 5 mai 2012

A Anvisa reavalia os agrotóxicos que se enquadram nesses casos, adotando as medidas pertinentes em função do produto e de seus efeitos adversos decorrentes da exposição dietética e ocupacional. Entre os ingredientes ativos banidos no país em decorrência de processos de reavaliação citam-se benomil, heptacloro, monocrotofós, lindano, pentaclorofenol, triclorfom, ciexatina, endossulfam e metamidofós, e outros como captana, folpete, carbendazim, clorpirifós, metaldeído e fosmete sofreram restrições de uso⁷.

⁷ <http://portal.Anvisa.gov.br/wps/portal/Anvisa/Anvisa/home/agrotoxicotoxicologia> (vide Assuntos de Interesse > Reavaliações de Agrotóxicos)

2. O PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS – PARA

O PARA é estruturado de forma a compartilhar as atribuições entre os entes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. A coordenação é distribuída em três eixos: Geral, Técnica e de Amostragem. O detalhamento do organograma do Programa é apresentado na Figura 1.

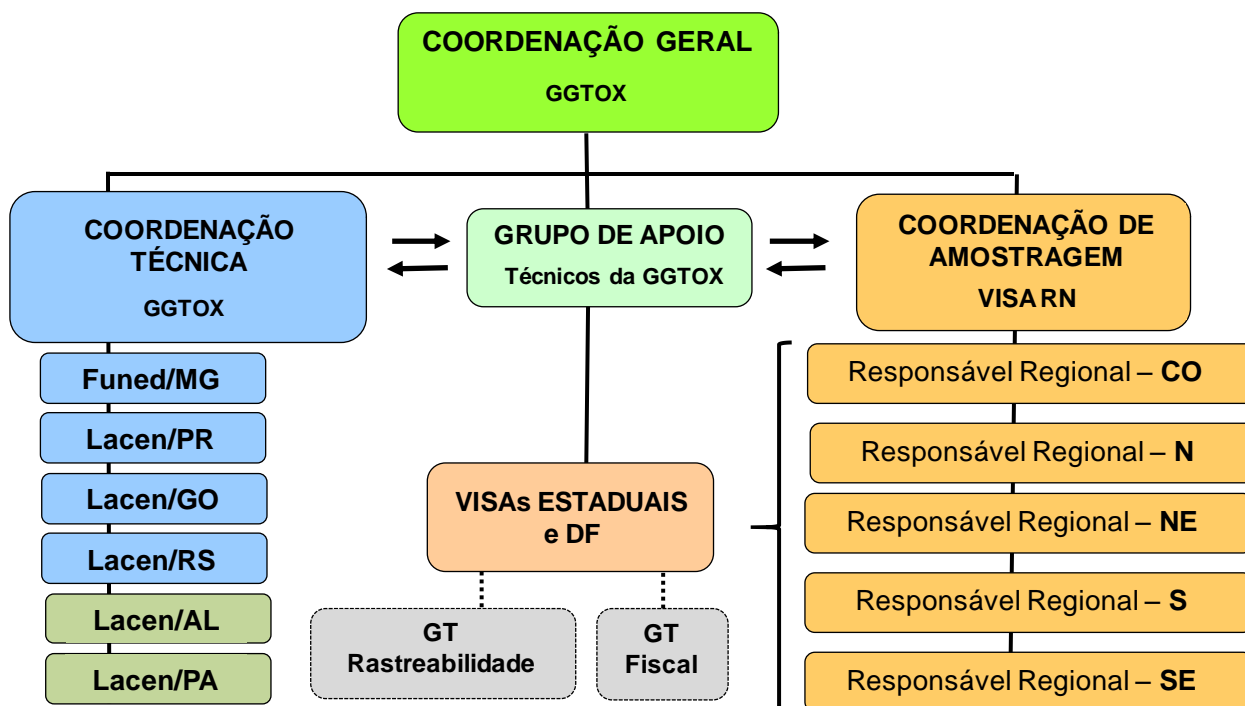


Figura 1: Organograma do PARA

A Coordenação Geral do Programa está sob a responsabilidade da Anvisa e conta com a participação e apoio das Vigilâncias Sanitárias Estaduais e Municipais e dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública. A Coordenação Geral tem a responsabilidade administrativa pela expansão do programa, pelo orçamento, pelos acordos de cooperação e pela organização de eventos para garantir o bom andamento do Programa.

A Coordenação de Amostragem é incumbida de gerenciar e operacionalizar os procedimentos de amostragem do PARA. Esta coordenação é exercida por um representante de Vigilância Sanitária Estadual, sendo atualmente exercida pela VISA do Rio Grande do Norte. Em 2011 foi criada a função de responsável regional no intuito de

auxiliar a Coordenação de Amostragem e organizar ações regionais a partir dos resultados do Programa.

A Coordenação Técnica é responsável pela implementação de ações que visam a continua melhoria da capacidade analítica do Programa, pela administração do Sistema de Gerenciamento de Amostras do PARA (SISGAP) e pela compilação e avaliação dos resultados do Programa. A Coordenação Técnica é exercida pela Anvisa com participação de colaboradores dos Lacens integrantes do Programa.

As coletas dos alimentos são realizadas pelas Vigilâncias Sanitárias (Estaduais/Municipais) de acordo com princípios e guias internacionalmente aceitos, como o *Codex Alimentarius*⁸. Este documento recomenda que a coleta seja feita no local em que a população adquire os alimentos, com vistas a obter amostras com características semelhantes ao que será consumido. Para tanto, as coletas são realizadas semanalmente no mercado varejista, tais como supermercados e sacolões, seguindo programação que envolve seleção prévia dos pontos de coleta e das amostras a serem coletadas.

A escolha dos alimentos monitorados pelo PARA baseia-se nos dados de consumo obtidos nas POF, na disponibilidade dos alimentos nos supermercados das diferentes unidades da Federação e no uso de agrotóxicos nas culturas. O cronograma de amostragem é aprovado previamente durante as reuniões nacionais do Programa.

O gerenciamento das amostras é feito por intermédio do Sistema de Gerenciamento de Amostras do PARA (SISGAP) acessado via *internet* por todas as entidades envolvidas. As Vigilâncias Sanitárias realizam as coletas, enviam as amostras aos laboratórios e inserem os dados de coleta no SISGAP. Os laboratórios recebem, preparam, analisam as amostras e utilizam o SISGAP para cadastrar e liberar os resultados, a fim de que os mesmos possam ser compilados e publicados. Após a liberação dos resultados, os laudos são disponibilizados pelo sistema para as Vigilâncias Sanitárias responsáveis pelas coletas.

⁸ Submission and Evaluation of Pesticide Residues Data for the Estimation of Maximum Residue Levels in Food and Feed (Second Edition), 2009.

2.1 Evolução do quantitativo das amostras e culturas analisadas pelo PARA

No tocante ao quantitativo de amostras, foram analisadas 19.407 amostras pelo Programa no período de 2002 a 2012. Nos anos de 2007 a 2009 houve uma expansão do número de amostras analisadas, atribuída à contratação de laboratório privado ocorrida em virtude de problemas infraestruturais de um dos laboratórios de Saúde Pública integrante do Programa na época.

Em 2009, houve uma melhoria na capacidade analítica, com a integração de dois laboratórios públicos à rede associado aos serviços prestados de laboratório contratado. Com a integração mais efetiva dos novos Laboratórios de Saúde Pública (GO e RS) no ano de 2010, optou-se pela não contratação de laboratório privado naquele ano.

A Coordenação Técnica do Programa trabalha para ampliação da capacidade analítica dos Lacen e organização prévia da logística para a amostragem anual. Considerando que no ano de 2010 as intercorrências laboratoriais não afetaram de forma significativa o número de amostras analisadas, optou-se por manter em 2011 somente os laboratórios públicos realizando as análises deste período. Entretanto, imprevistos como reformas de instalações físicas, quebra de equipamentos, falta de insumos, entre outros, impactaram negativamente no cumprimento do plano de amostragem, resultando na diminuição de mais de 1.000 amostras programadas para serem analisadas em 2011.

Diante disso, em 2012 contratou-se novamente laboratório privado no intuito de atender a demanda analítica do Programa. Entende-se que a contratação está em consonância com o objetivo de monitorar anualmente os resíduos de agrotóxicos presentes nos principais alimentos consumidos pela população brasileira e divulgar os dados nos relatórios anuais do programa.

Imprevistos laboratoriais também impossibilitaram a divulgação na íntegra dos resultados de 2012 até a presente data, sendo que se encontram divulgados neste relatório cerca de 54 % dos resultados das amostras analisadas, correspondentes a 1.665 amostras. Estão previstos para serem divulgados em fevereiro de 2014 os resultados das culturas pendentes: abobrinha, alface, tomate, feijão, milho (fubá) e uva.

Cabe ressaltar que outros fatores somam-se, ainda que em menor grau, aos imprevistos laboratoriais, contribuindo na diminuição do número de amostras analisadas

com relação ao plano de amostragem. Dentre eles, podem-se citar a falta de oferta de produtos nos pontos de venda e amostras que chegam deterioradas aos laboratórios.

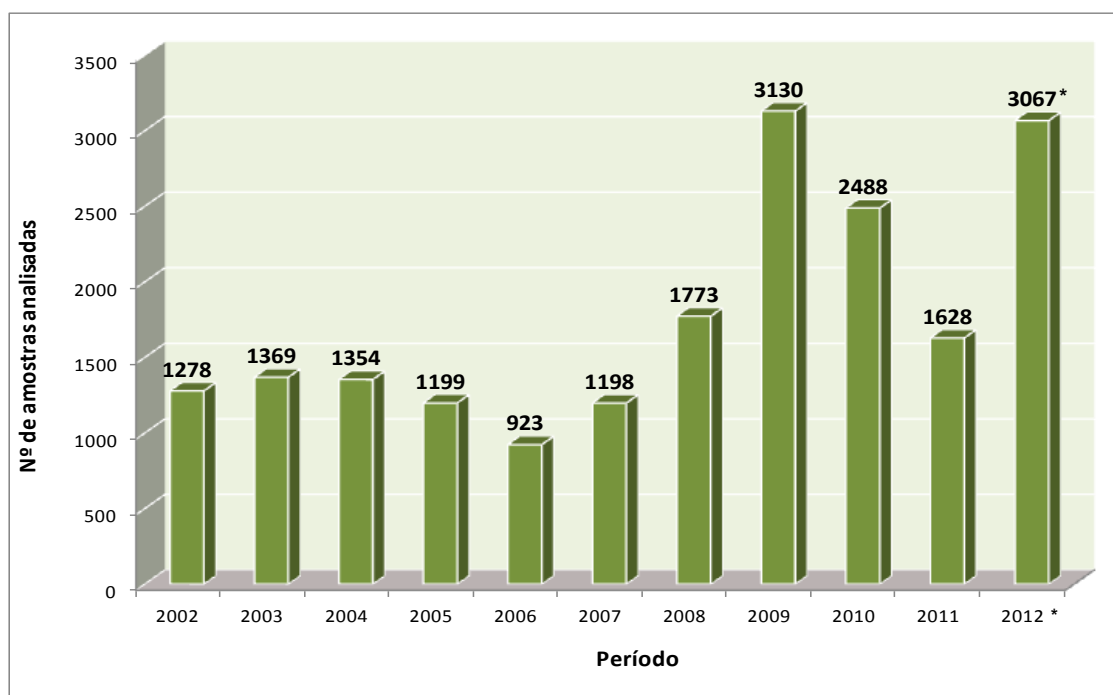


Figura 2: Evolução do quantitativo de amostras analisadas pelo PARA

* Foram liberados neste relatório 54% dos resultados de 2012 (1.665 amostras)

Considera-se igualmente prioritária a ampliação do número de amostras monitoradas por cultura anualmente, o que leva ao aumento do número de amostras por UF, além de inferir maior significância estatística aos resultados. Nesse sentido, a partir de 2011 optou-se por adotar um plano amostral que mantém a coleta anual de culturas com o maior consumo médio *per capita* e que permite alternar a coleta de culturas menos consumidas, garantindo que estas sejam monitoradas ao menos uma vez no período de três anos. Com isso, espera-se monitorar a cada triênio os principais alimentos de origem vegetal consumidos pelos brasileiros.

Não obstante, um aumento de 25 % (vinte e cinco por cento) no número de alimentos monitorados está pactuado como indicador de meta prioritária do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano Nacional de Saúde - PNS, para o período de 2012 a 2015, em acordo com o Plano Plurianual - PPA⁹. O aumento tem

⁹ Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, página 74 (<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/publicacoes%20sisan/livros/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2012-2015/>); Plano Nacional de Saúde, página 84

como ponto de partida as 20 culturas monitoradas pelo PARA até o ano de 2010, sendo elas: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, beterraba, cebola, cenoura, couve, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pepino, pimentão, repolho, tomate e uva.

Com vistas ao cumprimento da meta descrita e em consonância com o objetivo de ampliar o número anual de amostras por culturas, no período de 2012 a 2015 está planejado o monitoramento de 25 culturas agrícolas. Ressalta-se que foram monitoradas duas novas culturas em 2012, abobrinha e milho (fubá), cujos resultados serão publicados no próximo relatório, conforme já mencionado.

2.2 O PARA nos anos de 2011 e 2012

Em 2011 e 2012 as coletas foram realizadas nos vinte e sete Estados da Federação, com base no plano de amostragem estabelecido pelo Programa.

Em 2011, planejou-se a divisão do ano em quatro rodadas de nove semanas, de modo que cada cultura escolhida pudesse ser coletada semanalmente por todos os Estados participantes durante um período de nove semanas.

Tabela 1: Plano de amostragem - 2011

RODADA	PERÍODO DE COLETA	CULTURAS
1ª	21/02 a 09/05	Feijão, Arroz
2ª	16/05 a 18/07	Pimentão, Pepino, Uva
3ª	25/07 a 19/09	Mamão
4ª	26/09 a 05/12	Alface, Cenoura, Tomate

Com relação ao ano de 2012, cada rodada foi composta por 10 semanas, com o objetivo de ampliar o número de amostras por cultura.

Tabela 2: Plano de amostragem - 2012

RODADA	PERÍODO DE COLETA	CULTURAS
1ª	30/01 a 20/04	Laranja, Cenoura e Abacaxi
2ª	07/05 a 20/07	Alface, Maçã, Pepino
3ª	23/07 a 28/09	Morango, Tomate, Arroz, Abobrinha
4ª	01/10/ a 14/12	Milho, Feijão, Uva

Nota: Neste relatório não constam os resultados das seguintes culturas: abobrinha, alface, feijão, milho (fubá), tomate e uva.

As amostras de 2011 e 2012 foram analisadas pelos Lacens: Instituto Octávio Magalhães (IOM/FUNED/MG), Laboratório Central do Paraná (Lacen/PR), Laboratório Central do Rio Grande do Sul (Lacen/RS) e Laboratório Central de Goiás (Lacen/GO). Em 2012, parte das amostras foi analisada por laboratório privado contratado por processo licitatório.

2.3 Metodologia analítica

As amostras são encaminhadas aos laboratórios, cuja análise é realizada pelo método analítico de “multirresíduos” ou metodologias específicas previamente validadas. O método multirresíduo (MRM, do inglês *Multiresidue Methods*) consiste em analisar simultaneamente diferentes ingredientes ativos de agrotóxicos em uma mesma amostra, sendo ainda capaz de detectar diversos metabólitos. O método contribui para um monitoramento rápido e eficiente, tendo em vista o aumento da produtividade do laboratório pela diminuição significativa do tempo de análise, implicando na redução de custos. Trata-se da mais reconhecida e utilizada técnica para monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos, adotada por países como Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Holanda e outros.

Entretanto, esse método não se aplica na análise de alguns ingredientes ativos, como no caso dos ditiocarbamatos, precursores de dissulfeto de carbono, que exigem o emprego de metodologias específicas, as quais são utilizadas pelos laboratórios do PARA^{10, 11}.

Com relação à extração, têm sido utilizados, segundo o laboratório executor, os métodos QuEChERS (do inglês *Quick, Easy, Cheap, Rugged and Safe*, que se traduz por “rápido, fácil, barato, confiável e seguro”)¹² e Mini-Luke modificado¹³. Os dois métodos proporcionam uma boa extração dos analitos, reduzindo o consumo de solventes e de matriz amostral.

¹⁰ Cesnik, h.b.; Gregorcic, A. Validation of the Method for the Determination of Dithiocarbamates and Thiram Disulphide on Apple, Lettuce, Potato, Strawberry and Tomato Matrix. *Acta Chimica.*, 53, p. 100-104, 2006.

¹¹ De Kok, A.; P. Van Bodegraven. Validation of the Dithiocarbamate method based on iso-octane extraction of CS₂ and subsequent GC-ECD analysis, for fruits, vegetables and cereals. Resumos do 3rd European Pesticide Residue Workshop, York, UK, July 2000.

¹² Anastassiades, M.; Lehotay, S.; Stajnbaher, D.; Schenck, F. J.; *J. AOAC Int.* **2003**, 83, 412.

¹³ De Kok, A.; P. Van Bodegraven. Validation of the Dithiocarbamate method based on iso-octane extraction of CS₂ and subsequent GC-ECD analysis, for fruits, vegetables and cereals. Resumos do 3rd European Pesticide Residue Workshop, York, UK, July 2000.

3. RESULTADOS

3.1 Resultados das amostras coletadas em 2011

3.1.1 Resultados de 2011 por Unidade Federativa

Os alimentos foram coletados em 25 Estados e no Distrito Federal, gerando um total de 1.628 amostras no ano de 2011¹⁴. As situações em que as metas de amostragem não foram alcançadas ocorreram principalmente devido à deterioração das amostras que chegaram aos laboratórios ou à ausência dos produtos nos pontos de coleta.

A Tabela 3 apresenta, na linha “I”, o número de amostras insatisfatórias contendo resíduos de ingredientes ativos não autorizados para a cultura indicada, ou contendo resíduos de agrotóxicos autorizados, mas em concentração superior ao LMR estabelecido para ela. Na linha “A”, observa-se o número de amostras analisadas para cada cultura, por Estado.

¹⁴ Os resultados detalhados do PARA de 2011 podem ser acessados no Anexo I deste relatório.

PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS (PARA)
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2011 E DE 2012

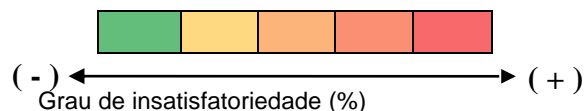
Tabela 3: Quantidade de amostras analisadas e resultados insatisfatórios, por cultura e por Unidade Federativa (PARA, 2011)

Produto		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	TO
Alface	I	4	0	4	1	3	5	1	4	1	4	2	2	0	1	2	2	4	3	4	2	2	-	1	0	3	3
	A	5	3	5	1	8	5	6	6	7	5	6	3	4	6	4	5	5	8	5	6	5	-	6	9	5	6
Arroz	I	0	1	0	2	3	0	1	3	1	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	4	0	6	0	0	1	0
	A	7	7	6	7	7	6	7	7	6	6	7	5	5	7	3	5	7	5	7	7	7	6	7	7	4	7
Cenoura	I	5	2	3	3	6	3	6	3	7	4	4	2	4	3	4	2	4	4	4	4	3	2	5	6	1	8
	A	6	5	5	3	8	6	6	6	8	5	6	3	4	6	5	6	6	8	6	6	6	2	6	9	6	9
Feijão	I	2	0	0	1	1	0	1	0	0	0	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	1	0	0	0
	A	9	9	8	10	8	8	9	9	9	9	9	8	7	9	5	8	9	7	9	9	9	9	9	8	5	9
Mamão	I	5	2	2	1	0	2	4	1	1	4	1	1	2	2	3	0	1	1	1	1	1	0	0	0	2	0
	A	8	8	7	5	8	8	6	8	8	8	8	7	6	8	6	8	8	8	8	8	9	3	8	8	8	6
Pepino	I	4	2	2	0	5	2	4	1	7	4	4	5	2	5	1	5	3	6	6	0	2	2	5	3	3	5
	A	9	6	8	3	8	9	9	8	9	9	9	8	4	9	6	9	7	8	9	8	7	6	9	8	8	7
Pimentão	I	9	8	4	4	8	8	8	5	9	7	8	7	4	9	7	8	8	8	7	9	6	6	9	8	9	7
	A	9	9	7	4	9	9	9	8	9	9	9	8	4	9	8	9	9	8	9	9	7	7	9	9	9	8
Tomate	I	1	0	0	0	0	3	1	1	0	2	0	0	0	1	1	0	2	2	0	0	0	0	0	1	2	1
	A	6	5	5	3	8	6	6	6	8	5	6	3	4	6	5	6	6	8	6	5	6	2	6	9	6	9
Uva	I	4	3	1	0	1	3	1	4	0	5	2	1	1	4	1	3	4	3	1	1	1	2	3	2	3	2
	A	9	9	8	4	9	9	7	9	9	9	9	6	4	8	8	9	9	9	9	9	7	6	8	9	8	8
Total de amostras insatisfatórias por UF		34	18	16	12	27	26	27	22	26	30	23	20	13	25	19	21	27	28	24	21	16	20	24	20	24	26
Total de amostras analisadas por UF		68	61	59	40	73	66	65	67	73	65	69	51	42	68	50	65	66	69	68	67	63	41	68	76	59	69

I = Nº de amostras insatisfatórias

A = Nº de amostras analisadas

- = Análises não realizadas



3.1.2 Discussão nacional dos resultados de 2011

A Figura 3 apresenta a distribuição dos resíduos de agrotóxicos nas 1.628 amostras analisadas no ano de 2011. Verificou-se que 64% das amostras monitoradas foram consideradas satisfatórias quanto aos ingredientes ativos pesquisados, sendo que em 22% delas não foram detectados resíduos e 42% apresentaram resíduos dentro do LMR estabelecido. Das amostras monitoradas, 36% foram consideradas insatisfatórias.

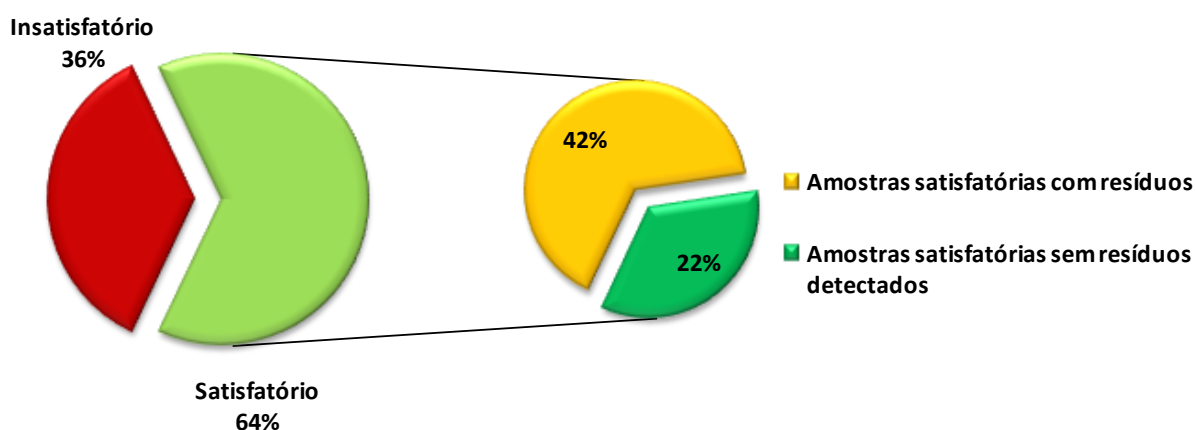


Figura 3: Distribuição das amostras analisadas segundo a presença ou a ausência de resíduos de agrotóxicos (PARA, 2011)

Na Tabela 4 constata-se que entre as 1.628 amostras analisadas em 2011, 589 (36%) apresentaram resultados insatisfatórios, sendo as irregularidades destacadas a seguir:

- Presença de agrotóxicos em níveis acima do LMR em 38 amostras, correspondendo a 2,3% do total.
- Constatação de agrotóxicos não autorizados (NA) para a cultura em 520 amostras, correspondendo a 32% do total.
- Resíduos acima do LMR e NA simultaneamente em 31 amostras, correspondendo a 1,9% do total.

Tabela 4: Número de amostras analisadas por cultura e resultados insatisfatórios (PARA, 2011)

Produto	Nº de amostras analisadas	NA		> LMR		>LMR e NA		Total de Insatisfatórios	
		(1)		(2)		(3)		(1+2+3)	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alface	134	55	41%	1	0,7%	2	1,5%	58	43%
Arroz	162	26	16%	0	0,0%	0	0,0%	26	16%
Cenoura	152	102	67%	0	0,0%	0	0,0%	102	67%
Feijão	217	13	6%	0	0,0%	0	0,0%	13	6%
Mamão	191	20	10%	14	7,3%	4	2,1%	38	20%
Pepino	200	71	36%	10	5,0%	7	3,5%	88	44%
Pimentão	213	178	84%	2	0,9%	10	4,7%	190	90%
Tomate	151	14	9%	0	0,0%	4	2,6%	18	12%
Uva	208	41	20%	11	5,3%	4	1,9%	56	27%
TOTAL	1.628	520	32%	38	2,3%	31	1,9%	589	36%

(1) amostras que apresentaram somente IA não autorizados (NA); (2) amostras somente com ingredientes ativos autorizados, mas acima dos limites máximos autorizados (> LMR); (3) amostras com as duas irregularidades (NA e > LMR); (1+2+3) soma de todos os tipos de irregularidades.

De acordo com a Figura 4, observa-se que o maior índice de irregularidade nas amostras analisadas é ocasionado pela presença de agrotóxicos não autorizados para a cultura. Os agrotóxicos não autorizados para a cultura compreendem as seguintes situações: ingrediente ativo com registro para outras culturas e não autorizado para a cultura monitorada ou ingrediente ativo banido ou sem nunca ter tido registro no país. Alimentos como arroz, feijão e cenoura, por exemplo, apresentaram todas as amostras insatisfatórias devido à presença de agrotóxico não autorizado para a cultura, o que evidencia uma irregularidade que necessita ser corrigida.

Verifica-se, ainda na Figura 4, que as amostras monitoradas de alface, mamão, pepino, pimentão e uva apresentaram elevado índice de resultados insatisfatórios pela utilização de agrotóxicos não autorizados para cultura. Entretanto, nessas culturas foram evidenciadas amostras insatisfatórias por apresentarem concentração de resíduos de agrotóxicos acima do LMR estabelecido para a cultura.

Os resultados insatisfatórios, com níveis de agrotóxicos superiores ao LMR, demonstram a utilização dessas substâncias em desacordo com as indicações constantes nos rótulos e bulas, seja pela extrapolação da quantidade de agrotóxicos aplicada por hectare, por ciclo ou por safra da cultura, seja por número

de aplicações acima do recomendado, seja por não cumprimento do intervalo de segurança ou período de carência¹⁵.

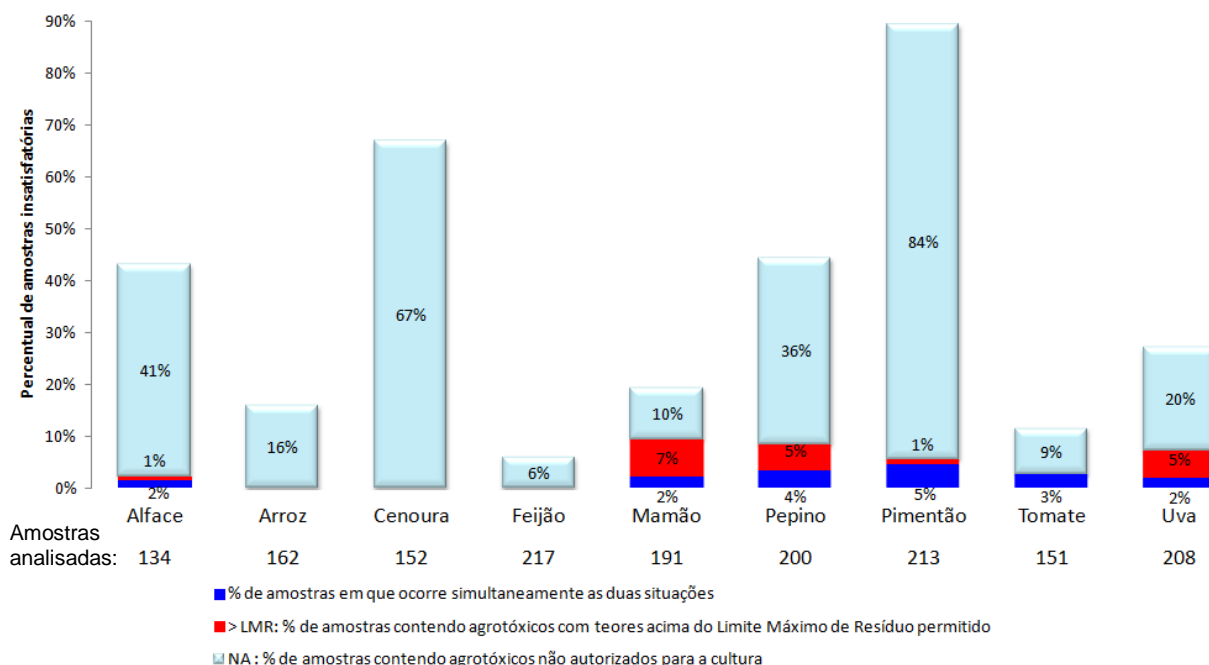


Figura 4: Perfil das detecções de ingredientes ativos insatisfatórios por cultura (PARA, 2011)

A Figura 5 apresenta o número de detecções de ingredientes ativos em situação irregular por amostra. A título de exemplo, temos que 100% das amostras com resultados insatisfatórios de feijão foram condenadas devido à presença de um único ingrediente ativo irregular, e a cultura do pimentão apresentou o maior número de resíduos em situação irregular por amostra. Em 0,5% das amostras de pimentão foi constatada a presença de 8 ingredientes ativos irregulares.

¹⁵ Intervalo de segurança ou período de carência: corresponde ao intervalo de tempo entre a última aplicação de agrotóxicos e a colheita da cultura.

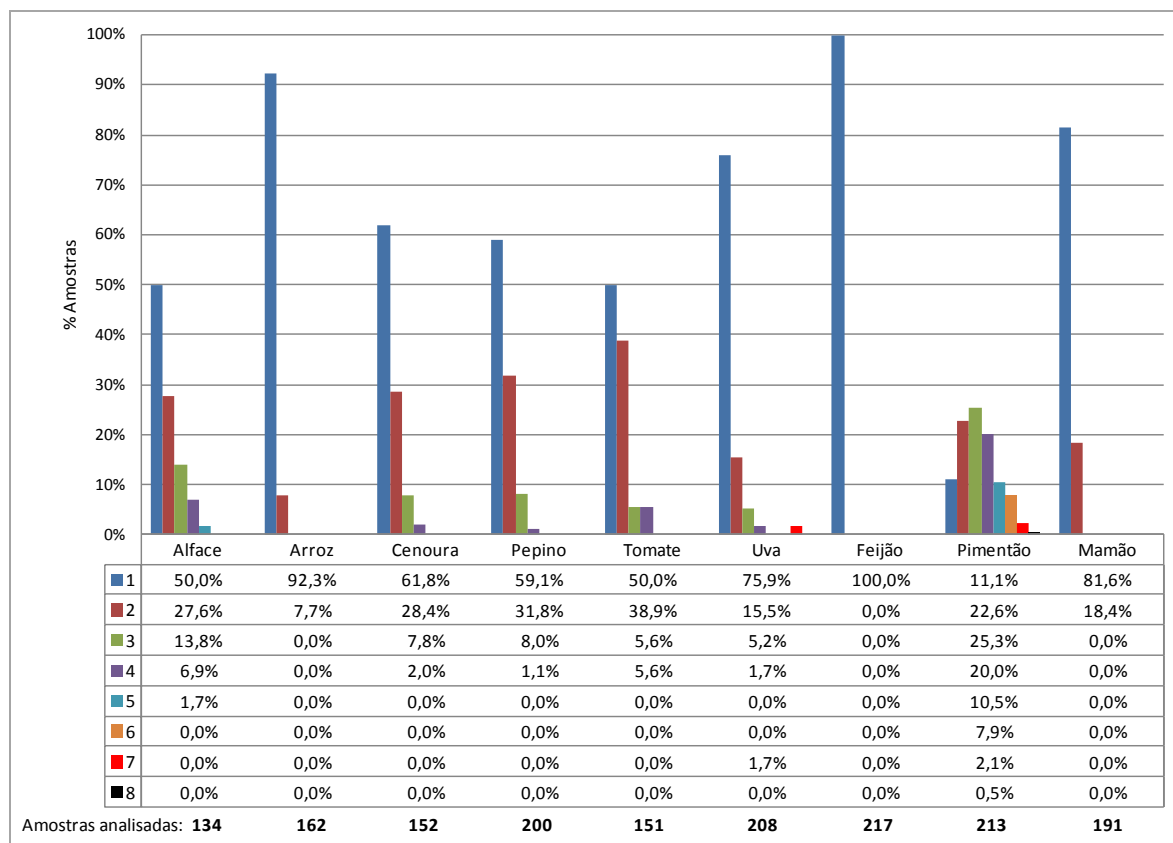


Figura 5: Perfil de detecções de ingredientes ativos irregulares por amostra (PARA, 2011)

Nota: os números 1 a 8 correspondem ao número de ingredientes ativos irregulares em uma mesma amostra

As Figuras 6 e 7 apresentam os ingredientes ativos e os grupos químicos, em situação irregular, mais detectados nas análises realizadas nos alimentos amostrados. Destacou-se o carbendazim, com 179 amostras apresentando resíduos insatisfatórios desse agrotóxico; 131 correspondem ao pimentão e o restante à alface, ao mamão e à uva. É importante observar que, de acordo com a monografia do carbendazim, as detecções referentes a este ingrediente ativo também podem ser provenientes da utilização de agrotóxicos à base do ingrediente ativo tiofanato-metílico, precursor de carbendazim.

Ressalta-se que a mesma tendência foi observada no ano de 2010, onde o carbendazim foi o ingrediente ativo que apresentou o maior número de detecções em amostras insatisfatórias. O mesmo ocorreu para os três outros ingredientes ativos citados: metamidofós, acefato e clorpirifós.

Outros ingredientes ativos pertencentes ao grupo químico dos organofosforados apresentaram elevado número de ocorrências, conforme a Figura 6: metamidofós, clorpirifós e acefato. Estas moléculas foram detectadas em 141, 138 e 75 amostras com resultados insatisfatórios, respectivamente.

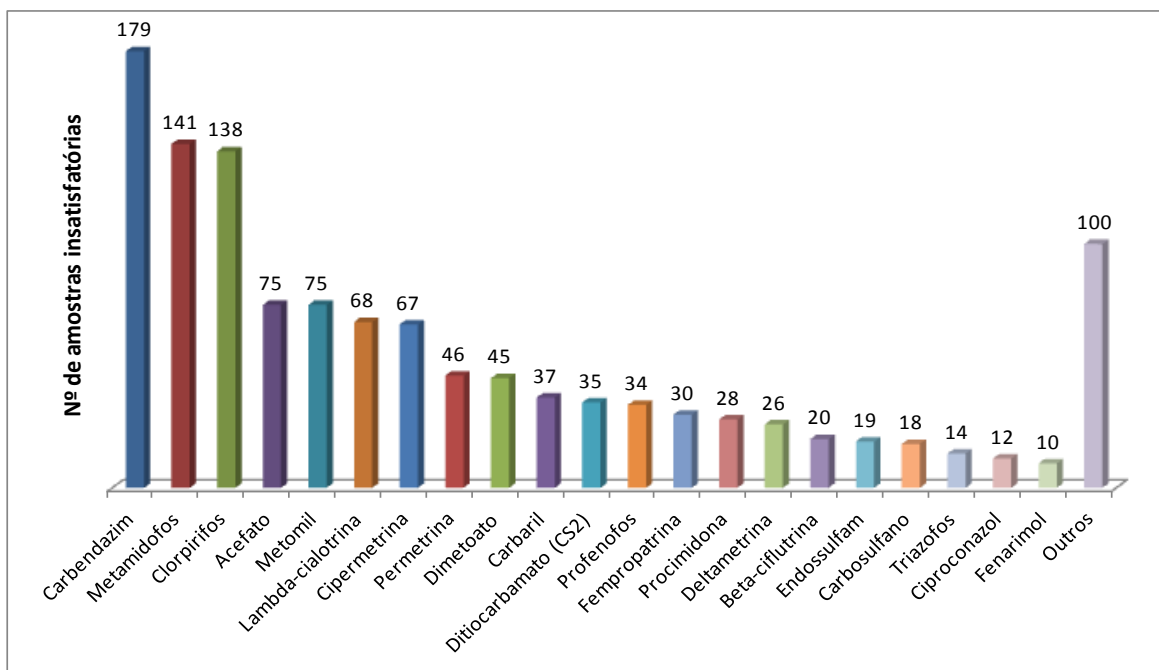


Figura 6: Principais ingredientes ativos com uso irregular detectados em amostras insatisfatórias (PARA, 2011)

O grupo químico dos organofosforados destaca-se entre os demais representando aproximadamente 38% do total das irregularidades encontradas nas amostras analisadas em 2011 (Figura 7).

As Tabelas 5 e 6 apresentam a relação de ingredientes ativos não autorizados (NA) e acima do LMR, respectivamente, detectados nas amostras insatisfatórias coletadas em 2011.

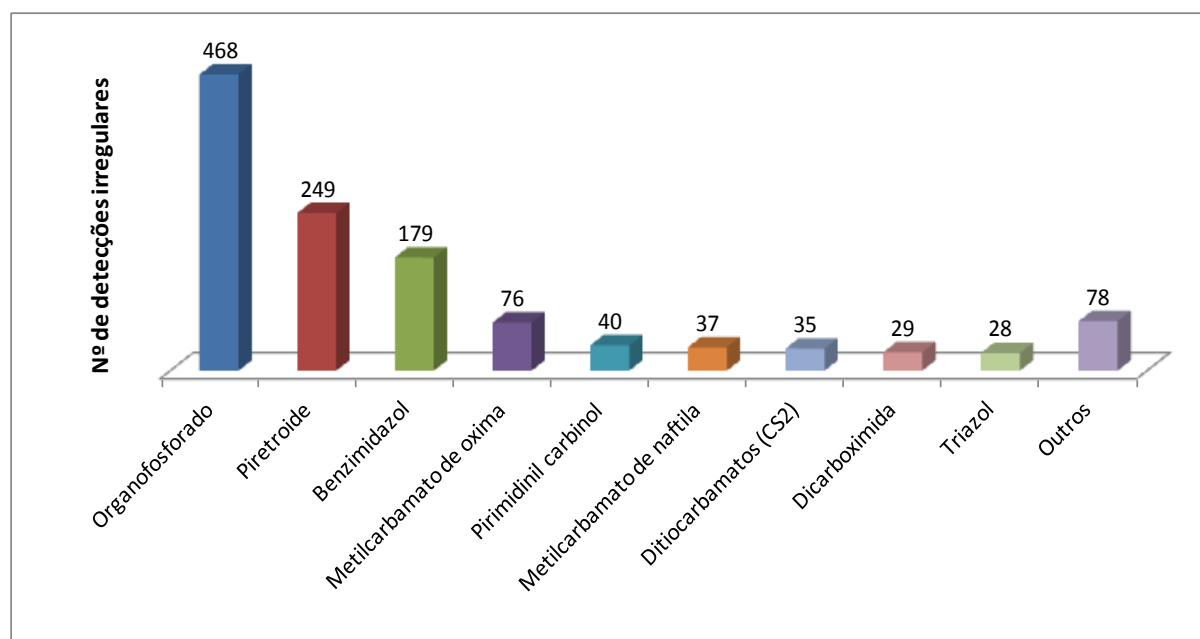


Figura 7: Principais grupos químicos com uso irregular detectados em amostras insatisfatórias (PARA, 2011)

Tabela 5: Ingredientes ativos não autorizados (NA) detectados nas amostras insatisfatórias (PARA, 2011)

Produto	Grupo químico	Ingrediente ativo	LD ¹	LQ ¹	Quant	Min ¹	Max ¹
Alface	Análogo de pirazol	Clorfenapir	0,040	0,080	1	0,04	0,04
	Benzimidazol	Carbendazim	0,005	0,010	27	0,005	5,4
	Ditiocarbamato	Ditiocarbamato (CS ₂)	0,050	0,080	28	0,12	4,01
	Metilcarbamato de naftila	Carbaril	0,005	0,010	2	0,13	0,46
	Metilcarbamato de oxima	Metomil	0,005	0,010	4	0,005	0,11
	Organofosforado	Acefato	0,005	0,010	3	0,005	1,2
		Clorpirifós	0,010	0,010	2	0,05	0,05
		Dimetoato	0,005	0,010	3	0,005	0,08
		Metamidofós	0,005	0,010	2	0,05	0,09
	Piretróide	Cipermetrina	0,020	0,040	4	0,05	0,69
		Deltametrina	0,005	0,010	12	0,005	0,4
		Lambda-cialotrina	0,010	0,020	9	0,01	0,89
	Pirimidinil carbinol	Fenarimol	0,005	0,010	1	0,09	0,09
	Triazol	Tebuconazol	0,005	0,020	4	0,005	0,05
	Total					102	
Arroz	Cloroacetanilida	Alacloro	0,010	0,020	1	0,005	0,005
	Metilcarbamato de fenila	Metiocarbe	0,005	0,010	1	0,03	0,03
	Metilcarbamato de naftila	Carbaril	0,005	0,010	1	0,005	0,005
	Metilcarbamato de oxima	Aldicarbe	0,010	0,020	1	0,03	0,03
		Metomil	0,005	0,010	10	0,005	0,03
	Organofosforado	Acefato	0,005	0,010	2	0,005	0,01
		Clorpirifós	0,005	0,010	1	0,005	0,005
		Diclorvós	0,005	0,010	1	0,05	0,05
		Fenitrotona	0,005	0,010	1	0,005	0,005
		Metamidofós	0,005	0,010	9	0,005	0,14
	Total					28	

**PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS (PARA)
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2011 e 2012**

Produto	Grupo químico	Ingrediente ativo	LD ¹	LQ ¹	Quant	Min ¹	Max ¹
Cenoura	Análogo de pirazol	Clorfenapir	0,010	0,020	3	0,01	0,027
	Clorociclodieno	Endossulfam	0,005	0,010	1	0,019	0,019
	Clorodifenilsulfona	Tetradifona	0,010	0,020	2	0,01	0,01
	Metilcarbamato de benzofuranila	Carbossulfano	0,010	0,020	18	0,01	0,032
	Metilcarbamato de naftila	Carbaril	0,005	0,010	31	0,005	1160
	Organofosforado	Acefato	0,010	0,020	29	0,01	0,06
		Clorpirifós	0,005	0,010	51	0,005	0,324
		Dimetoato	0,010	0,020	1	0,01	0,01
		Metamidofós	0,010	0,020	4	0,01	0,01
		Profenofós	0,010	0,020	6	0,01	0,027
	Pirazol	Fipronil	0,005	0,010	1	0,005	0,005
	Piretróide	Bifentrina	0,005	0,010	1	0,005	0,005
		Cipermetrina	0,005	0,010	2	0,01	0,014
		Lambda-cialotrina	0,005	0,010	1	0,029	0,029
		Permetrina	0,005	0,010	1	0,005	0,005
	Pirimidinil carbinol	Fempropatrina	0,010	0,020	1	0,059	0,059
	Total				153		
Feijão	Clorociclodieno	Endossulfam	0,010	0,020	6	0,01	0,03
	Metilcarbamato de oxima	Metomil	0,005	0,010	2	0,005	0,005
	Triazol	Ciproconazol	0,005	0,010	5	0,005	0,005
	Total				13		
Mamão	Organofosforado	Dimetoato	0,005	0,010	9	0,005	0,05
		Metamidofós	0,005	0,010	4	0,005	0,04
		Metidationa	0,005	0,010	1	0,005	0,005
		Profenofós	0,080	0,080	1	0,08	0,08
	Piretróide	Cipermetrina	0,020	0,040	6	0,02	0,17
		Deltametrina	0,010	0,010	2	0,01	0,01
		Lambda-cialotrina	0,010	0,020	3	0,01	0,09
	Sulfito de alquila	Propargito	0,010	0,010	1	0,01	0,01
	Total				27		
Pepino	Análogo de pirazol	Clorfenapir	0,040	0,080	4	0,04	0,04
	Clorociclodieno	Endossulfam	0,005	0,010	5	0,021	0,098
	Dicarboximida	Procimidona	0,010	0,020	9	0,01	0,051
	Organoclorado	Dicofol	0,030	0,060	2	0,03	0,03
	Organofosforado	Acefato	0,010	0,020	23	0,01	0,431
		Clorpirifós	0,005	0,010	30	0,005	0,219
		Diclorvós	0,030	0,060	1	0,03	0,03
		Metamidofós	0,010	0,020	31	0,01	0,694
	Piretróide	Fenvalerato	0,010	0,020	1	0,01	0,01
		Permetrina	0,020	0,040	9	0,02	0,049
	Total				115		
Pimentão	Benzimidazol	Carbendazim	0,005	0,010	131	0,005	0,49
	Clorociclodieno	Endossulfam	0,010	0,010	6	0,01	0,05
	Dicarboximida	Procimidona	0,010	0,030	18	0,01	0,36
	Metilcarbamato de benzofuranila	Carbofurano	0,005	0,010	1	0,02	0,02
	Metilcarbamato de naftila	Carbaril	0,005	0,010	3	0,005	0,07
	Metilcarbamato de oxima	Metomil	0,005	0,010	59	0,005	0,36
	Organofosforado	Clorpirifós	0,010	0,010	30	0,01	0,2
		Dimetoato	0,005	0,010	26	0,005	0,23
		Fentoato	0,005	0,020	2	0,005	0,005

**PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS (PARA)
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2011 e 2012**

Produto	Grupo químico	Ingrediente ativo	LD ¹	LQ ¹	Quant	Min ¹	Max ¹
		Metamidofós	0,005	0,010	86	0,005	0,6
		Profenofós	0,020	0,040	27	0,02	0,46
		Triazofós	0,005	0,020	14	0,005	0,15
	Piretróide	Beta-ciflutrina	0,020	0,040	20	0,02	0,05
		Bifentrina	0,010	0,020	7	0,01	0,06
		Cipermetrina	0,020	0,040	51	0,02	0,3
		Esfenvalerato	0,010	0,020	7	0,01	0,03
		Lambda-cialotrina	0,010	0,020	49	0,01	0,1
		Permetrina	0,020	0,040	33	0,02	0,27
	Pirimidinil carbinol	Fempropatrina	0,005	0,020	24	0,005	0,07
		Fenarimol	0,005	0,010	9	0,005	0,13
	Sulfito de alquila	Propargito	0,010	0,010	3	0,01	0,06
	Triazol	Ciproconazol	0,005	0,010	7	0,005	0,02
		Flutriafol	0,005	0,010	4	0,005	0,04
	Total		617				
Tomate	Clorociclodieno	Endossulfam	0,005	0,010	1	0,024	0,024
	Imidazol	Imazalil	0,010	0,020	1	0,01	0,01
	Organofosforado	Clorpirifós	0,005	0,010	14	0,005	0,924
		Metamidofós	0,010	0,020	5	0,01	0,06
	Piretróide	Fenvalerato	0,005	0,010	3	0,005	0,108
	Total		24				
Uva	Carbamato	Propamocarbe	0,005	0,010	1	0,204	0,204
	Diacilhidrazina	Metoxifenoazida	0,005	0,010	1	0,023	0,023
	Espinosinas	Espinosade	0,005	0,010	1	0,016	0,016
	Éter difenílico	Etiona	0,005	0,010	1	0,005	0,005
	Organofosforado	Acefato	0,005	0,010	18	0,005	1,114
		Clorpirifós	0,005	0,010	10	0,015	0,201
		Diazinona	0,005	0,010	2	0,005	0,005
		Dimetoato	0,005	0,010	6	0,005	0,097
		Femproximato	0,005	0,010	8	0,005	0,193
		Fosalona	0,005	0,010	2	0,005	0,005
		Malationa	0,005	0,010	1	0,005	0,005
		Metidationa	0,005	0,010	1	0,005	0,005
		Vamidotiona	0,005	0,010	1	0,005	0,005
	Pirazol	Tebufempirade	0,005	0,010	2	0,005	0,005
	Pirimidinil carbinol	Fempropatrina	0,005	0,010	5	0,005	0,012
	Triazina	Atrazina	0,005	0,010	1	0,005	0,005
	Triazol	Azaconazol	0,005	0,010	1	0,005	0,005
		Flusilazol	0,005	0,010	1	0,005	0,005
	Total		63				

1. Valores expressos em mg/kg.

2. Nota: LQ - Limite de Quantificação; LD - Limite de Detecção; Min e Máx - valores mínimos e máximos de concentrações de resíduos detectados; Quant - quantidade de amostras.

Tabela 6: Ingredientes ativos detectados acima do LMR permitido nas amostras insatisfatórias (PARA, 2011)

Produto	Grupo químico	Ingrediente ativo	LD ¹	LQ ¹	LMR ¹	Quant	Min ¹	Max ¹
Alface	Dicarboximida	Iprodiona	0,040	0,08	1,0	1	4,12	4,12
		Procimidona	0,020	0,08	5,0	1	5,64	5,64
	Triazol	Difenoconazol	0,010	0,02	0,5	2	0,85	1,15
	Total		4					
Mamão	Benzimidazol	Carbendazim	0,005	0,01	0,5	18	0,52	3,64
Pepino	Ditiocarbamato	Ditiocarbamato (CS ₂)	0,200	0,3	0,3	7	0,321	1,046
	Piretróide	Cipermetrina	0,020	0,04	0,05	4	0,063	0,158
		Lambda-cialotrina	0,005	0,01	0,01	7	0,011	0,033
	Total		36					
Pimentão	Piretróide	Deltametrina	0,005	0,01	0,01	11	0,02	0,04
	Triazol	Tebuconazol	0,005	0,02	0,1	1	0,18	0,18
	Total		12					
Tomate	Piretróide	Deltametrina	0,005	0,01	0,03	2	0,041	0,35
		Esfenvalerato	0,005	0,01	0,05	1	0,375	0,375
		Permetrina	0,005	0,01	0,3	3	0,308	1,232
	Total		6					
Uva	Avermectinas	Abamectina	0,002	0,005	0,005	4	0,006	0,011
	Benzimidazol	Carbendazim	0,005	0,01	0,7	3	0,794	1,681
	Morfolina	Dimetomorfe	0,005	0,01	2,0	7	3,415	3502
	Neonicotinóide	Tiametoxam	0,005	0,01	0,02	2	0,022	0,027
	Triazol	Difenoconazol	0,005	0,01	0,2	2	0,218	0,249
		Tetraconazol	0,005	0,01	0,3	1	0,603	0,603
	Total		19					

1. Valores expressos em mg/kg.

2. Nota: LQ - Limite de Quantificação; LD - Limite de Detecção; Min e Máx - valores mínimos e máximos de concentrações de resíduos detectados; Quant - quantidade de amostras.

Em relação à utilização de agrotóxicos não autorizados para uma cultura, nota-se que, do total de 589 amostras insatisfatórias identificadas, 207 (35%) apresentaram resíduos de ingredientes ativos que estão em processo de reavaliação toxicológica ou em venda descontinuada programada no Brasil para banimento final, conforme a Figura 8.

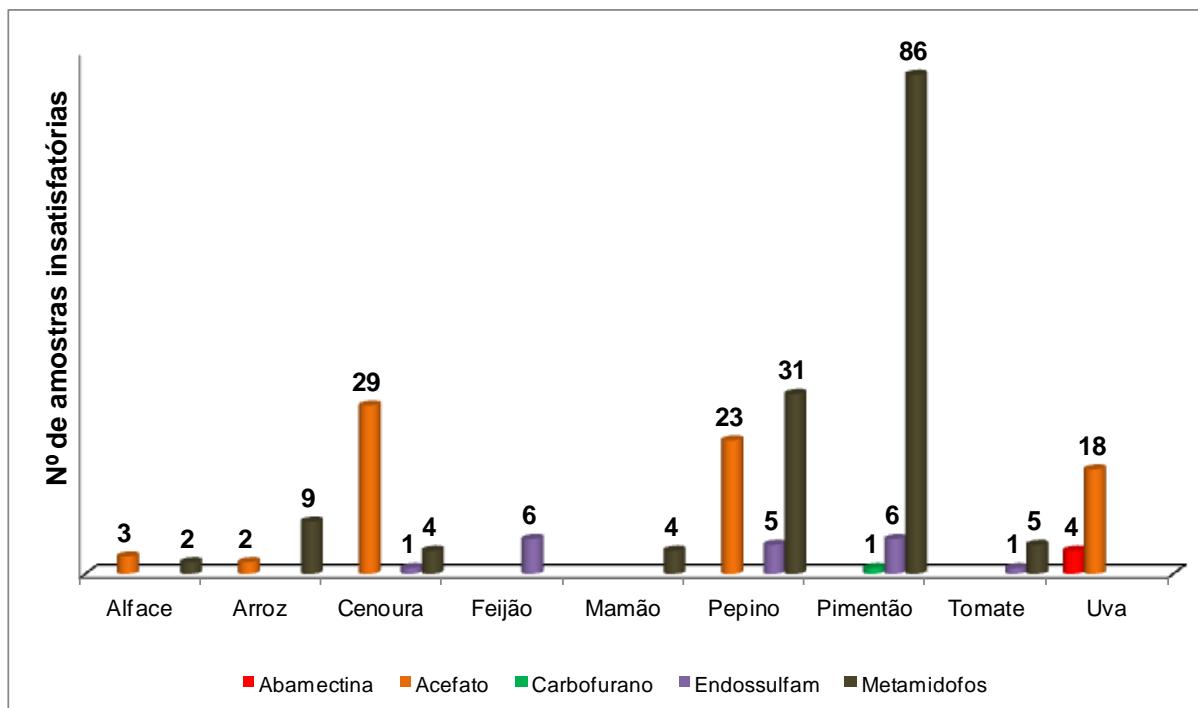


Figura 8: Quantidade de detecções de ingredientes ativos em reavaliação ou em fase de descontinuidade programada, que contribuíram para resultados insatisfatórios das análises (PARA, 2011)

A presença dos ingredientes ativos tebufempirade e azaconazol em uva (agrotóxicos nunca registrados no país) sugere a ocorrência de contrabando.

Outro resultado de destaque foi a detecção de aldicarbe em uma amostra de arroz. Trata-se do ingrediente ativo de maior toxicidade aguda dentre todos os agrotóxicos de uso agrícola, sendo também o mais empregado, indevidamente, como raticida ilegal, sob a denominação popular de “chumbinho”. Sua reavaliação toxicológica foi efetuada em 2006, e em decorrência deste processo, diversas medidas restritivas foram recomendadas pela Anvisa e implementadas pelo fabricante do único produto formulado até então registrado no país, Temik 150[®], que desenvolveu um programa de controle específico para este produto. De modo que chama particularmente a atenção a detecção deste ingrediente ativo em uma cultura para a qual seu uso não é autorizado, revelando possíveis fragilidades ou limitações no controle que vinha sendo efetuado. Cabe destacar que o Temik 150[®] teve seu registro cancelado em outubro de 2012 pelo Ato n° 54 do MAPA, a pedido da empresa.

3.2 Resultados das amostras coletadas em 2012

3.2.1 Resultados de 2012 por Unidade Federativa

Os alimentos foram coletados nos 26 Estados e no Distrito Federal, gerando um total de 1.665 amostras¹⁶. Como em 2011, as situações em que as metas de amostragem não foram alcançadas ocorreram principalmente devido à deterioração das amostras que chegaram aos laboratórios ou à ausência dos produtos nos pontos de coleta.

A Tabela 7 apresenta, na linha “I”, o número de amostras insatisfatórias, contendo resíduos de ingredientes ativos não autorizados para a cultura indicada, ou contendo resíduos de agrotóxicos autorizados, mas em concentração superior ao LMR estabelecido para a mesma. Na linha “A”, observa-se o número de amostras analisadas para cada cultura, por Estado.

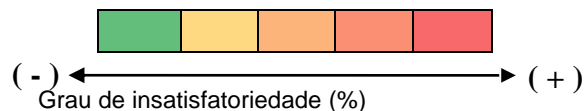
¹⁶ Os resultados detalhados do PARA de 2012 podem ser acessados no Anexo II deste relatório.

PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS (PARA)
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2011 E DE 2012

Tabela 7: Quantidade de amostras analisadas e resultados insatisfatórios, por cultura e por Unidade Federativa (PARA, 2012)

Produto	Res	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Abacaxi	I	1	6	5	1	4	4	3	4	5	2	6	5	2	1	4	3	4	3	3	3	4	2	2	1	2	-	6
	A	4	7	7	2	10	9	9	9	9	9	9	10	8	7	6	9	9	9	10	9	9	6	9	9	7	-	9
Arroz	I	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	A	9	10	10	7	10	9	9	10	10	9	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	8	10	10	10	10	10
Cenoura	I	2	4	3	3	5	3	4	1	1	2	1	5	1	4	2	4	2	2	3	2	2	4	6	4	2	-	3
	A	9	7	8	8	10	9	9	9	9	9	9	10	9	8	6	9	9	9	10	9	10	9	9	9	8	-	9
Laranja	I	4	2	3	1	3	2	3	0	2	2	4	3	2	3	2	2	2	3	1	2	4	4	1	4	1	-	3
	A	8	7	8	8	10	8	9	9	9	9	9	10	9	8	6	9	9	9	10	9	10	9	9	9	8	-	9
Maçã	I	0	0	1	1	1	2	0	1	2	0	1	1	3	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	2	0	1
	A	10	9	11	9	10	11	10	10	11	8	10	9	10	10	9	10	9	10	10	10	9	9	11	11	10	9	8
Morango	I	-	-	-	-	7	-	7	6	9	-	14	6	-	-	-	5	-	10	15	-	-	-	16	15	-	15	-
	A	-	-	-	-	19	-	18	20	17	-	20	10	-	-	-	14	-	13	20	-	-	-	20	20	-	20	-
Pepino	I	3	2	0	2	6	2	4	6	4	2	9	5	3	7	3	3	2	8	6	1	2	3	9	4	6	5	4
	A	10	10	10	10	10	11	10	10	9	8	10	10	9	10	10	10	10	10	10	10	9	8	11	11	10	10	8
Total de amostras analisadas por UF		50	50	54	44	79	57	74	77	74	52	77	69	55	53	47	71	56	70	80	57	57	49	79	79	53	49	53
Total de amostras insatisfatórias por UF		10	14	12	8	26	13	21	18	23	8	35	25	11	16	11	17	11	27	30	9	13	13	34	28	13	20	17

I = Nº de amostras insatisfatórias
A = Nº de amostras analisadas
- = Análises não realizadas



3.2.2 Discussão nacional dos resultados de 2012

A Figura 9 apresenta a distribuição dos resíduos de agrotóxicos nas 1.665 amostras de culturas coletadas e analisadas cujos resultados foram liberados em 2012. Observou-se que 71% dos resultados das amostras monitoradas foram considerados satisfatórios quanto aos ingredientes ativos pesquisados, sendo que em 35% não foram detectados resíduos e 36% apresentaram resíduos com concentrações iguais ou inferiores ao LMR. Das amostras monitoradas, 29% dos resultados foram considerados insatisfatórios por apresentarem resíduos de produtos não autorizados, ou autorizados, mas em concentrações acima do LMR.

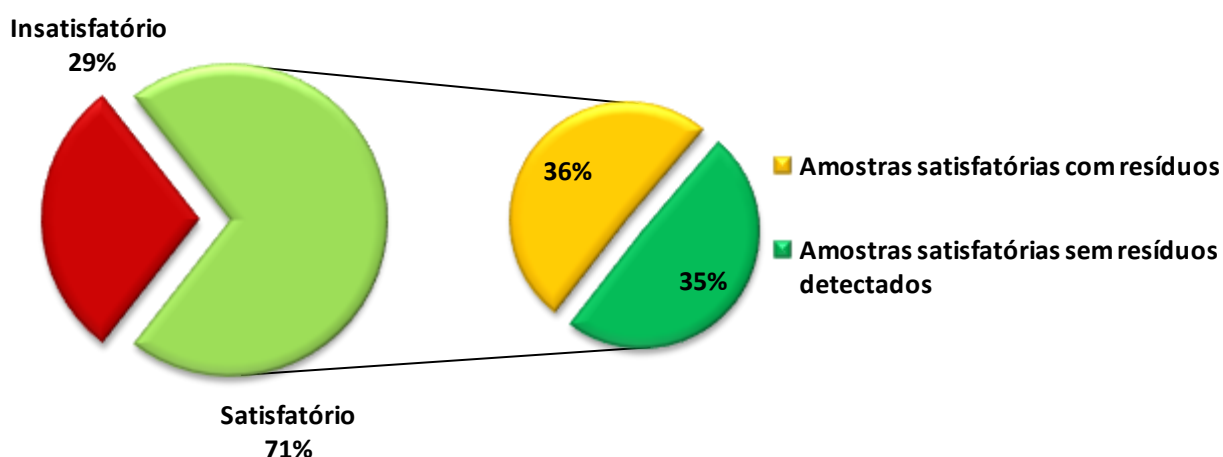


Figura 9: Distribuição das amostras analisadas segundo a presença ou a ausência de resíduos de agrotóxicos (PARA, 2012)

Na Tabela 8 constata-se que 1.665 amostras, 483 (29%) foram consideradas insatisfatórias e distribuídas da seguinte forma:

- Presença de agrotóxicos em níveis cima do LMR em 27 amostras, correspondendo a 1,5 % do total de amostras coletadas.
- Constatação de agrotóxicos não autorizados (NA) para a cultura em 416 amostras, correspondendo a 25% do total.
- Resíduos acima do LMR e NA simultaneamente em 40 amostras, correspondendo a 2,5 % do total.

Tabela 8: Número de amostras analisadas por cultura e resultados insatisfatórios (PARA, 2012)

Produto	Nº de amostras Analisadas	NA		> LMR		> LMR e NA		Total de Insatisfatórios	
		(1)		(2)		(3)		(1+2+3)	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Abacaxi	210	82	39	2	1	2	1	86	41
Arroz	261	2	1	0	0	0	0	2	1
Cenoura	229	75	33	0	0	0	0	75	33
Laranja	227	58	26	3	1	2	1	63	28
Maçã	263	18	7	3	1	0	0	21	8
Morango	211	80	38	13	6	32	15	125	59
Pepino	264	101	38	6	2	4	2	111	42
TOTAL	1.665	416	25	27	1,5	40	2,5	483	29

(1) amostras que apresentaram somente ingredientes ativos não autorizados (NA); (2) amostras somente com ingredientes ativos autorizados, mas acima dos limites máximos autorizados (> LMR); (3) amostras contendo as duas irregularidades (NA e > LMR); (1+2+3) soma de todos os tipos de irregularidades.

De acordo com a Figura 10, observa-se mesma tendência do ano anterior quanto ao maior índice de irregularidade nas amostras monitoradas em 2012 devido à presença de agrotóxicos não autorizados para a cultura. Em amostras de alimentos como arroz e cenoura, todos os resultados insatisfatórios foram devido à presença de agrotóxicos não autorizados para estas culturas.

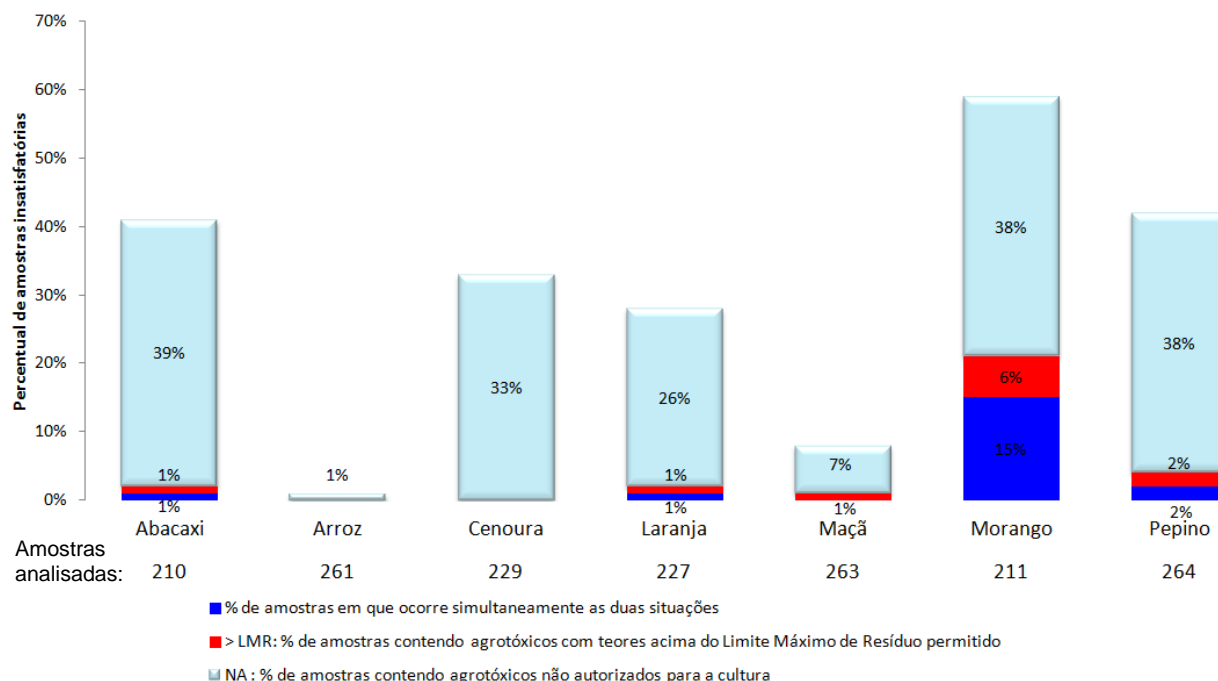


Figura 10: Perfil das detecções de ingredientes ativos insatisfatórios por cultura (PARA, 2012)

Verifica-se ainda na Figura 10 que, dentre as culturas monitoradas, o morango apresentou o elevado percentual de amostras com resultados insatisfatórios contendo resíduos de agrotóxicos com concentrações acima do LMR. Conforme já discutido, tal fato evidencia a utilização dessas substâncias em desacordo com as indicações constantes nos rótulos e bulas.

A Figura 11 apresenta o número de detecções de ingredientes ativos em situação irregular em uma mesma amostra. Observa-se que a cultura do morango apresentou até 5 diferentes ingredientes ativos irregulares na mesma amostra.

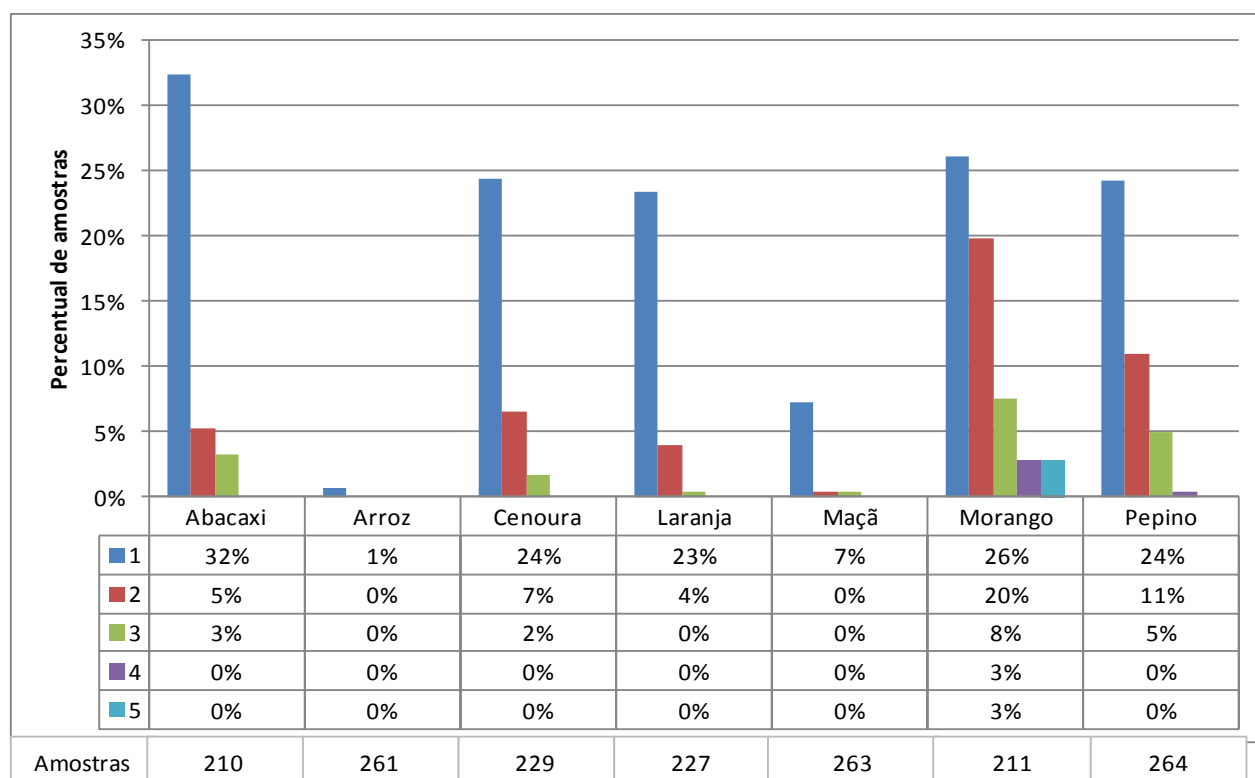


Figura 11: Perfil de detecções de ingredientes ativos irregulares por amostra (PARA, 2012)

Nota: Os números de 1 a 5 correspondem ao número de ingredientes ativos irregulares em uma mesma amostra

A Figura 12 apresenta os principais ingredientes ativos responsáveis pelas irregularidades constatadas no ano de 2012. Verificou-se que o organofosforado clorpirifós foi detectado em 83 das amostras com resultados insatisfatórios. Ao detalhar as irregularidades deste ingrediente ativo, verificou-se que 42 ocorram em amostras de pepino e o restante em cenoura, morango e abacaxi. O acefato, também organofosforado, apresentou elevado número de irregularidades, sendo detectado em 52 amostras com resultados insatisfatórios, onde 43 detecções ocorreram na cultura do pepino e o restante nas culturas de cenoura e maçã.

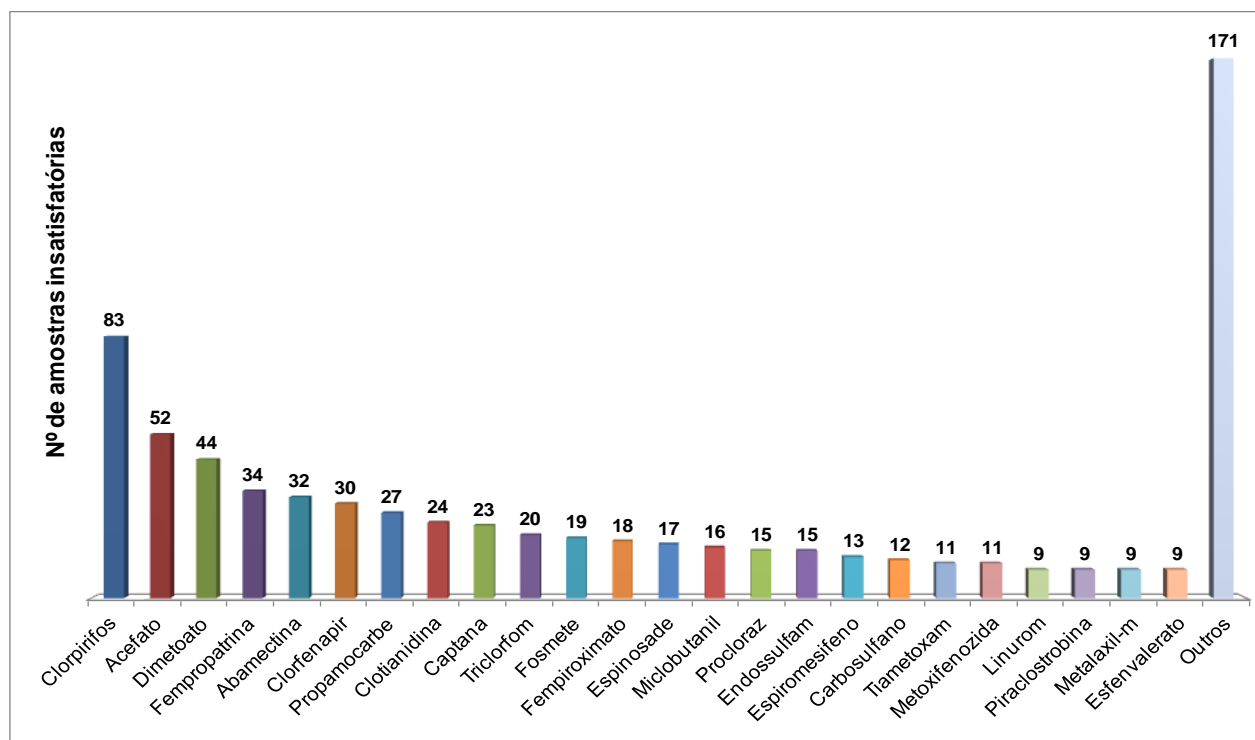


Figura 12: Principais ingredientes ativos com uso irregular detectados em amostras insatisfatórias (PARA, 2012)

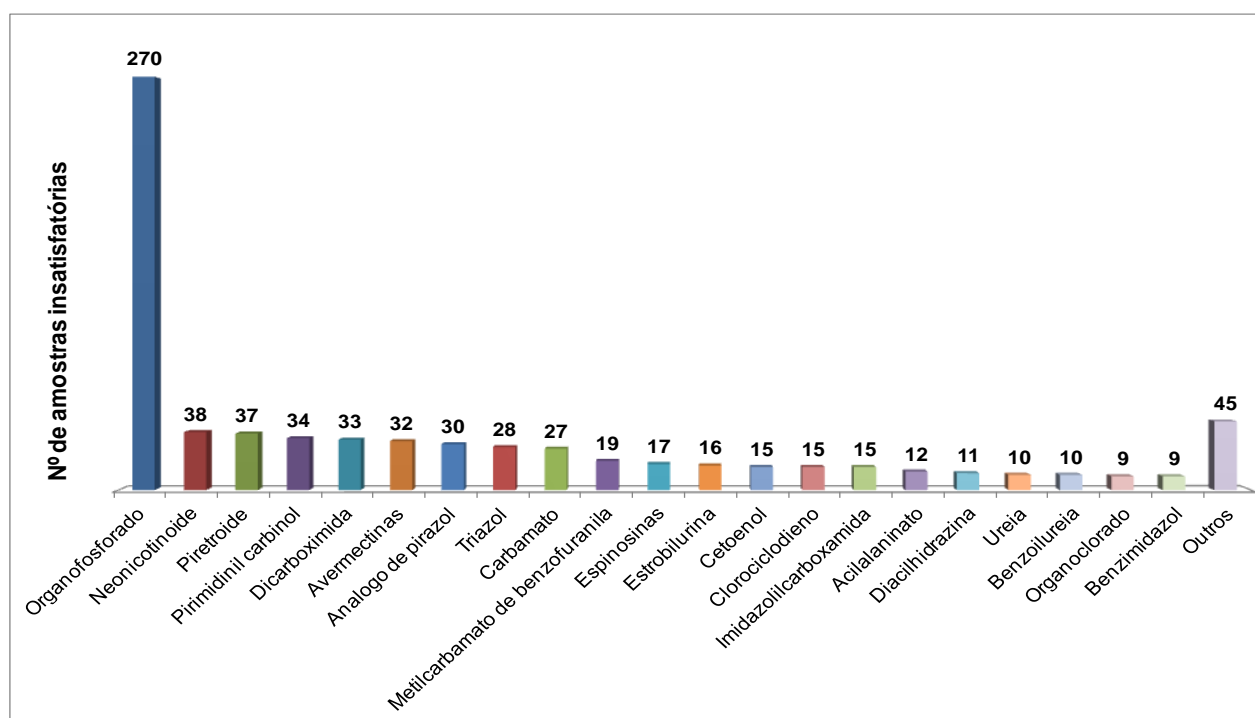


Figura 13: Principais grupos químicos com uso irregular detectados em amostras insatisfatórias (PARA, 2012)

Na Figura 13 destaca-se o elevado número de amostras insatisfatórias devido à presença de resíduos de agrotóxicos de alta toxicidade do grupo químico dos

organofosforados. O mesmo foi observado nos resultados do PARA dos anos anteriores. O risco à saúde dos produtores rurais que aplicam estes produtos é agravado devido à maioria dos agrotóxicos desse grupo não serem autorizados para o uso na modalidade de aplicação costal.

As Tabelas 9 e 10 apresentam a relação de ingredientes ativos não autorizados (NA) e acima do LMR, respectivamente, detectados nas amostras insatisfatórias coletadas em 2012.

Tabela 9: Ingredientes ativos não autorizados (NA) encontrados nas amostras insatisfatórias dos resultados de 2012

Produto	Grupo químico	Ingrediente ativo	LD	LQ	Quant.	Mín	Máx ¹
Abacaxi	Benzoilureia	Diflubenzurom	0,002	0,01	1	0,002	0,002
		Lufenurom	0,002	0,01	1	0,02	0,02
		Teflubenzurom	0,002	0,01	2	0,03	0,09
	Clorociclodieno	Endossulfam	0,01	0,02	2	0,01	0,02
	Diacilhidrazina	Metoxifenoazida	0,002	0,01	3	0,002	0,03
	Dicarboximida	Iprodiona	0,01	0,02	4	0,01	0,01
	Estrobilurina	Azoxistrobina	0,002	0,01	1	0,02	0,02
		Trifloxistrobina	0,002	0,01	1	0,02	0,02
	Imidazolilcarboxamida	Procloraz	0,002	0,01	5	0,002	0,82
	Metilcarbamato de benzofuranila	Carbofurano	0,002	0,01	2	0,002	0,002
	Metilcarbamato de oxima	Aldicarbe	0,005	0,01	3	0,005	0,005
	Neonicotinóide	Clotianidina	0,004	0,01	21	0,004	0,004
	Organoclorado	Dicofol	0,005	0,01	4	0,005	0,005
	Organofosforado	Clorpirifós	0,002	0,01	5	0,002	0,06
		Dimetoato	0,002	0,01	27	0,002	0,07
		Fentoato	0,002	0,01	1	0,002	0,002
		Fosmete	0,005	0,01	4	0,01	0,03
	Piretróide	Bifentrina	0,005	0,01	1	0,005	0,005
		Cipermetrina	0,01	0,02	3	0,04	0,06
		Esfenvalerato	0,005	0,01	4	0,005	0,03
		Lambda-cialotrina	0,005	0,01	4	0,005	0,06
		Permetrina	0,005	0,01	1	0,18	0,18
	Triazol	Flutriafol	0,002	0,01	1	0,002	0,002
	Ureia	Linurom	0,002	0,01	6	0,002	0,03
	Total		137				
Arroz	Metilcarbamato de naftila	Carbaril	0,005	0,01	1	0,005	0,005
	Organoclorado	Metoxicloro	0,01	0,02	1	0,05	0,05
	Total		2				
Cenoura	Benzimidazol	Carbendazim	0,002	0,005	6	0,006	0,01
	Clorociclodieno	Endossulfam	0,01	0,02	1	0,01	0,01
	Dicarboximida	Captana	0,02	0,05	7	0,02	0,03
	Feniltioureia	Diafentiurom	0,002	0,02	3	0,002	0,002
	Metilcarbamato de benzofuranila	Carbossulfano	0,002	0,01	7	0,002	0,002
	Neonicotinóide	Imidacloprido	0,005	0,01	2	0,005	0,005
		Tiametoxam	0,002	0,01	4	0,002	0,002
	Organoclorado	Dicofol	0,005	0,01	3	0,005	0,005

**PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS (PARA)
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2011 E DE 2012**

Produto	Grupo químico	Ingrediente ativo	LD	LQ	Quant.	Mín	Máx ¹
	Organofosforado	Acefato	0,003	0,05	5	0,003	0,003
		Clorpirifós	0,002	0,01	20	0,002	0,14
		Dimetoato	0,002	0,01	9	0,002	0,002
		Fentiona	0,001	0,01	1	0,38	0,38
		Fentoato	0,002	0,01	6	0,002	0,002
		Fosmete	0,005	0,01	15	0,005	0,02
		Profenofós	0,003	0,01	1	0,003	0,003
	Piretróide	Bifentrina	0,005	0,01	4	0,005	0,03
	Triazol	Ciproconazol	0,002	0,01	4	0,002	0,002
Total			98				
Laranja	Ácido ariloxialcanóico	2,4-D	0,005	0,01	1	0,005	0,005
	Acilalaninato	Benalaxil	0,002	0,01	2	0,03	0,05
	Clorociclodieno	Endossulfam	0,01	0,02	2	0,01	0,04
	Diacilhidrazina	Metoxifenoazida	0,002	0,01	7	0,002	0,03
	Dicarboximida	Iprodiona	0,01	0,02	4	0,01	0,01
	Dinitroanilina	Pendimetalina	0,002	0,01	1	0,002	0,002
	Imidazolidilcarboxamida	Procloraz	0,002	0,01	3	0,002	0,35
	Neonicotinóide	Clotianidina	0,004	0,01	3	0,004	0,004
	Organoclorado	HCH (alfa+beta+delta)	0,005	0,01	1	0,005	0,005
	Organofosforado	Metamidofós	0,002	0,01	1	0,002	0,002
		Parationa-metílica	0,005	0,01	1	0,03	0,03
		Profenofós	0,003	0,01	1	0,01	0,01
		Triclorfom	0,005	0,01	20	0,005	0,005
	Piretróide	Ciflutrina	0,01	0,02	3	0,03	0,04
	Triazinamina	Ciromazina	0,002	0,01	1	0,002	0,002
	Triazol	Miclobutanil	0,002	0,01	14	0,002	0,002
		Tetraconazol	0,002	0,01	1	0,02	0,02
	Ureia	Linurom	0,002	0,01	3	0,002	0,002
Total			69				
Maçã	Metilcarbamato de benzofuranila	Carbossulfano	0,01	0,02	4	0,01	0,028
	Organofosforado	Acefato	0,01	0,02	4	0,01	0,042
		Fosalona	0,005	0,01	1	0,011	0,011
		Protiofós	0,005	0,01	3	0,015	0,017
	Piretróide	Esfenvalerato	0,005	0,01	4	0,005	0,005
		Lambda-cialotrina	0,005	0,01	2	0,01	0,015
		Permetrina	0,005	0,01	1	0,014	0,014
	Triazol	Propiconazol	0,005	0,01	2	0,005	0,005
Total			21				
Morango	Acilalaninato	Benalaxil	0,002	0,01	1	0,14	0,14
		Metalaxil-M	0,002	0,01	9	0,002	0,05
	Análogo de pirazol	Clorfenapir	0,005	0,01	30	0,005	0,73
	Anilida	Boscalida	0,002	0,01	3	0,002	0,19
	Benzimidazol	Tiabendazol	0,003	0,01	1	0,003	0,003
	Benzoilureia	Flufenoxurom	0,002	0,01	1	0,002	0,002
		Lufenurom	0,002	0,01	5	0,002	0,06
	Cetoenol	Espirodiclofeno	0,002	0,01	2	0,002	0,07
		Espiromesifeno	0,005	0,01	13	0,005	0,17
	Clorociclodieno	Endossulfam	0,01	0,02	10	0,01	0,03
	Dicarboximida	Captana	0,02	0,05	16	0,02	0,17
	Espinosinas	Espinosade	0,002	0,01	17	0,002	0,08
	Estrobilurina	Piraclostrobina	0,002	0,01	8	0,002	0,03
	Éter difenilico	Etopenproxi	0,002	0,01	1	0,002	0,002

**PROGRAMA DE ANÁLISE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS (PARA)
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2011 E DE 2012**

Produto	Grupo químico	Ingrediente ativo	LD	LQ	Quant.	Mín	Máx ¹
	Imidazolilcarboxamida	Procloraz	0,002	0,01	7	0,002	0,37
	Isoftalonitrila	Clorotalonil	0,005	0,01	7	0,005	0,36
	Metilcarbamato de benzofuranila	Carbossulfano	0,002	0,01	1	0,002	0,002
	Metilcarbamato de oxima	Aldicarbe	0,005	0,01	1	0,005	0,005
	Neonicotinoide	Imidacloprido	0,005	0,01	1	0,01	0,01
	Organofosforado	Clorpirifós	0,002	0,01	16	0,002	0,13
		Metamidofós	0,002	0,01	6	0,002	0,1
		Pirimifos-metílico	0,005	0,01	1	0,005	0,005
		Profenofós	0,003	0,01	4	0,003	0,15
		Triazofós	0,002	0,01	4	0,002	0,05
		Vamidotiona	0,002	0,01	1	0,002	0,002
	Oxadiazina	Indoxacarbe	0,002	0,01	2	0,01	0,02
	Piretróide	Ciflutrina	0,01	0,02	1	0,02	0,02
		Cipermetrina	0,01	0,02	4	0,01	0,17
		Deltametrina	0,01	0,05	1	0,01	0,01
	Triazol	Fluquinconazol	0,002	0,01	1	0,002	0,002
		Miclobutanil	0,002	0,01	2	0,002	0,002
	Total		77				
Pepino	Carbamato	Propamocarbe	0,005	0,01	27	0,005	1,312
	Diacilhidrazina	Metoxifenoazida	0,005	0,01	1	0,005	0,005
	Éter difenílico	Etofenproxi	0,005	0,01	2	0,011	0,05
	Fenilureia	Neburom	0,005	0,01	1	0,017	0,017
	Metilcarbamato de benzofuranila	Carbofurano	0,005	0,01	2	0,005	0,021
	Morfolina	Dimetomorfe	0,005	0,01	2	0,005	0,005
	Organofosforado	Acefato	0,005	0,01	43	0,005	2,187
		Clorpirifós	0,005	0,01	42	0,005	0,244
		Dimetoato	0,005	0,01	8	0,005	0,089
		Femproximato	0,005	0,01	1	0,03	0,03
	Pirimidinil carbinol	Fempropatrina	0,005	0,01	32	0,005	1,289
	Triazol	Ciproconazol	0,005	0,01	2	0,005	0,017
	Total		63				

1. Valores expressos em mg/kg.

2. Nota: LQ - Limite de Quantificação; LD - Limite de Detecção; Min e Máx - valores mínimos e máximos de concentrações de resíduos detectados; Quant - quantidade de amostras.

Tabela 10: Ingredientes ativos detectados acima do LMR permitido nas amostras insatisfatórias (PARA, 2012)

Produto	Grupo químico	Ingrediente ativo	LD	LQ	Quant.	Mín	Máx
Abacaxi	Piretróide	Deltametrina	0,005	0,05	2	0,02	0,02
	Triazina	Ametrina	0,002	0,01	1	0,05	0,05
	Ureia	Diurum	0,002	0,01	1	0,2	0,2
	Total				4		
Laranja	Metilcarbamato de benzofuranila	Carbofurano	0,002	0,01	3	0,06	0,23
	Piretróide	Cipermetrina	0,01	0,02	1	0,14	0,14
		Esfenvalerato	0,005	0,01	1	0,06	0,06
	Total				5		
Maçã	Ditiocarbamato	Ditiocarbamato (CS ₂)	0,2	0,3	1	2,532	2,532
	Organofosforado	Metidationa	0,005	0,01	2	0,022	0,027
	Total				3		
Morango	Anilino pirimidina	Pirimetanil	0,002	0,01	3	1,05	1,21
	Avermectinas	Abamectina	0,004	0,01	32	0,03	0,25
	Benzimidazol	Carbendazim	0,002	0,005	1	2,4	2,4
	Dicarboximida	Procimidona	0,005	0,01	2	5,26	9,26
	Ditiocarbamato	Ditiocarbamato (CS ₂)	0,03	0,05	2	0,22	0,46
	Estrobilurina	Azoxistrobina	0,002	0,01	5	0,32	0,83
	Organofosforado	Femproximato	0,002	0,01	17	0,02	0,2
	Pirimidinil carbinol	Fempropatrina	0,002	0,01	2	2,17	3,04
	Total				64		
Pepino	Benzimidazol	Carbendazim	0,005	0,01	1	0,307	0,307
	Estrobilurina	Piraclostrobina	0,005	0,01	1	0,053	0,053
	Neonicotinoide	Tiametoxam	0,005	0,01	7	0,021	0,052
	Triazol	Tetraconazol	0,005	0,01	1	0,046	0,046
	Total				10		

1. Valores expressos em mg/kg.

2. Nota: LQ - Limite de Quantificação; LD - Limite de Detecção; Min e Máx - valores mínimos e máximos de concentrações de resíduos detectados; Quant - quantidade de amostras.

Assim como em 2011, uma das constatações relevantes na observação dos resultados insatisfatórios devido à utilização de agrotóxicos não autorizados no cultivo de determinados alimentos vegetais é a detecção de ingredientes ativos em processo de reavaliação toxicológica ou em etapa de venda descontinuada programada no Brasil. Do total de 483 amostras insatisfatórias identificadas, 152 (31,5%) apresentaram resíduos de ingredientes ativos nessas condições, detalhados na Figura 14.

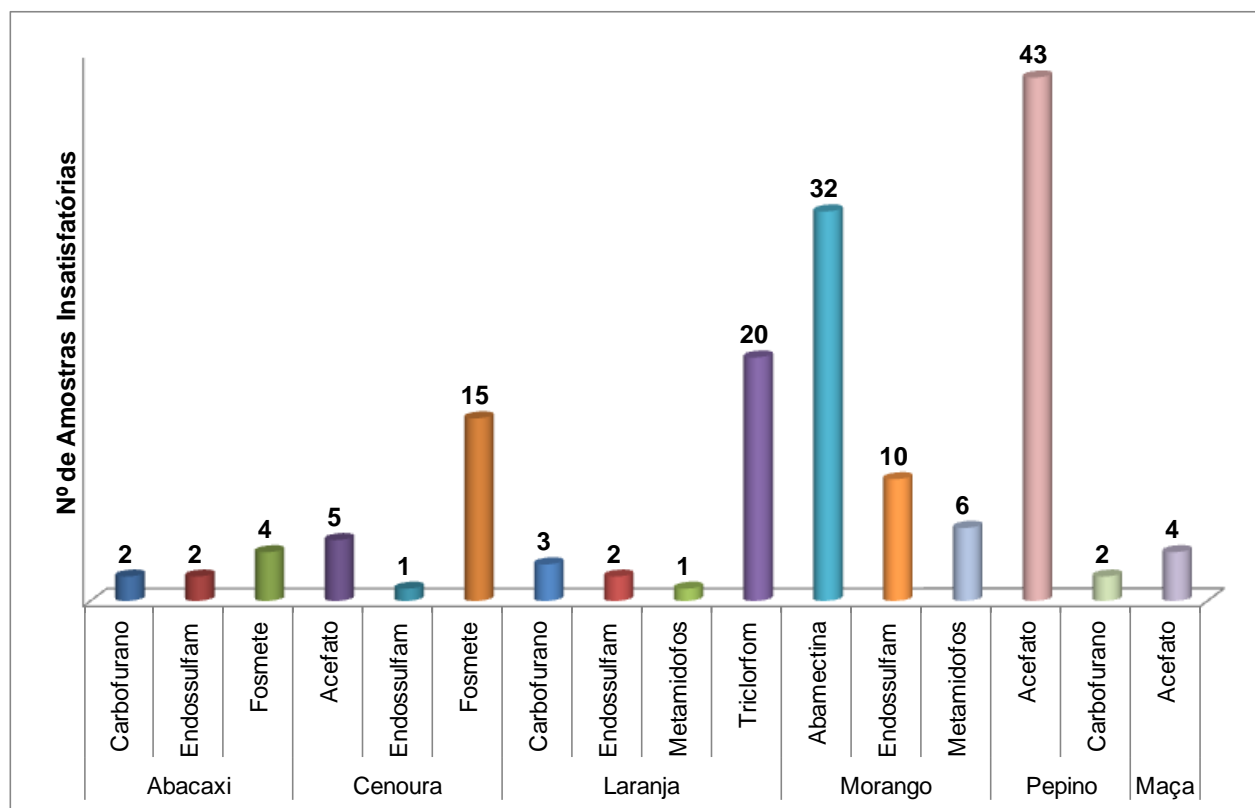


Figura 14: Quantitativo de detecções de ingredientes ativos em reavaliação ou em fase de descontinuidade programada, que contribuíram para resultados insatisfatórios das análises (PARA, 2012)

4. RASTREABILIDADE DAS AMOSTRAS COLETADAS

Os governos estaduais e municipais têm realizado diversas atividades com vistas a promover a identificação da origem dos alimentos e a rastreabilidade das amostras provenientes das diferentes Unidades da Federação. Quando comparado com anos anteriores, as informações registradas nas amostras de 2011 e de 2012 evidenciaram os esforços desenvolvidos, revelando que 36% das amostras foram rastreadas em 2012, contra 31% em 2011, 29% em 2010 e 26% em 2009. A Figura 15 apresenta a situação da rastreabilidade das amostras coletadas no varejo nos últimos quatro anos.

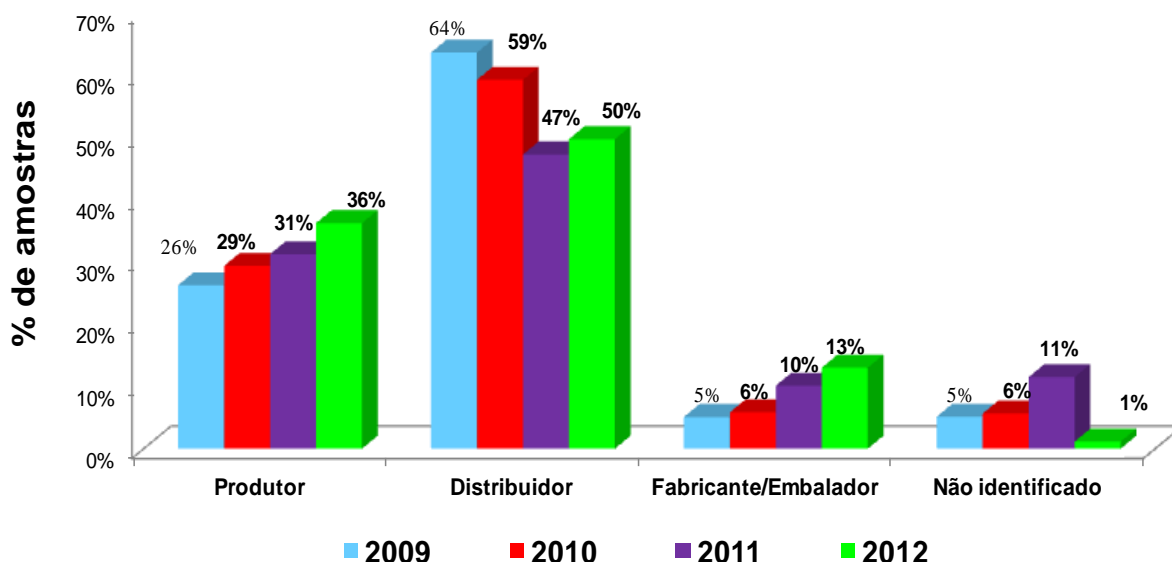


Figura 15: Situação da rastreabilidade das amostras coletadas nos supermercados monitorados pelo PARA nos anos de 2009 a 2012

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do PARA de 2011 (Figura 3) não são comparáveis com os de 2010 e de anos anteriores, pois em 2011 foram selecionadas culturas diferentes para coleta, justamente as que haviam tido os piores resultados anteriormente. Raciocínio análogo vale para os resultados de 2012 (Figura 9), que incluem análises de algumas culturas que não haviam sido coletadas em 2011.

O LMR é um parâmetro agrônômico, estabelecido legalmente pela Anvisa durante o registro do agrotóxico, em função da cultura agrícola e das instruções de uso contempladas na bula. Todavia, ele está diretamente relacionado com a qualidade dos alimentos comercializados e constitui um dos componentes para o cálculo da exposição e avaliação do risco que antecede o registro de um agrotóxico ou autorização da inclusão de novas culturas no registro. O consumo de alimentos contendo resíduo de agrotóxico em concentração equivalente ou inferior ao LMR não deve comprometer a IDA e conseqüentemente não deve significar risco à saúde.

Os dados de resíduos obtidos em monitoramento de agrotóxicos nos alimentos permitem o refinamento da avaliação do risco. No refinamento, a situação de exposição é mais próxima da realidade: ao mesmo tempo em que são considerados os resultados que revelam presença de ingredientes ativos não autorizados e ou acima do LMR, também são utilizados os dados em que os resíduos estão abaixo do LMR. O refinamento da avaliação do risco é recomendado principalmente quando resíduos irregulares são encontrados em um número maior de amostras de alimentos. Carbendazim, metamidofós, clorpirifós e acefato são os principais agrotóxicos que, segundo os dados de monitoramento de 2011 e 2012, se enquadram nessa situação.

Vale comentar que a última avaliação do risco devido à exposição crônica aos resíduos de agrotóxicos foi conduzida pela Anvisa utilizando dados do PARA relativos ao período de 2009 a 2011 e não foi verificada a extrapolação da IDA para nenhum dos agrotóxicos monitorados. Apesar de tal parâmetro de segurança não ter sido ultrapassado, não é possível descartar totalmente o risco à saúde. Sabe-se que a avaliação do risco devido à exposição a tais substâncias químicas também pode ser conduzida a partir de outras abordagens mais complexas utilizadas para o cálculo da exposição, tais como: exposição cumulativa de agrotóxicos que possuem um mesmo mecanismo de ação e geram um mesmo efeito adverso; exposição agregada que leva

em conta as diversas formas de exposição, tais como, água de consumo, alimentos de origem vegetal e animal, exposição dérmica etc. O risco devido à exposição simultânea a diversas substâncias também não pode ser desconsiderado, pois pode ocorrer sinergismo destes compostos químicos no organismo humano¹⁷.

Os dados de monitoramento do PARA revelam que amostras de algumas culturas apresentam resíduos de vários ingredientes ativos. Tal constatação reforça a necessidade de melhoria na formação dos produtores rurais e o acompanhamento do uso de agrotóxicos na agricultura brasileira, de modo a garantir as BPA. O uso de um ou mais agrotóxicos em culturas para as quais eles não estão autorizados, sobretudo aqueles em fase de reavaliação ou de descontinuidade programada por conta de sua relevância toxicológica, pode acarretar em maior exposição ocupacional e gerar risco à saúde do trabalhador rural.

A presença de agrotóxicos não autorizados, em parte, pode ser explicada pelo fato de haver poucos pleitos de registro pelas empresas de agrotóxicos para culturas consideradas de baixo retorno econômico. Vale mencionar que os órgãos responsáveis pela avaliação e controle de agrotóxicos no país publicaram a Instrução Normativa Conjunta (INC) nº 1, de 24 de fevereiro de 2010, que disciplina o registro de produtos para Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI), com o objetivo de facilitar e simplificar a inclusão de culturas agrícolas nessa categoria. Os resultados do PARA apontam à necessidade de maior empenho por parte das empresas em utilizar os mecanismos previstos nesta INC. No entanto, ressalta-se que não poderão ser contemplados nesta proposição agrotóxicos que apresentam IDMT próxima ao valor da IDA, bem como agrotóxicos em processo de reavaliação.

Em relação aos produtos de baixa toxicidade, a Anvisa está estudando a possibilidade de ampliar a autorização de uso para um número maior de culturas, tanto para atender à agricultura convencional, como à orgânica. A definição de um mecanismo mais eficaz para registro de produtos de baixa toxicidade destinados à agricultura orgânica é objeto de intenso trabalho no âmbito do governo, o qual, em 2003, aprovou a Lei nº 10.831 e, em 2009, o Decreto nº 6.913, estabelecendo procedimentos que aceleram a avaliação e disponibilização dos mesmos no mercado. Trata-se de

¹⁷ FAUSTMAN, E. M.; OMENN, G. S. Risk Assessment, Chapter 4. In: Klaassen, C. D. Toxicology: The basic science of poisons. 7ª ed., New York: McGraw-Hill, 2008, p. 107 -128

produtos à base de feromônios, fungos, bactérias e insetos predadores ou competidores destinados ao controle biológico de pragas e doenças na agricultura. Por fim, a Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 24 de maio de 2011, disciplinou os critérios para avaliação de eficácia agrônômica, ambiental e toxicológica para fins de registro desses produtos destinados à agricultura orgânica.

Ressalta-se a necessidade dos órgãos responsáveis pela orientação aos produtores, representados principalmente pelas instituições estaduais de extensão rural, de difundirem a informação com o objetivo de levar aos agricultores a necessidade da utilização de BPA. Tais práticas podem evitar a exposição indevida aos agrotóxicos, por exemplo, quando produtores rurais utilizam agrotóxicos não autorizados para a modalidade de aplicação costal. Ao órgão responsável pela saúde, cabe a ampliação das ações de monitoramento de resíduos, a fiscalização da qualidade e a reavaliação toxicológica dos agrotóxicos, com a finalidade de reduzir a exposição ocupacional e dos consumidores às substâncias de maior perigo.

No sentido de promover a ampla difusão dos conhecimentos atuais, a Anvisa publica os resultados de suas atividades e desenvolve palestras para o público em geral, assim como cursos para profissionais da rede pública de saúde. Criou também o Grupo de Trabalho de Educação e Saúde sobre Agrotóxicos (GESA), integrado por diferentes órgãos públicos e organizações não governamentais. O grupo tem por objetivo desenvolver ações educativas para reduzir os impactos do uso de agrotóxicos na saúde da população, implementar estratégias de incentivo aos sistemas orgânicos de produção ou outros sistemas alternativos e, no caso dos cultivos convencionais, orientar os produtores quanto ao uso correto de agrotóxicos. O GESA produziu, em parceria com a Secretaria de Saúde do Paraná, o vídeo “Trilhas do Campo”¹⁸, com o objetivo de esclarecer pontos relevantes sobre o uso de agrotóxicos, as intoxicações, bem como prestar orientações aos consumidores e apresentar alternativas ao uso de agrotóxicos.

Em relação aos consumidores, recomenda-se a opção por alimentos rotulados com identificação do produtor, o que pode contribuir para o comprometimento dos produtores em relação à qualidade dos seus produtos e à adoção de BPA. Desta forma, eles colaboram e fomentam as iniciativas dos programas estaduais e das redes varejistas de garantir a rastreabilidade e o controle da qualidade dos alimentos.

¹⁸ Disponível no Portal de Agrotóxicos e Toxicologia da Anvisa > GESA.

Importante também ressaltar que os agrotóxicos aplicados nas culturas agrícolas têm a capacidade de penetrar no interior de folhas e polpas do vegetal, e que os procedimentos de lavagem e retirada de cascas e folhas externas das mesmas favorecem a redução dos resíduos de agrotóxicos, limpando a superfície dos alimentos, mas sendo incapazes de eliminar aqueles contidos em suas partes internas. Da mesma forma, a higienização dos alimentos com solução de hipoclorito de sódio tem o objetivo de diminuir os riscos microbiológicos, mas não de eliminar resíduos de agrotóxicos.

Além disso, a opção pelo consumo de alimentos da época, ou produzidos com técnicas de manejo integrado de pragas, que em geral recebem uma carga menor de produtos, reduz a exposição dietética a agrotóxicos. E aqueles oriundos da agricultura orgânica ou agroecológica, além de aceitarem apenas produtos de baixa toxicidade, contribuem para a manutenção de uma cadeia de produção ambientalmente mais saudável.

Os resultados do Programa têm fomentado a discussão em diferentes espaços da sociedade e estabelecido diretrizes políticas e agendas no âmbito do Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Fóruns Nacional e Estaduais para Controle e Combate dos Impactos dos Agrotóxicos e Organizações da Sociedade Civil Organizada. Destaca-se, ainda, a criação de uma subcomissão para investigação dos danos causados pelos agrotóxicos na Câmara Federal.

O encaminhamento dos laudos analíticos aos varejistas permite que eles conheçam a qualidade dos alimentos comercializados e passem a exigir a adoção de BPA dos fornecedores de produtos que apresentaram níveis de agrotóxicos em desconformidade com as normas vigentes.

A ampla divulgação dos resultados facilita a definição de ações regionais, sejam elas de natureza fiscal, informativa ou educativa, de acordo com as características e necessidades de cada Unidade Federativa.

6. ALGUMAS AÇÕES PREVISTAS PARA O ANO DE 2013

- Previsão de coletar 10 amostras de 18 culturas em cada UF, resultando em 180 por UF e totalizando 4.860 amostras coletadas no ano.
- Aumentar o número de amostras de caráter fiscal realizadas pelas Vigilâncias Sanitárias dos estados e municípios. A previsão é coletar 02 amostras fiscais por estado de duas culturas distintas, totalizando 54 amostras fiscais.
- Criar e coordenar, um Grupo de Trabalho, GT-Rastreabilidade, para elaboração de uma norma que vise garantir ao consumidor o acesso a rastreabilidade até o produtor rural dos alimentos vegetais comercializados no mercado atacadista e/ou no varejo.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
50.423.383/0001-89	AGRARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	RUA DR. ARTHUR COSTA CURTA 500	JARDINOPOLIS-SP	Advertência	21052- 1303-2007-99	14/11/2006
51.059.970/0001-01	AGRITEC INDUSTRIA BRASILEIRA DE HERBICIDAS LTDA	AVENIDA DOS MARINS S/N	PIRACICABA-SP	Advertência	21052- 13828-2011-53	13/10/2011
05.830.454/0001-03	AGROVANT COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA	AV. JAIME RIBEIRO 409 C.	JABOTICABAL-SP	Advertência	21052- 8821-2011-10	30/06/2011
02.850.049/0001-69	ALLIER BRASIL AGRO LTDA	RUA DONA ANTONIA DE QUEIROZ 504 12	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 8820-2011-75	30/06/2011
02.850.049/0001-69	ALLIER BRASIL AGRO LTDA	RUA DONA ANTONIA DE QUEIROZ 504 12	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 12386-2012-17	15/10/2012
62.182.092/0001-25	ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL IND.QUI. AGROPEC. LTD	RUA JUNDIAI 50	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 21022-2008-33	19/11/2008
01.789.121/0001-27	ATANOR DO BRASIL LTDA	AV CARLOS GOMES 111 - SALA 1001	PORTO ALEGRE-RS	Advertência	21042- 7249-2008-95	05/11/2008
01.789.121/0001-27	ATANOR DO BRASIL LTDA	AV CARLOS GOMES 111 - SALA 1001	PORTO ALEGRE-RS	Advertência	21042- 7245-2008-15	31/10/2008
48.539.407/0001-18	BASF S/A.	ESTRADA SAMUEL AIZEMBERG 1707	SAO BERNARDO DO CAMPO-	Advertência	21052- 10583-2006-45	16/08/2006
48.539.407/0001-18	BASF S/A.	ESTRADA SAMUEL AIZEMBERG 1707	SAO BERNARDO DO CAMPO-	Advertência	21028- 8185-2010-42	17/11/2010
18.459.628/0029-16	BAYER CROPSCIENCE LTDA	RUA DO COMERCIO 715	PORTAO-RS	Advertência	21042- 4856-2005-51	06/10/2005
48.074.322/0001-01	BIESTERFELD DO BRASIL IND E COM DE PROD QUIM LTDA	RUA ALCIDES RICARDINI NEVES 12 85 AN	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 13827-2011-17	13/10/2011
01.841.604/0001-23	BIO CONTROLE METODOS DE CONTROLE DE PRAGAS LTDA	RUA EMA GAZZI MAGNUSSON 405	INDAIATUBA-SP	Advertência	21052- 9080-2012-75	10/07/2012
45.365.558/0002-90	BIO SOJA INDUSTRIAS QUIMICAS E BIOLOGICAS LTDA	RUA SAO SEBASTIAO. 689	SERRANA-SP	Advertência	21052- 12257-2004-19	17/08/2004
45.365.558/0002-90	BIO SOJA INDUSTRIAS QUIMICAS E BIOLOGICAS LTDA	RUA SAO SEBASTIAO. 689	SERRANA-SP	Advertência	21052- 11191-2006-1	10/08/2006
45.365.558/0002-90	BIO SOJA INDUSTRIAS QUIMICAS E BIOLOGICAS LTDA	RUA SAO SEBASTIAO. 689	SERRANA-SP	Advertência	21052- 12256-2004-66	17/08/2004
05.378.378/0001-47	BIOFABRICA MOSCAMED DO BRASIL	AV. C1 992 - QUADRA 13 LOTE 15	JUAZEIRO-BA	Advertência	21012- 2814-2011-81	20/09/2011
05.318.038/0001-20	BIONEEN - TECNOLOGIA CONSULTORIA IND. E COM.LTDA	ESTRADA TAQUARAL - ITINGA KM 04	ITINGA-MG	Advertência	21028- 2239-2007-61	05/12/2006
45.365.558/0001-09	BIOSOJA IND. QUIMICA E BIOLOGICAS LTDA.	AV. MARGINAL ESQUERDA 2000	S. JOAQUIM DA BARRA-SP	Advertência	21052- 7495-2008-28	23/04/2008
12.014.510/0002-88	BIOTECH CONTROLE BIOLOGICO LTDA	RUA PARAGUAI 1021	RIBEIRAO PRETO-SP	Advertência	21052- 8822-2011-64	29/06/2011
01.363.348/0001-06	CAJAZEIRA QUIMICA LTDA	RODOVIA VITORIA DA CONQUISTA BRUM	ARACATU-BA	Advertência	21012- 2817-2011-14	20/09/2011
58.133.703/0001-78	CASA BERNARDO LTDA	RODOVIA PADRE MANOEL DA NOBREGA	SÃO VICENTE-SP	Advertência	21052- 17439-2007-11	07/11/2007
46.215.091/0001-83	CITRON INDUSTR E COM DE PRODUTOS AGROQUIMICOS L	AVENIDA CAETANO SORAGGI 490	CAPIVARI-SP	Advertência	21052- 13819-2011-62	11/10/2011
07.273.677/0001-42	CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA.	RUA DONA ANTONIA DE QUEIROS 549-10	SAO PAULO-SP	Advertência	21044- 7088-2009-9	07/10/2009
45.236.791/0001-91	COOPERCITRUS COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS	PRAÇA BARAO DO RIO BRANCO 9	BEBEDOURO-SP	Advertência	21052- 13816-2011-29	13/10/2011
03.346.298/0001-84	DALQUIM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	RODOVIA JORGE LACERDA 245	ITAJAI-SC	Advertência	21050- 3143-2008-13	28/08/2008
55.991.921/0001-55	DINAGRO AGROPECUARIA LTDA.	VIA ANHANGUERA KM 304	RIBEIRAO PRETO-SP	Advertência	21052- 11189-2006-24	10/08/2006
55.991.921/0001-55	DINAGRO AGROPECUARIA LTDA.	VIA ANHANGUERA KM 304	RIBEIRAO PRETO-SP	Advertência	21052- 11190-2006-59	10/08/2006

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
47.180.625/0001-46	DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA.	RUA ALEXANDRE DUMAS N.1671 4º AND	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 18256-2009-84	03/09/2009
61.064.929/0001-79	DU PONT DO BRASIL LTDA	ALAMEDA ITAPECURU 506	BARUERI-SP	Advertência	21052- 12175-2007-17	29/08/2007
71.817.001/0001-71	ECCO CONTROL CONT. ECOLOGICO PRAGAS IND. COM. LTD	RUA EVERALDO BRITO COSTA JUNIOR 300	MAUA-SP	Advertência	21052- 13811-2011-4	11/10/2011
63.025.530/0025-81	ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA	AV. PãDUA DIAS. 11	PIRACICABA-SP	Advertência	21052- 9772-2012-13	31/07/2012
04.329.668/0001-38	EUROFINS DO BRASIL ANALISE DE ALIMENTOS LTDA	ROD. ERMENIO DE OLIVEIRA PENTEADO K	INDAIATUBA-SP	Advertência	21052- 8540-2012-48	27/06/2012
82.345.497/0001-44	EXTRATO INDUSTRIA COMERCIO DE OLEO ESSENCIAIS LTD	RUA CONSELHEIRO AVELINO ANTONIO VI	TOMAZINA-PR	Advertência	21044- 3139-2008-34	14/10/2008
82.345.497/0001-44	EXTRATO INDUSTRIA COMERCIO DE OLEO ESSENCIAIS LTD	RUA CONSELHEIRO AVELINO ANTONIO VI	TOMAZINA-PR	Advertência	21034- 5419-2007-15	18/10/2007
47.226.493/0001-46	FERSOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	RODOVIA PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	MAIRINQUE-SP	Advertência	21052- 19015-2009-52	16/09/2009
47.226.493/0001-46	FERSOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	RODOVIA PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	MAIRINQUE-SP	Advertência	21052- 18-2008-31	13/12/2007
78.756.350/0001-70	FORQUIMICA AGROCIENCIA LTDA	AV. BRASIL. 2420	CAMBIRA-PR	Advertência	21034- 3975-2006-76	25/10/2006
33.069.212/0008-50	MERCK S/A	RUA TORRE EIFFEL 100 LOTE 35	COTIA-SP	Advertência	21052- 13807-2011-38	13/10/2011
74.075.490/0007-17	MILENIA AGRO CIENCIAS S/A	RUA JULIO DE CASTILHOS 2085	TAQUARI-RS	Advertência	21042- 2135-2005-14	17/05/2005
74.075.490/0007-17	MILENIA AGRO CIENCIAS S/A	RUA JULIO DE CASTILHOS 2085	TAQUARI-RS	Advertência	21042- 2137-2005-3	17/05/2005
74.075.490/0007-17	MILENIA AGRO CIENCIAS S/A	RUA JULIO DE CASTILHOS 2085	TAQUARI-RS	Advertência	21042- 2136-2005-51	17/05/2005
61.090.619/0001-29	MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A	AV. PAULISTA Nº 1294 - 22º E 23º ANDAR	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 13854-2011-81	13/10/2011
64.858.525/0113-41	MONSANTO DO BRASIL LTDA	ROD. BR 163 KM 7583	SORRISO-MT	Advertência	21024- 4-2011-51	01/12/2010
64.858.525/0001-45	MONSANTO DO BRASIL LTDA.	AV. DAS NAÇÕES UNIDAS 12091 7º AND	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 17577-2008-81	24/09/2008
64.858.525/0002-26	MONSANTO DO BRASIL LTDA.	AV. CARLOS MARCONDES 1200	SAO JOSE DOS CAMPOS-SP	Advertência	21052- 17577-2008-81	24/09/2008
75.263.400/0011-60	NORTOX S/A	ROD. BR 163 KM 116	RONDONOPOLIS-MT	Advertência	21024- 1228-2009-65	08/04/2009
75.797.456/0001-23	NOVOZYMES BIOAG. PROD. PARA AGRIC. LTDA.	RUA ARISTEU LUCIANO ADAMOSKI. 12	QUATRO BARRAS-PR	Advertência	21034- 1359-2008-42	27/03/2008
07.467.822/0001-26	NUFARM - INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S.A	AV. PARQUE SUL. 2138	MARACANAU-CE	Advertência	21014- 2701-2006-6	23/10/2006
00.642.795/0001-31	PILARQUIM BR COMERCIAL LTDA.	ALAMEDA RIO NEGRO 585 - SALA 145	BARUERI-SP	Advertência	21052- 4618-2010-93	18/02/2010
54.310.503/0001-92	SAMARITA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	RUA JOAO BOMBO 176 - CAIXA POSTAL 1	ARTUR NOGUEIRA-SP	Advertência	21052- 13810-2011-51	13/10/2011
94.063.146/0001-20	SANTA CRUZ AGRICOLA COMERCIAL LTDA - SANTAGRO	RUA JOAQUIM NABUCO 149	SANTA CRUZ DO SUL-RS	Advertência	21042- 1954-2012-65	09/02/2012
06.697.008/0001-35	SERVATIS S.A	RODOVIA PRE. DUTRA KM 3305	REZENDE-RJ	Advertência	21044- 6290-2012-19	30/11/2012
23.361.306/0001-79	SIPCAM ISAGRO BRASIL S/A	RUA IGARAPAVA 599	UBERABA-MG	Advertência	21028- 8079-2009-25	30/09/2009
94.415.700/0001-90	SOLQUIMICA AGRICOLA LTDA	RODOVIA BR 116 KM 43	VACARIA-RS	Advertência	21042- 3288-2006-51	03/05/2007
42.462.952/0001-77	SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA	AV. PAULISTA. 854 - 11º ANDAR - CONJ. 1	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 3283-2009-52	18/02/2009

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA

Fonte: Sicar, 2013



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
60.744.463/0040-04	SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA	RODOVIA BR 452 KM 142	UBERLANDIA-MG	Advertência	21028- 6909-2011-2	20/10/2011
60.744.463/0001-90	SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA	AV. NAÇÕES UNIDAS 18001	SAO PAULO-SP	Advertência	21024- 524-2010-82	25/02/2010
61.004.818/0001-77	TECNOCELL AGROFLORESTAL LIMITADA	RUA DOS TUCANOS 535	CARAPICUIBA-SP	Advertência	21052- 13809-2011-27	13/10/2011
49.169.642/0001-08	UNIBRAS AGRO QUIMICA LTDA.	RUA URUGUAI 2100	RIBEIRAO PRETO-SP	Advertência	21052- 7605-2010-76	07/04/2010
49.169.642/0001-08	UNIBRAS AGRO QUIMICA LTDA.	RUA URUGUAI 2100	RIBEIRAO PRETO-SP	Advertência	21052- 7605-2010-76	07/04/2010
05.938.194/0001-94	UNITED PHOSPHORUS DO BRASIL LTDA.	AVENIDA JANDIRA 257 CJ. 142 E 143	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 2666-2011-28	23/02/2011
48.031.918/0012-87	UNIV. EST. PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO- UNESP	VIA DE ACESSO PROF. PAULO DONATO CA	JABOTICABAL-SP	Advertência	21052- 9438-2012-60	26/07/2012
48.284.749/0001-34	INDUSTRIAS QUIMICAS LORENA	RUA 01 ESQUINA COM RUA 06 S/Nº	ROSEIRA-SP	R\$ 5.702,49	21052- 13952-2007-32	04/10/2007
00.855.392/0001-70	JALE SUÇO LTDA ME	RUA CASA BRANCA 1588	RIBEIRAO PRETO-SP	R\$ 4.752,07	21052- 6950-2006-14	12/05/1906
922.251.601-04	JULIANO DOS SANTOS TOSIN	RUA BAHIA N. 1081	RONDONOPOLIS-MT	R\$ 19.003,04	21024- 1093-2010-71	14/04/2010
03.492.327/0001-16	NATURAL RURAL IND.E COM. PROD. ORG. E BIO. LTDA	AV. PRESIDENTE VARGAS 2578	ARARAQUARA-SP	R\$ 10.017,37	21052- 5349-2009-49	06/03/2009
06.985.020/0001-45	NATURON IND. E COM. DE ORGAN. MICROBIOL. LTDA-ME	AV. PADRE JOSE DE ANCHIETA 901 BOX 6	ARARAQUARA-SP	R\$ 4.752,07	21052- 9889-2008-11	21/05/2008
06.957.804/0001-60	TAROBEX DO BRASIL EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA	RUA HONDURAS NO 148	VOLTA REDONDA-RJ	R\$ 3.801,65	21044- 5659-2008-81	12/09/2008
18.459.628/0043-78	BAYER S.A (DIVISAO CROPSCIENCE)	RUA DOMINGOS JORGE 1.100 PREDIO 950	SAO PAULO-SP	Advertência	21028- 6906-2011-61	19/10/2011
68.392.844/0001-69	CHEMTURA INDUSTRIA QUIMICA DO BRASIL LTDA	AVENIDA BRASIL 5333	RIO CLARO-SP	Advertência	21052- 3632-2012-31	13/03/2012
03.625.679/0001-00	CROPICHEM LTDA	AV. CRISTOVAO COLOMBO N. 2834 CJ. 80	PORTO ALEGRE-RS	Advertência	21034- 1351-2013-43	27/02/2013
61.064.929/0001-79	DU PONT DO BRASIL LTDA	ALAMEDA ITAPECURU 506	BARUERI-SP	Advertência	21052- 231-2009-24	07/01/2009
61.064.929/0001-79	DU PONT DO BRASIL LTDA	ALAMEDA ITAPECURU 506	BARUERI-SP	Advertência	21028- 7410-2009-90	25/08/2009
12.362.625/0001-82	FUNGURAN GIULINI	AV. ROBERT KENNEDY 235 SALA 4	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 13813-2011-95	11/10/2011
03.729.834/0001-20	GUANABARA AGRICOLA LTDA	RODOVIA MT 358 KM 127 - CAIXA POSTAL	NOVA OLIMPIA-MT	Advertência	21024- 1335-2012-99	28/08/2012
61.142.550/0004-82	IHARABRAS S. A. INDUSTRIAS QUIMICAS	AV. LIBERDADE. 1701	CAJURU-SP	Advertência	21052- 21023-2008-88	18/11/2008
92.666.056/0001-06	ISLA SEMENTES LTDA.	AV. SEVERO DULLIUS 124	PORTO ALEGRE-RS	Advertência	21042- 4622-2009-37	19/08/2009
01.099.739/0004-08	LINHA ATUAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	RODOVIA PR 160 KM 16	TELEMACO BORBA-PR	Advertência	21034- 4395-2012-44	19/10/2012
05.777.338/0001-78	LUXEMBOURG BRASIL COM.PROD.QUIMICOS LTDA	AV.BRIG.FARIA LIMA 1713 - 11 ANDAR	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 13815-2011-84	11/10/2011
02.290.510/0004-19	MILENIA AGRO CIENCIAS S.A.	AV. JULIO DE CASTILHOS 2085	TAQUARI-RS	Advertência	21042- 2612-2008-86	15/04/2008
02.290.510/0004-19	MILENIA AGRO CIENCIAS S.A.	AV. JULIO DE CASTILHOS 2085	TAQUARI-RS	Advertência	21042- 2615-2008-10	15/04/2008
02.290.510/0004-19	MILENIA AGRO CIENCIAS S.A.	AV. JULIO DE CASTILHOS 2085	TAQUARI-RS	Advertência	21042- 2614-2008-75	15/04/2008
02.290.510/0004-19	MILENIA AGRO CIENCIAS S.A.	AV. JULIO DE CASTILHOS 2085	TAQUARI-RS	Advertência	21042- 2613-2008-21	15/04/2008

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
02.290.510/0001-76	MILENIA AGROCIENCIA S.A	RUA PEDRO ANTONIO DE SOUZA 400	LONDRINA-PR	Advertência	21034- 4761-2010-1	18/06/2010
02.290.510/0001-76	MILENIA AGROCIENCIA S.A	RUA PEDRO ANTONIO DE SOUZA 400	LONDRINA-PR	Advertência	21034- 4763-2010-92	15/07/2010
02.290.510/0001-76	MILENIA AGROCIENCIA S.A	RUA PEDRO ANTONIO DE SOUZA 400	LONDRINA-PR	Advertência	21034- 4762-2010-48	30/06/2010
03.492.327/0001-16	NATURAL RURAL IND.E COM. PROD. ORG. E BIO. LTDA	AV. PRESIDENTE VARGAS 2578	ARARAQUARA-SP	Advertência	21052- 12224-2011-90	01/09/2011
75.263.400/0001-99	NORTOX SA	RODOVIA MELO PEIXOTO KM 197	ARAPONGAS-PR	Advertência	21034- 2658-2010-19	18/03/2010
07.467.822/0001-26	NUFARM - INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S.A	AV. PARQUE SUL. 2138	MARACANAU-CE	Advertência	21028- 6908-2011-50	19/10/2011
12.795.710/0001-34	RED SURCOS DO BRASIL COMERCIO AGROPECUARIO LTDA	RUA BARAO DO BANANAL 760 7º ANDAR	SAO PAULO-SP	Advertência	21052- 13808-2011-82	13/11/2011
92.209.295/0002-00	RIGRANTEC TECNOLOGIAS PARA SEMENTES E PLANTAS LTDA	AV DAS INDUSTRIAS 1475	CACHOEIRINHA-RS	Advertência	21042- 1794-2008-78	28/03/2008
60.744.463/0010-80	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS	RODOVIA SP 332 KM 130	PAULINIA-SP	Advertência	21052- 2357-2012-39	02/03/2012
60.744.463/0001-90	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	AV. NAÇÕES UNIDAS 18001	SAO PAULO-SP	Advertência	21028- 8186-2010-97	17/11/2010
49.156.326/0001-00	SYNGENTA SEEDS LTDA.	AV. DAS NACOES UNIDAS 18001 4 ANDAR	SAO PAULO-SP	Advertência	21034- 6490-2009-87	17/09/2009
50.423.383/0001-89	AGRARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	RUA DR. ARTHUR COSTA CURTA 500	JARDINOPOLIS-SP	R\$ 1.900,83	21052- 13825-2011-10	13/10/2011
48.610.158/0001-00	AGRICUR DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA	RUA PEDROSO ALVARENGA 1254 2º ANDAR	SAO PAULO-SP	R\$ 9.504,14	21052- 17317-2007-24	13/12/2007
62.182.092/0012-88	ARYSTA DO BRASIL IND. QUIM. E AGROPECUARIA LTDA	RODOVIA SOROCABA - PILAR SUL KM 122	SALTO DO PIRAPORA-SP	R\$ 1.520,66	21052- 9195-2011-89	05/07/2011
62.182.092/0012-88	ARYSTA DO BRASIL IND. QUIM. E AGROPECUARIA LTDA	RODOVIA SOROCABA - PILAR SUL KM 122	SALTO DO PIRAPORA-SP	R\$ 3.801,66	21052- 2360-2012-52	01/03/2012
01.789.121/0001-27	ATANOR DO BRASIL LTDA	AV CARLOS GOMES 111 - SALA 1001	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 15.206,64	21042- 7242-2008-73	28/10/2008
01.789.121/0001-27	ATANOR DO BRASIL LTDA	AV CARLOS GOMES 111 - SALA 1001	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 9.504,15	21042- 7248-2008-41	05/11/2008
01.789.121/0001-27	ATANOR DO BRASIL LTDA	AV CARLOS GOMES 111 - SALA 1001	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 15.206,64	21042- 7241-2008-29	23/10/2008
01.789.121/0001-27	ATANOR DO BRASIL LTDA	AV CARLOS GOMES 111 - SALA 1001	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 11.404,98	21042- 7246-2008-51	31/10/2008
01.789.121/0001-27	ATANOR DO BRASIL LTDA	AV CARLOS GOMES 111 - SALA 1001	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 9.504,15	21042- 7244-2008-62	31/10/2008
01.789.121/0001-27	ATANOR DO BRASIL LTDA	AV CARLOS GOMES 111 - SALA 1001	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 15.206,64	21042- 7243-2008-18	30/10/2008
01.789.121/0001-27	ATANOR DO BRASIL LTDA	AV CARLOS GOMES 111 - SALA 1001	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 11.404,98	21042- 7247-2008-4	05/11/2008
06.789.993/0001-09	BALLAGRO AGROTECNOLOGIA LTDA	RUA GIRASSOL 55	ATIBAIA-SP	R\$ 14.256,21	21052- 12596-2010-35	22/06/2010
06.789.993/0001-09	BALLAGRO AGROTECNOLOGIA LTDA	RUA GIRASSOL 55	ATIBAIA-SP	R\$ 10.017,37	21034- 7444-2009-3	13/11/2009
48.539.407/0034-86	BASF S.A.	RODOVIA SP 340 KM 144	SANTO ANTONIO DE POSSE-SP	R\$ 1.900,83	21052- 8327-2011-55	01/06/2011
48.539.407/0001-18	BASF S/A.	ESTRADA SAMUEL AIZEMBERG 1707	SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	R\$ 14.256,21	21052- 17398-2009-24	13/08/2009
48.539.407/0001-18	BASF S/A.	ESTRADA SAMUEL AIZEMBERG 1707	SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	R\$ 2.851,24	21052- 10282-2008-83	30/05/2008
48.539.407/0001-18	BASF S/A.	ESTRADA SAMUEL AIZEMBERG 1707	SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	R\$ 5.018,19	21052- 9225-2009-32	05/05/2009

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA

Fonte: Sicar, 2013



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
45.365.558/0002-90	BIO SOJA INDUSTRIAS QUIMICAS E BIOLOGICAS LTDA	RUA SAO SEBASTIAO. 689	SERRANA-SP	R\$ 7.603,34	21052- 13074-2011-31	23/09/2011
45.365.558/0002-90	BIO SOJA INDUSTRIAS QUIMICAS E BIOLOGICAS LTDA	RUA SAO SEBASTIAO. 689	SERRANA-SP	R\$ 10.036,38	21052- 25522-2009-25	15/12/2009
04.536.647/0002-74	BIOCONTROL SISTEMAS DE CONTROLE BIOLOGICO LTDA.	RUA IVO JOAO PERTICARRARI 106.	SERTAOZINHO-SP	R\$ 3.801,66	21052- 13077-2011-75	21/09/2011
04.536.647/0001-93	BIOCONTROL SISTEMAS DE CONTROLE BIOLOGICO LTDA.	AV. BEPPE OLIVARES 125	SERTAOZINHO-SP	R\$ 3.801,66	21052- 13080-2011-99	20/09/2011
45.365.558/0001-09	BIO SOJA IND. QUIMICA E BIOLOGICAS LTDA.	AV. MARGINAL ESQUERDA 2000	S. JOAQUIM DA BARRA-SP	R\$ 19.958,70	21052- 25425-2010-76	01/12/2010
05.349.558/0001-09	BIOVALE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	LINHA 17 DE JUNHO 8415	VENANCIO AIRES-RS	R\$ 8.256,21	21042- 8088-2008-57	18/12/2008
01.606.231/0001-06	BOSQUIROLI & SANTOS LTDA	RUA SALGADO FILHO 2953	CASCADEL-PR	R\$ 3.421,49	21034- 516-2013-60	05/02/2013
04.200.541/0001-14	BRAZ E COSTA PRODUTOS BIOLOGICOS LTDA.	RUA EUGENIA VIEL BIAGI 27	PONTAL-SP	R\$ 1.900,83	21052- 13076-2011-21	21/09/2011
44.589.885/0001-81	BUCKMAN LABORATORIOS LTDA	VIA ANHANGUERA KM 1075	SUMARE-SP	R\$ 1.900,83	21052- 8900-2012-10	11/07/2012
03.474.135/0001-87	C & R ACESSORIAS LTDA.	RUA DUQUE DE CAXIAS 2319 - 2. ANDAR	SANTA MARIA-RS	R\$ 5.001,00	21042- 3846-2010-65	01/07/2010
58.133.703/0001-78	CASA BERNARDO LTDA	RODOVIA PADRE MANOEL DA NOBREGA	SÃO VICENTE-SP	R\$ 9.998,36	21052- 4890-2011-54	07/04/2011
58.133.703/0001-78	CASA BERNARDO LTDA	RODOVIA PADRE MANOEL DA NOBREGA	SÃO VICENTE-SP	R\$ 10.036,38	21052- 9895-2009-59	11/05/2009
09.238.335/0001-17	CEMA - AGRICULTURA BIOLOGICA	RUA JACOB SUSIN 1680	CAXIAS DO SUL-RS	R\$ 19.008,29	21042- 6440-2009-9	12/11/2009
01.489.019/0003-78	CHEMINOVA BRASIL LTDA	AV JOAO ELUSTONDO FILHO 150	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 15.206,63	21042- 7332-2009-45	21/12/2009
01.489.019/0003-78	CHEMINOVA BRASIL LTDA	AV JOAO ELUSTONDO FILHO 150	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 10.264,48	21042- 5882-2009-20	20/10/2009
01.489.019/0004-59	CHEMINOVA BRASIL LTDA	AV. MARIO ACUNHA ARISTIDES N. 1787	RONDONOPOLIS-MT	R\$ 20.907,15	21024- 2138-2011-14	10/11/2011
01.489.019/0007-00	CHEMINOVA BRASIL LTDA	RUA Z N.º 150	CUIABA-	R\$ 7.500,00	21024- 2487-2010-47	24/08/2010
01.489.019/0009-63	CHEMINOVA BRASIL LTDA	RUA JOSE ADEMIR ZAGO FILHO N.º 100	IBIPORA-PR	R\$ 5.037,20	21034- 4752-2010-11	19/07/2010
01.489.019/0001-06	CHEMINOVA BRASIL LTDA	RUA ALEXANDRE DUMAS N. 2220 6º AND	SAO PAULO-SP	R\$ 28.512,42	21052- 25262-2009-98	14/12/2009
01.489.019/0001-06	CHEMINOVA BRASIL LTDA	RUA ALEXANDRE DUMAS N. 2220 6º AND	SAO PAULO-SP	R\$ 19.008,29	21052- 19119-2009-67	16/09/2009
01.489.019/0001-06	CHEMINOVA BRASIL LTDA	RUA ALEXANDRE DUMAS N. 2220 6º AND	SAO PAULO-SP	R\$ 15.206,62	21052- 17575-2008-91	29/09/2008
01.299.649/0001-18	CHEMITEC AGRO-VETERINARIA LTDA.	AVENIDA PRESIDENTE WILSON N.º 3458	SAO PAULO-SP	R\$ 14.256,22	21052- 12595-2010-91	24/06/1910
00.682.193/0001-08	CHEMOTECNICA BRASIL LTDA	RUA JOAQUIM FLORIANO 466 SALA 102	SAO PAULO-SP	R\$ 7.603,31	21034- 6381-2011-84	20/12/2011
59.682.021/0001-87	CHEMTRA COMERCIAL IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA	AVENIDA ANGELICA 1814 13.º ANDAR	SAO PAULO-SP	R\$ 2.851,24	21052- 8650-2008-23	15/05/2008
68.392.844/0001-69	CHEMTURA INDUSTRIA QUIMICA DO BRASIL LTDA	AVENIDA BRASIL 5333	RIO CLARO-SP	R\$ 3.801,66	21052- 9907-2008-64	19/05/2008
68.392.844/0001-69	CHEMTURA INDUSTRIA QUIMICA DO BRASIL LTDA	AVENIDA BRASIL 5333	RIO CLARO-SP	R\$ 9.504,14	21052- 6466-2011-44	04/05/2011
68.392.844/0002-40	CHEMTURA INDUSTRIA QUIMICA DO BRASIL LTDA	AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 4777 15.º ANDAR	SAO PAULO-SP	R\$ 5.702,49	21052- 15083-2007-81	09/10/2007
68.392.844/0007-54	CHEMTURA INDUSTRIA QUIMICA DO BRASIL LTDA	RUA Z 150	CUIABA-MT	R\$ 5.226,79	21024- 100-2012-80	19/01/2012

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA

Fonte: Sicar, 2013



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
43.206.069/0001-89	COMERCIO E INDUSTRIA MATSUDA IMP. E EXP. LTDA.	RODOVIA RAPOSO TAVARES KM 575	ALVARES MACHADO-SP	R\$ 1.900,83	21052- 13829-2011-6	13/10/2011
07.273.677/0001-42	CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA.	RUA DONA ANTONIA DE QUEIROS 549-10	SAO PAULO-SP	R\$ 19.008,29	21028- 7571-2009-83	26/08/2009
77.890.846/0001-79	COOPERATIVA AGRARIA MISTA ENTRE RIOS LTDA	COLONIA VITORIA	GUARAPUAVA-PR	R\$ 10.017,37	21034- 1145-2011-71	22/02/2011
67.148.692/0001-90	CROSS LINK CONSULTORIA E COMERCIO LTDA	CALCADA DAS CALENDULAS. NR. 24 - SL.2	BARUERI-SP	R\$ 5.322,32	21034- 5068-2011-29	04/10/2011
67.148.692/0001-90	CROSS LINK CONSULTORIA E COMERCIO LTDA	CALCADA DAS CALENDULAS. NR. 24 - SL.2	BARUERI-SP	R\$ 5.037,20	21034- 2512-2011-54	06/05/2011
86.925.641/0001-72	DECISAO TECNOLOGIA AGROPECUARIA S/C LTDA	RUA IZOLINA DA SILVA BARROSO 18	LONDRINA-PR	R\$ 16.347,12	21034- 1069-2012-85	28/02/2012
86.925.641/0001-72	DECISAO TECNOLOGIA AGROPECUARIA S/C LTDA	RUA IZOLINA DA SILVA BARROSO 18	LONDRINA-PR	R\$ 10.017,37	21034- 2991-2011-17	12/05/2011
47.180.625/0001-46	DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA.	RUA ALEXANDRE DUMAS N.1671 4º AND.	SAO PAULO-SP	R\$ 7.504,14	21052- 17578-2008-25	25/09/2008
47.180.625/0001-46	DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA.	RUA ALEXANDRE DUMAS N.1671 4º AND.	SAO PAULO-SP	R\$ 20.000,00	21052- 19994-2009-49	29/09/2009
47.180.625/0001-46	DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA.	RUA ALEXANDRE DUMAS N.1671 4º AND.	SAO PAULO-SP	R\$ 5.701,95	21052- 21739-2010-8	20/09/2010
47.180.625/0019-75	DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA.	RODOVIA SP 147 KM 715	MOGI MIRIM-SP	R\$ 1.900,83	21052- 7129-2012-55	05/06/2012
47.180.625/0020-09	DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA.	RODOVIA ANHANGUERA SN KM 344	JARDINOPOLIS-SP	R\$ 3.801,66	21052- 11849-2012-15	27/09/2012
47.180.625/0020-09	DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA.	RODOVIA ANHANGUERA SN KM 344	JARDINOPOLIS-SP	R\$ 14.256,25	21052- 19118-2009-12	17/09/2009
47.180.625/0021-90	DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA.	ROD. PRESIDENTE TANCREDO NEVES KM.	FRANCO DA ROCHA-SP	R\$ 5.000,00	21052- 5113-2012-16	18/04/2012
61.064.929/0001-79	DU PONT DO BRASIL LTDA	ALAMEDA ITAPECURU 506	BARUERI-SP	R\$ 5.037,20	21052- 21814-2010-22	28/09/2010
61.064.929/0001-79	DU PONT DO BRASIL LTDA	ALAMEDA ITAPECURU 506	BARUERI-SP	R\$ 5.000,00	21052- 10029-2009-19	11/05/2009
05.192.762/0001-50	EMADEP EMBALAGENS DE MADEIRA LTDA	RUA LUCIANO PIUZZI 1055	CURITIBA-PR	R\$ 5.037,20	21034- 2724-2009-17	04/03/2009
17.138.140/0021-77	EPAMIG - EMP. DE PESQUISA AGROPECUARIA DE M.G.	CAMPUS DA UFPA	LAVRAS-MG	R\$ 950,41	21028- 2208-2003-86	10/04/2003
09.616.431/0001-51	FEICAN CRIAÇÃO DE ANIMAIS P/ CONTR. BIOLOGICO LTDA	AVENIDA NOVA OLIMPIA 666	GABRIEL MONTEIRO-SP	R\$ 4.752,07	21052- 13700-2011-90	05/10/2011
47.226.493/0001-46	FERSOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	RODOVIA PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	MAIRINQUE-SP	R\$ 10.000,00	21052- 19027-2010-11	19/08/2010
47.226.493/0001-46	FERSOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	RODOVIA PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	MAIRINQUE-SP	R\$ 19.008,29	21052- 24039-2010-67	18/11/2010
04.136.367/0005-11	FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA	AV. ANTONIO CARLOS GUILLAMON 25	UBERABA-MG	R\$ 8.393,59	21028- 4506-2010-30	23/06/2010
04.136.367/0005-11	FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA	AV. ANTONIO CARLOS GUILLAMON 25	UBERABA-MG	R\$ 19.008,29	21028- 7584-2009-52	26/08/2009
08.817.448/0001-04	FORNAROLLI CIENCIA AGRICOLA LTDA	RUA JOSE DOMINGOS DE OLIVEIRA 636	LONDRINA-PR	R\$ 5.000,00	21034- 4075-2012-94	20/09/2012
24.978.041/0002-04	FUNDACAO DE APOIO A PESQ. E DES. INT. RIO VERDE	SEDIADA A LINHA 01 SETOR 02 CAIXA PO	LUCAS DO RIO VERDE-MT	R\$ 3.801,30	21024- 1465-2012-21	26/09/2012
24.978.041/0002-04	FUNDACAO DE APOIO A PESQ. E DES. INT. RIO VERDE	SEDIADA A LINHA 01 SETOR 02 CAIXA PO	LUCAS DO RIO VERDE-MT	R\$ 500,00	21024- 523-2010-38	25/02/2010
02.478.464/0001-33	GOTA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	RUA JOANA OSTROWSKI N° 280	CONTENDA-PR	R\$ 950,41	21034- 7185-2010-46	09/11/2010
96.435.805/0002-18	GRAVENA PESQUISA CONSULTORIA E TREINAM. AGR. LTDA	ESTRADA SAO RAFAEL KM 01	ROLANDIA-PR	R\$ 6.652,27	21034- 4223-2011-90	10/08/2011

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA

Fonte: Sicar, 2013



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
96.435.805/0002-18	GRAVENA PESQUISA CONSULTORIA E TREINAM. AGR. LTDA	ESTRADA SAO RAFAEL KM 01	ROLANDIA-PR	R\$ 5.702,49	21034- 3040-2012-38	27/06/2012
47.176.755/0001-05	HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA	RUA ALEXANDRE DUMAS. N.2220 4 ANDA	SAO PAULO-SP	R\$ 5.018,19	21052- 9894-2009-12	11/05/2009
47.176.755/0001-05	HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA	RUA ALEXANDRE DUMAS. N.2220 4 ANDA	SAO PAULO-SP	R\$ 10.074,39	21052- 8901-2012-56	13/07/2012
61.142.550/0001-30	IHARABRAS S/A INDUSTRIAS QUIMICAS.	AV. LIBERDADE 1701	SOROCABA-SP	R\$ 9.504,14	21052- 7965-2011-59	30/05/2011
61.142.550/0001-30	IHARABRAS S/A INDUSTRIAS QUIMICAS.	AV. LIBERDADE 1701	SOROCABA-SP	R\$ 3.801,66	21052- 11274-2012-31	10/09/2012
48.284.749/0001-34	INDUSTRIAS QUIMICAS LORENA	RUA 01 ESQUINA COM RUA 06 S/Nº	ROSEIRA-SP	R\$ 4.752,08	21052- 17576-2008-36	22/09/2008
43.736.099/0002-88	INTERCUF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ESTRADA VELHA DE INDAIATUBA (SP-73)	CAMPINAS-SP	R\$ 950,41	21052- 13812-2011-41	11/10/2011
06.151.494/0001-91	ISAGRO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS AGROQUIM. LTDA	RUA JOAQUIM FLORIANO 466 CONJ. 1205	SAO PAULO-SP	R\$ 5.000,00	21052- 19013-2009-63	16/09/2009
01.745.592/0001-33	ISCA TECNOLOGIAS LTDA	RUA ANTONIO LUIZ PAZZINI 191	IJUI-RS	R\$ 9.904,14	21042- 580-2008-84	20/02/2008
65.017.857/0001-60	ITAFORTE IND. BIOPRODUTOS AGROFLORESTAIS LTDA	ROD. RAPOSO TAVARES KM 167	ITAPETININGA-SP	R\$ 4.752,14	21052- 6172-2005-74	15/05/2005
65.017.857/0001-60	ITAFORTE IND. BIOPRODUTOS AGROFLORESTAIS LTDA	ROD. RAPOSO TAVARES KM 167	ITAPETININGA-SP	R\$ 10.000,00	21052- 4176-2011-66	15/03/2011
65.017.857/0001-60	ITAFORTE IND. BIOPRODUTOS AGROFLORESTAIS LTDA	ROD. RAPOSO TAVARES KM 167	ITAPETININGA-SP	R\$ 2.376,07	21052- 6987-2005-53	15/06/2005
65.017.857/0001-60	ITAFORTE IND. BIOPRODUTOS AGROFLORESTAIS LTDA	ROD. RAPOSO TAVARES KM 167	ITAPETININGA-SP	R\$ 4.752,07	21052- 20899-2008-15	20/11/2008
158.206.068-17	LEANDRO MUSSI	AV. MATO GROSSO 129 E	LUCAS DO RIO VERDE-MT	R\$ 19.006,50	21024- 77-2012-23	18/01/2012
03.399.220/0001-28	LIDER CONTROLE AMBIENTAL LTDA	AV. VISCONDE DO RIO BRANCO 2634-SAL	FORTALEZA-CE	R\$ 1.900,83	21014- 2475-2010-31	05/07/2010
48.196.695/0001-55	MICROQUIMICA INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA.	R. EDUARDO EDARGE BADARO 430 CP.18	CAMPINAS-SP	R\$ 3.801,66	21052- 7889-2008-86	30/04/2008
02.290.510/0004-19	MILENIA AGRO CIENCIAS S.A.	AV. JULIO DE CASTILHOS 2085	TAQUARI-RS	R\$ 3.801,66	21042- 2611-2008-31	15/04/2008
02.290.510/0004-19	MILENIA AGRO CIENCIAS S.A.	AV. JULIO DE CASTILHOS 2085	TAQUARI-RS	R\$ 4.181,82	21042- 2616-2008-64	15/04/2008
74.075.490/0007-17	MILENIA AGRO CIENCIAS S/A	RUA JULIO DE CASTILHOS 2085	TAQUARI-RS	Advertência	21042- 2135-2005-14	17/05/2005
02.290.510/0001-76	MILENIA AGROCIENCIA S.A	RUA PEDRO ANTONIO DE SOUZA 400	LONDRINA-PR	R\$ 2.851,24	21034- 6489-2009-52	11/09/2009
05.701.847/0001-17	MOMENTIVE PERFORMANCE MATERIALS IND SILICONES LTDA	RODOVIA ENGENHEIRO CONSTANCIO CIN	ITATIBA-SP	R\$ 5.000,00	21052- 8036-2010-86	13/04/2010
64.858.525/0081-20	MONSANTO DO BRASIL LTDA	VIA DIONISIO BORTOLOTTI KM 05 S/N	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	R\$ 1.900,83	21052- 9194-2011-34	28/06/2011
64.858.525/0002-26	MONSANTO DO BRASIL LTDA.	AV. CARLOS MARCONDES 1200	SAO JOSE DOS CAMPOS-SP	R\$ 3.801,66	21052- 13420-2012-62	06/11/2012
00.270.502/0001-32	MORSOLETTO SANTOS & VICENTE CANO LTDA.	RUA DAS ORQUIDEAS 29	SERTAOZINHO-SP	R\$ 1.900,83	21052- 13079-2011-64	20/09/2011
00.270.502/0002-13	MORSOLETTO SANTOS & VICENTE CANO LTDA.	AV. MARGINAL FRANCISCO VIEIRA CALEIR	SERTAOZINHO-SP	R\$ 3.801,66	21052- 13078-2011-10	20/09/2011
61.308.607/0010-19	MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVICOS LTDA.	PRACA JOAO PESSOA 81 - 1. ANDAR	MORUNGABA-SP	R\$ 4.752,14	21052- 7645-2005-51	14/06/2005
75.263.400/0011-60	NORTOX S/A	ROD. BR 163 KM 116	RONDONOPOLIS-MT	R\$ 5.702,50	21024- 242-2012-47	15/02/2012
75.263.400/0001-99	NORTOX SA	RODOVIA MELO PEIXOTO KM 197	ARAPONGAS-PR	R\$ 13.305,80	21034- 53-2009-50	08/01/2009

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
07.467.822/0001-26	NUFARM - INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S.A	AV. PARQUE SUL. 2138	MARACANAU-CE	R\$ 5.037,20	21044- 7087-2009-56	07/10/2009
07.467.822/0001-26	NUFARM - INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S.A	AV. PARQUE SUL. 2138	MARACANAU-CE	R\$ 3.801,67	21014- 670-2010-27	26/02/2010
00.594.546/0001-18	OPHICINA ORGANICA IND. COM. DE FERTILIZANTES LTDA.	ESTRADA DO JATAI S/N	ATIBAIA-SP	R\$ 3.801,66	21052- 3020-2009-43	12/02/2009
65.011.967/0001-14	OXIQUIMICA AGROCIENCIA LTDA	RUA MINERVINO DE CAMPOS PEDROSO 1	JABOTICABAL-SP	R\$ 4.752,14	21052- 12258-2004-55	18/08/2004
01.579.398/0002-06	PLANTEC PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA AGRICOLA LTDA	RODOVIA SP 147 KM 128	IRACEMAPOLIS-SP	R\$ 4.751,62	21052- 20356-2010-12	17/09/2010
01.579.398/0003-97	PLANTEC PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA AGRICOLA LTDA	BR 369 KM 69	SANTA MARIANA-PR	R\$ 9.694,23	21034- 2893-2012-52	26/06/2012
00.729.422/0001-00	PRENTISS QUIMICA LTDA	ROD. PR 423 KM 245	CAMPO LARGO-PR	R\$ 10.074,39	21034- 8314-2009-80	16/10/2009
00.729.422/0001-00	PRENTISS QUIMICA LTDA	ROD. PR 423 KM 245	CAMPO LARGO-PR	R\$ 3.801,66	21034- 1098-2011-66	15/02/2011
00.729.422/0001-00	PRENTISS QUIMICA LTDA	ROD. PR 423 KM 245	CAMPO LARGO-PR	R\$ 12.355,39	21034- 8017-2009-34	17/11/2009
49.291.750/0001-59	PRODUTOS QUIMICOS S. VICENTE LTDA.	RUA TEOFILO CASTANHO 1	GUARULHOS-SP	R\$ 4.752,07	21052- 20900-2008-1	19/11/2008
49.291.750/0001-59	PRODUTOS QUIMICOS S. VICENTE LTDA.	RUA TEOFILO CASTANHO 1	GUARULHOS-SP	R\$ 9.504,14	21052- 7615-2010-10	08/04/2010
07.161.191/0001-12	PRTRADE TEC. INDUST. QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA.	AV. PROFESSOR LINEU PRESTES 2242	SAO PAULO-SP	R\$ 3.041,33	21052- 19014-2009-16	16/09/2009
08.899.707/0001-93	RAFAEL NETTO M. GARCIA - ME.	RUA CARLOS FATUTO 191	LEME-SP	R\$ 11.404,98	21052- 2732-2012-41	08/03/2012
12.913.692/0001-48	RAWELL AGRO LTDA	ROD. MT 344 KM 03 - CAIXA POSTAL 32	CAMPO VERDE-MT	R\$ 2.280,78	21024- 1412-2012-19	27/09/2012
00.310.651/0003-40	ROHM AND HAAS QUIMICA LTDA.	AV. PRES. HUMBERTO DE ALENCAR CASTE	JACAREI-SP	R\$ 25.000,10	21052- 19199-2010-94	19/08/2010
05.772.606/0001-69	ROTAM DO BRASIL AGROQUIMICA E PRODUTOS AGRICOLA	RUA SIQUEIRA CAMPOS 125 E 97	CAMPINAS-SP	R\$ 1.900,83	21028- 1372-2012-67	15/02/2012
54.310.503/0001-92	SAMARITA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	RUA JOAO BOMBO 176 - CAIXA POSTAL 1	ARTUR NOGUEIRA-SP	R\$ 2.851,24	21052- 8887-2009-95	06/05/2009
04.790.777/0001-58	SERQUIMICO LTDA	RUA ARANDU N. 281 CONJ.: 31	SAO PAULO-SP	R\$ 10.074,39	21052- 8037-2010-21	20/04/2010
96.435.805/0001-37	SGS GRAVENA PESQUISA CONSULTOR.TREINAMEN.AGRIC	RODOVIA DEPUTADO CUNHA BUENO - SP	JABOTICABAL-SP	R\$ 4.751,62	21052- 11223-2011-28	10/08/2011
03.417.347/0001-22	SINON DO BRASIL LTDA	AV. CARLOS GOMES. 1340 CONJUNTOS 10	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 10.017,37	21042- 1021-2010-14	24/02/2010
03.417.347/0001-22	SINON DO BRASIL LTDA	AV. CARLOS GOMES. 1340 CONJUNTOS 10	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 10.017,37	21042- 1020-2010-61	24/02/2010
03.417.347/0001-22	SINON DO BRASIL LTDA	AV. CARLOS GOMES. 1340 CONJUNTOS 10	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 14.066,14	21034- 517-2013-12	06/02/2013
03.417.347/0001-22	SINON DO BRASIL LTDA	AV. CARLOS GOMES. 1340 CONJUNTOS 10	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 10.017,37	21042- 1022-2010-51	24/02/2010
23.361.306/0007-64	SIPCAM AGRO S/A.	RUA DR. HUGO FORTES 990	RIBEIRAO PRETO-SP	R\$ 7.603,31	21052- 16417-2011-10	02/12/2011
81.764.789/0001-59	SPRAY DROP PESQ. DESENV. E ASSIT. TEC. A. SS LTDA	AV. TIRADENTES 3173 SALA 12	LONDRINA-PR	R\$ 13.305,80	21034- 6920-2010-2	20/10/2010
81.764.789/0001-59	SPRAY DROP PESQ. DESENV. E ASSIT. TEC. A. SS LTDA	AV. TIRADENTES 3173 SALA 12	LONDRINA-PR	R\$ 31.647,00	21034- 3982-2011-35	26/07/2011
54.995.261/0001-18	STOLLER DO BRASIL LTDA.	ROD. SP 332 S/N. - KM 138 - CX. POSTAL 5	COSMOPOLIS-SP	R\$ 4.752,07	21052- 20901-2008-48	18/11/2008
42.462.952/0001-77	SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA	AV. PAULISTA. 854 - 116 ANDAR - CONJ. 1	SAO PAULO-SP	R\$ 3.801,66	21052- 1564-2009-71	27/01/2009

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
60.744.463/0010-80	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS	RODOVIA SP 332 KM 130	PAULÍNIA-SP	R\$ 30.000,00	21052- 2359-2012-28	02/03/2012
60.744.463/0001-90	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	AV. NAÇÕES UNIDAS 18001	SAO PAULO-SP	R\$ 3.572,65	21052- 13163-2006-11	02/10/2006
60.744.463/0001-90	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	AV. NAÇÕES UNIDAS 18001	SAO PAULO-SP	R\$ 3.801,66	21052- 13512-2007-85	26/09/2007
60.744.463/0001-90	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	AV. NAÇÕES UNIDAS 18001	SAO PAULO-SP	R\$ 3.801,66	21052- 8840-2008-41	29/04/2008
60.744.463/0001-90	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	AV. NAÇÕES UNIDAS 18001	SAO PAULO-SP	R\$ 7.603,31	21052- 20902-2008-92	10/11/2008
60.744.463/0001-90	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	AV. NAÇÕES UNIDAS 18001	SAO PAULO-SP	R\$ 36.000,00	21024- 1468-2011-84	05/07/2011
60.744.463/0001-90	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	AV. NAÇÕES UNIDAS 18001	SAO PAULO-SP	R\$ 10.036,38	21052- 16945-2009-54	30/07/2009
60.744.463/0001-90	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	AV. NAÇÕES UNIDAS 18001	SAO PAULO-SP	R\$ 15.000,00	21052- 9226-2009-87	05/05/2009
60.744.463/0001-90	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	AV. NAÇÕES UNIDAS 18001	SAO PAULO-SP	R\$ 3.572,65	21052- 12876-2006-67	13/09/2006
60.744.463/0015-95	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	RODOVIA SP 340 S/N KM 141	HOLAMBRA-SP	R\$ 1.900,83	21052- 6537-2012-90	24/05/2012
79.951.059/0001-15	TAGRO - TECNOLOGIA AGROPECUARIA LTDA	RUA GUILHERME DA MOTA CORREIA 459	LONDRINA-PR	R\$ 12.354,22	21034- 1890-2010-30	11/03/2010
07.097.695/0001-10	TAMINCO DO BRASIL PRODUTOS QUIMICOS LTDA	ALAMEDA SANTOS 211 CJ. 1905	SAO PAULO-SP	R\$ 10.000,00	21052- 7703-2010-11	20/04/2010
07.097.695/0002-00	TAMINCO DO BRASIL PRODUTOS QUIMICOS LTDA	ALAMEDA SANTOS 211 19ª ANDAR CJ. 1905	SAO PAULO-SP	R\$ 1.900,83	21052- 5283-2008-14	27/02/2008
06.957.804/0001-60	TAROBEX DO BRASIL EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA	RUA HONDURAS NO 148	VOLTA REDONDA-RJ	R\$ 1.900,82	21044- 3227-2007-55	16/04/2007
55.014.609/0001-01	TOYOBO DO BRASIL LTDA	PRACA TOYOBO N 50	AMERICANA-SP	R\$ 1.900,83	21052- 12823-2011-21	13/10/2011
02.571.020/0001-48	UNISPECT CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	AV. PAULINO MULLER 534	VITORIA-ES	R\$ 1.900,83	21018- 1663-2006-26	11/05/2006
05.938.194/0001-94	UNITED PHOSPHORUS DO BRASIL LTDA.	AVENIDA JANDIRA 257 CJ. 142 E 143	SAO PAULO-SP	R\$ 10.000,00	21052- 8957-2012-19	17/07/2012
79.151.312/0001-56	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	AV. COLOMBO 5790	MARINGÁ-PR	R\$ 5.702,49	21034- 5067-2011-84	20/09/2011
80.257.355/0001-08	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG	AV. GENERAL CARLOS CAVALCANTI 4748	PONTA GROSSA-PR	R\$ 7.603,31	21034- 5191-2012-21	13/12/2012
05.656.126/0001-32	AGRI HAUS DO BRASIL LTDA - IND E COM DE PROD BIOPR	AV ORLANDO OSCAR BAUMHARDT 3005	SANTA CRUZ DO SUL-RS	R\$ 15.206,63	21042- 6583-2009-11	18/11/2009
04.393.523/0001-04	AGRIMARKETING DO BRASIL LTDA.	RUA PROF CRHRISTIANO SCHMIDT 155	SANTA CRUZ DO SUL-RS	R\$ 4.751,62	21042- 1144-2011-28	01/03/2011
05.326.925/0001-40	AGROCOM COMERCIO EXTERIOR LTDA	RUA JUVENCIO ALVES N. 8 1ª ANDAR SAL	JUAZEIRO-BA	R\$ 19.000,00	21012- 4300-2007-83	06/12/2007
05.830.454/0001-03	AGROVANT COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA	AV. JAIME RIBEIRO 409 C.	JABOTICABAL-SP	R\$ 5.702,49	21052- 9439-2012-12	27/07/2012
65.603.714/0001-30	ARUA COMERCIO E SERVICOS LTDA.	AV.ARMÍNIO DE ARRUDA CAMARGO. 855	MATÃO-SP	R\$ 10.000,00	21052- 12370-2011-15	29/08/2011
62.182.092/0012-88	ARYSTA DO BRASIL IND. QUIM. E AGROPECUARIA LTDA	RODOVIA SOROCABA - PILAR SUL KM 122	SALTO DO PIRAPORA-SP	R\$ 28.512,42	21052- 9581-2011-71	10/08/2011
01.789.121/0001-27	ATANOR DO BRASIL LTDA	AV CARLOS GOMES 111 - SALA 1001	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 11.404,97	21042- 3005-2012-10	11/05/2012
01.789.121/0001-27	ATANOR DO BRASIL LTDA	AV CARLOS GOMES 111 - SALA 1001	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 20.909,12	21034- 538-2013-20	06/02/2013
04.509.533/0001-54	BASE FERTIL RIBEIRAO COMERCIAL AGRICOLA LTDA.-ME	RUA ANGELA BERBEL PAGANO N 06	CRÁVINHOS-SP	R\$ 10.000,00	21052- 14628-2012-7	23/11/2012

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
12.269.050/0001-58	BIOECO CANA PRODUTOS BIOLOGICOS LTDA	AV. ONIAS JOSE BORGES N. 1390 BAIRRO	SANTA HELENA DE GOIAS-GP	R\$ 19.008,34	21020- 2180-2012-48	15/10/2012
62.110.580/0001-27	BIOFARM COM PRODUTOS ORGANICOS LTDA	RUA VOLUNTARIOS DE SAO PAULO 3164	SAO JOSE DO RIO PRETO-SP	R\$ 4.752,07	21052- 17228-2011-64	12/12/2011
06.263.915/0001-76	BIORESULT COM. AGENTES P/ CONTROLE BIOLOGICO LTDA	RODOVIA SP 052 KM 15	QUATA-SP	R\$ 10.017,37	21052- 13698-2011-59	04/10/2011
45.365.558/0001-09	BIOSOJA IND. QUIMICA E BIOLOGICAS LTDA.	AV. MARGINAL ESQUERDA 2000	S. JOAQUIM DA BARRA-SP	R\$ 43.034,77	21034- 4192-2012-58	26/09/2012
06.192.054/0001-82	CETMA - COM. DE AGENTES P/ CONTR. BIOLOGICO LTDA	ESTRADA MUNICIPAL JOSE BENEDITO DA	LENÇÓIS PAULISTA-SP	R\$ 4.752,07	21052- 13701-2011-34	06/10/2011
07.273.677/0001-42	CONSAGRO AGROQUIMICA LTDA.	RUA DONA ANTONIA DE QUEIROS 549-10	SAO PAULO-SP	R\$ 20.034,73	21028- 4196-2012-15	26/06/2012
67.148.692/0001-90	CROSS LINK CONSULTORIA E COMERCIO LTDA	CALCADA DAS CALENDULAS. NR. 24 - SL.2	BARUERI-SP	R\$ 3.801,30	21024- 380-2013-15	27/02/2013
03.346.298/0001-84	DALQUIM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	RODOVIA JORGE LACERDA 245	ITAJAI-SC	Advertência	21050- 3143-2008-13	12/08/2008
61.064.929/0001-79	DU PONT DO BRASIL LTDA	ALAMEDA ITAPECURU 506	BARUERI-SP	R\$ 10.000,00	21042- 4429-2010-30	21/06/2010
61.064.929/0003-30	DU PONT DO BRASIL S.A.	RUA BORTOLO FERRO 500A	PAULINIA-SP	R\$ 7.127,43	21052- 1049-2011-13	05/01/2011
61.064.929/0003-30	DU PONT DO BRASIL S.A.	RUA BORTOLO FERRO 500A	PAULINIA-SP	R\$ 5.702,49	21052- 4370-2012-22	04/04/2012
03.449.611/0001-00	ECCB - EMPRESA CAXIENSE DE CONTROLE BIOLOGICO	RUA ANTONIO BROILO 1000	CAXIAS DO SUL-RS	R\$ 6.652,90	21042- 6439-2009-76	11/11/2009
09.239.163/0001-04	ECOQUALITY IND. COM. DE INSUMOS BIOLOGICOS LTDA	RUA NAÇÕES UNIDAS 510	PIACATU-SP	R\$ 4.752,07	21052- 13699-2011-1	05/10/2011
09.109.958/0001-90	ECOTEC BRASIL TRATAMENTOS FITOSSANITARIOS LTDA	RUA JOAO PESSOA 69 CJ. 131	SANTOS-SP	R\$ 1.927,82	21034- 4510-2010-19	06/07/2010
93.575.611/0001-49	EGON ARIBERTO JACOBSEN BRILHANTE - ME	RODOVIA DOS IMIGRANTES 250 - BLOCO	AGUDO-RS	R\$ 10.017,37	21042- 1952-2012-76	17/04/2012
81.051.484/0001-08	EMBAFORT INDUSTRIA E COMERCIO DE ART. DE MAD. LTD	RUA JOAO BETTEGA 6011 - BLOCO E CIC	CURITIBA-PR	R\$ 10.454,56	21034- 7196-2008-10	28/11/2008
47.226.493/0001-46	FERSOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	RODOVIA PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	MAIRINQUE-SP	R\$ 5.702,49	21052- 11839-2012-80	13/09/2012
04.136.367/0005-11	FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA	AV. ANTONIO CARLOS GUILLAUMON 25	UBERABA-MG	R\$ 20.909,12	21028- 2160-2012-5	29/03/2012
04.136.367/0005-11	FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA	AV. ANTONIO CARLOS GUILLAUMON 25	UBERABA-MG	R\$ 20.034,74	21028- 4197-2012-60	26/06/2012
78.756.350/0001-70	FORQUIMICA AGROCIENCIA LTDA	AV. BRASIL. 2420	CAMBIRA-PR	R\$ 10.036,38	21034- 4335-2012-21	10/10/2012
03.784.125/0001-28	FRUTITECH BRASIL COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA	MARIQUINHA GOMES N° 111	BOA ESPERANÇA-MG	R\$ 19.008,29	21050- 3242-2012-81	24/10/2012
55.126.106/0001-28	HERCES DO BRASIL QUIMICA LTDA	RUA CASA BRANCA. 1771	RIBEIRAO PRETO-SP	R\$ 3.041,33	21052- 6951-2006-51	11/05/2006
08.819.296/0001-89	HUMANITA QUIMICA E FARMACEUTICA S.A.	RUA MANOEL GOMES DOS SANTOS 2511	CRAVINHOS-SP	R\$ 20.000,00	21052- 15727-2010-36	05/07/2010
06.319.306/0001-91	ICB - BIOAGRITEC LTDA	RUA ARABUTAN 382/386	PORTO ALEGRE-RS	R\$ 9.504,14	21042- 6441-2009-45	16/11/2009
61.142.550/0001-30	IHARABRAS S/A INDUSTRIAS QUIMICAS.	AV. LIBERDADE 1701	SOROCABA-SP	R\$ 11.403,90	21024- 135-2012-19	02/02/2012
61.142.550/0001-30	IHARABRAS S/A INDUSTRIAS QUIMICAS.	AV. LIBERDADE 1701	SOROCABA-SP	R\$ 9.467,52	21052- 3744-2011-10	17/03/2011
11.319.430/0001-97	INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ORGANICOS GC LT	RUA FIDELCINO VIEIRA 133 - PAVIMENTO	MANTENA-MG	R\$ 19.008,29	21028- 7135-2012-18	06/11/2012
78.175.189/0001-40	INDUSTRIA QUIMICA DIPIL LTDA.	RODV. GUILHERME JENSEN 1.300 (RODOV	MASSARANDUBA-SC	R\$ 5.000,00	21050- 873-2012-49	22/03/2012

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
08.179.653/0001-91	INFINITO INDUSTRIA QUIMICA LTDA	RUA JOSE RANGEL DE MESQUITA 93	CAJAMAR-SP	R\$ 10.000,00	21052- 19017-2009-41	15/09/2009
03.408.715/0001-76	INQUIMA LTDA	RODOVIA MELLO PEIXOTO BR 369 S/N - K	CAMBÉ-PR	R\$ 27.209,80	21034- 4753-2010-57	19/07/2010
65.017.857/0001-60	ITAFORTE IND. BIOPRODUTOS AGROFLORESTAIS LTDA	ROD. RAPOSO TAVARES KM 167	ITAPETININGA-SP	R\$ 4.752,14	21052- 6822-2005-81	16/05/2005
65.017.857/0001-60	ITAFORTE IND. BIOPRODUTOS AGROFLORESTAIS LTDA	ROD. RAPOSO TAVARES KM 167	ITAPETININGA-SP	R\$ 4.752,14	21052- 6823-2005-26	16/05/2005
02.375.759/0001-84	JCF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	RODOVIA PRT 487 KM 443 GLEBA 5 SANT	MANOEL RIBAS-PR	R\$ 10.074,39	21034- 5587-2011-97	07/11/2011
04.861.703/0001-65	LABORATORIO DE ENTOMOLOGIA PARAGUAÇU LTDA-ME	RUA 7 DE SETEMBRO 1222	PARAGUAÇU PAULISTA-SP	R\$ 4.752,07	21052- 13592-2011-55	05/10/2011
09.037.361/0001-87	MARCO AURELIO DA MOTA FERREIRA ME	RUA IRMAOS VILAS BOAS 385	PARAGUAÇU PAULISTA-SP	R\$ 4.752,07	21052- 13620-2011-34	05/10/2011
02.290.510/0004-19	MILENIA AGRO CIENCIAS S.A.	AV. JULIO DE CASTILHOS 2085	TAQUARI-RS	R\$ 7.603,31	21042- 3066-2011-4	09/06/2011
02.290.510/0001-76	MILENIA AGROCIENCIA S.A	RUA PEDRO ANTONIO DE SOUZA 400	LONDRINA-PR	R\$ 7.797,66	21034- 1261-2012-71	29/03/2012
02.290.510/0001-76	MILENIA AGROCIENCIA S.A	RUA PEDRO ANTONIO DE SOUZA 400	LONDRINA-PR	R\$ 5.018,19	21042- 3064-2011-15	09/06/2011
14.790.184/0001-45	MT WILMO COTESIA ME	AV. ALFREDO DE PAULA 109	CAMPO FLORIDO-MG	R\$ 10.017,37	21028- 7136-2012-54	08/11/2012
03.492.327/0001-16	NATURAL RURAL IND.E COM. PROD. ORG. E BIO. LTDA	AV. PRESIDENTE VARGAS 2578	ARARAQUARA-SP	R\$ 4.752,14	21052- 10171-2005-24	04/08/2005
03.492.327/0001-16	NATURAL RURAL IND.E COM. PROD. ORG. E BIO. LTDA	AV. PRESIDENTE VARGAS 2578	ARARAQUARA-SP	R\$ 26.611,60	21052- 12224-2011-90	01/09/2011
03.492.327/0001-16	NATURAL RURAL IND.E COM. PROD. ORG. E BIO. LTDA	AV. PRESIDENTE VARGAS 2578	ARARAQUARA-SP	R\$ 26.611,60	21052- 12228-2011-78	01/09/2011
03.492.327/0001-16	NATURAL RURAL IND.E COM. PROD. ORG. E BIO. LTDA	AV. PRESIDENTE VARGAS 2578	ARARAQUARA-SP	R\$ 26.611,60	21052- 12228-2011-78	01/09/2011
06.985.020/0001-45	NATURON IND. E COM. DE ORGAN. MICROBIOL. LTDA-ME	AV. PADRE JOSE DE ANCHIETA 901 BOX 6	ARARAQUARA-SP	R\$ 4.752,14	21052- 10170-2005-80	04/08/2005
02.644.746/0001-63	NUFARM DO BRASIL LTDA	RUA SAMUEL MORSE 74 15\$ ANDAR CON	SAO PAULO-SP	R\$ 5.000,00	21052- 10030-2009-35	11/05/2009
65.011.967/0001-14	OXIQUIMICA AGROCIENCIA LTDA	RUA MINERVINO DE CAMPOS PEDROSO 1	JABOTICABAL-SP	R\$ 10.074,39	21052- 9440-2012-39	24/07/2012
65.011.967/0001-14	OXIQUIMICA AGROCIENCIA LTDA	RUA MINERVINO DE CAMPOS PEDROSO 1	JABOTICABAL-SP	R\$ 16.157,04	21052- 5378-2010-44	18/03/2010
65.011.967/0001-14	OXIQUIMICA AGROCIENCIA LTDA	RUA MINERVINO DE CAMPOS PEDROSO 1	JABOTICABAL-SP	R\$ 9.504,14	21052- 11291-2011-97	11/08/2011
04.774.460/0001-28	PAULO ROBERTO LOPES ME	RUA RIO GRANDE DO NORTE 06	CURRAIS NOVOS-RN	R\$ 1.200,00	21040- 2080-2004-73	
03.381.950/0001-00	PEREIRA & AVILA LTDA.	AV ALMIRANTE SALDANHA DA GAMA 86	SANTANA DO LIVRAMENTO-PR	R\$ 5.018,83	21042- 1145-2011-72	01/03/2011
01.579.398/0003-97	PLANTEC PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA ARICOLA LTDA	BR 369 KM 69	SANTA MARIANA-PR	R\$ 38.016,58	21034- 730-2013-16	
00.729.422/0001-00	PRENTISS QUIMICA LTDA	ROD. PR 423 KM 245	CAMPO LARGO-PR	R\$ 11.404,97	21034- 8313-2009-35	16/12/2009
49.291.750/0001-59	PRODUTOS QUIMICOS S. VICENTE LTDA.	RUA TEOFILO CASTANHO 1	GUARULHOS-SP	R\$ 19.958,70	21052- 25424-2010-21	30/11/2010
07.378.704/0001-41	REAL MARINE AGRONOMIA LTDA	RUA PAULO BUENO WOLF 01 - CONJ. 93	SANTOS-SP	R\$ 5.018,19	21034- 2010-2009-17	02/04/2009
88.662.838/0001-91	RIZZI E CIA LTDA	AV. RUBEM BENTO ALVES 751	CAXIAS DO SUL-RS	R\$ 15.206,63	21042- 5914-2009-97	22/10/2009
54.310.503/0001-92	SAMARITA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	RUA JOAO BOMBO 176 - CAIXA POSTAL 1	ARTUR NOGUEIRA-SP	R\$ 20.148,78	21052- 7100-2011-92	26/05/2011

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA

Fonte: Sicar, 2013



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

De acordo com o Art. 17 da Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu parágrafo único, ficam listadas as Empresas autuadas e a consequência administrativa no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efeito de transparência das ações do executivo.

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade-UF	Valor da Multa	Processo	Data do Auto de Infração
23.361.306/0001-79	SIPCAM ISAGRO BRASIL S/A	RUA IGARAPAVA 599	UBERABA-MG	R\$ 19.008,28	21052- 11303-2003-73	24/06/2003
33.009.911/0338-19	SOUZA CRUZ S/A	RODOVIA BR 471 KM 46.5	SANTA CRUZ DO SUL-RS	R\$ 10.074,39	21042- 6262-2009-16	05/11/2009
42.462.952/0001-77	SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA	AV. PAULISTA. 854 - 11º ANDAR - CONJ. 1	SAO PAULO-SP	R\$ 20.000,00	21052- 3163-2011-70	28/02/2011
08.241.737/0001-08	SUZANA DE SOUZA LOBO LIMA DOTTI - ME	RUA MANSUR JOAO COURY 63	NOVO HORIZONTE-SP	R\$ 1.140,50	21052- 13075-2011-86	22/09/2011
60.744.463/0010-80	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS	RODOVIA SP 332 KM 130	PAULINIA-SP	R\$ 9.504,14	21052- 5320-2011-81	15/04/2011
60.744.463/0010-80	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS	RODOVIA SP 332 KM 130	PAULINIA-SP	R\$ 2.471,08	21052- 2358-2012-83	02/03/2012
60.744.463/0040-04	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	RODOVIA BR 452 KM 142	UBERLANDIA-MG	R\$ 14.256,21	21028- 6909-2011-2	20/10/2011
60.744.463/0001-90	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	AV. NAÇÕES UNIDAS 18001	SAO PAULO-SP	R\$ 3.801,30	21024- 1332-2012-55	30/08/2012
60.744.463/0015-95	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	RODOVIA SP 340 S/N KM 141	HOLAMBRA-SP	R\$ 3.801,66	21052- 6538-2012-34	25/05/2012
79.951.059/0001-15	TAGRO - TECNOLOGIA AGROPECUARIA LTDA	RUA GUILHERME DA MOTA CORREIA 459	LONDRINA-PR	R\$ 9.504,14	21034- 1450-2013-25	15/03/2013
06.957.804/0001-60	TAROBEX DO BRASIL EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA	RUA HONDURAS NO 148	VOLTA REDONDA-RJ	R\$ 3.801,65	21044- 5659-2008-81	12/09/2008
48.195.143/0001-22	TECNICONTROL IND. COM. PRODUTOS BIOLOGICOS LTDA	RUA JOAO SAMPAIO 2740	PIRACICABA-SP	R\$ 5.037,20	21052- 8888-2009-30	04/05/2009
78.640.489/0001-53	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL	RODOVIA CELSO GARCIA CID KM 380	LONDRINA-PR	R\$ 4.751,62	21034- 3983-2011-80	27/07/2011
78.640.489/0001-53	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL	RODOVIA CELSO GARCIA CID KM 380	LONDRINA-PR	R\$ 3.801,66	21034- 1359-2013-18	13/03/2013
02.974.733/0001-52	UPL DO BRASIL IND. E COM. DE INS.AGROPECUARIOS SA	AV. MAEDA 172	ITUVERAVA-SP	R\$ 5.702,49	21052- 11390-2012-50	18/09/2012
16.730.202/0001-29	VINHOS PIAGENTINI S.A.	RUA TIRADENTES 877	ANDRADAS-MG	R\$ 5.000,00	21028- 1142-2006-50	16/01/2006

Total | R\$ 2.160.494,78

Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA
Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFA

Fonte: Sicar, 2013